

A RACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CANAVIEIRA
NA REGIÃO AÇUCAPEIRA DE CAMPOS E SEUS
REFLEXOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

RIO DE JANEIRO, 30 DE JUNHO DE 1982

SULAMITA MACHADO HAMMERLI

TES
0192

A RACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CANAVIEIRA NA REGIÃO AÇUCAREIRA DE CAMPOS E SEUS REFLEXOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO

- MOBILIZAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DIANTE DAS PROPOSTAS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO.

1. INTRODUÇÃO.

A organização do espaço na região açucareira de Campos pode ser entendida a partir da interpretação dos processos através dos quais evoluiu a agroindústria canavieira, complexo de atividades aí desenvolvidas desde o século XVII até os nossos dias.

Da interação de elementos físicos do espaço geográfico com outros que derivam das ações e práticas da sociedade, sejam de natureza econômica, política ou institucional e que se evidenciam através de características ambientais, de elementos do espaço agrário, de injunções de mercado e de manifestações de influência e poder, emergiu a organização espacial aí vigente.

Nesta afirmativa está implícita a noção de espaço produzido por processos relacionados às práticas e atividades da sociedade, no qual os elementos materiais que nela se dispõem, segundo um certo padrão de organização, podem ser tomados como a dimensão espacial da estrutura social, conformada pelos elementos dos sistemas econômico, político e ideológico dominantes e das práticas sociais que deles derivam (CASTELS, citado por PEET) (1).

Pela multiplicidade de fatores que envolve, relacionados ao modo como se articulam agricultura e indústria, a estrutura da produção agroindustrial canavieira tem, em princípio, características bastante complexas. A interdependência entre o cultivo da cana e a fabricação do açúcar ou outro dos seus subprodutos decorre de condições inerentes a esta produção, enquanto a natureza desta articulação depende essencialmente das relações sociais que se estabelecem para sua realização.

(*) Por efeito da vinculação à economia açucareira polarizada por Campos, será considerada a produção canavieira com fins industriais dos municípios de Campos, Conceição de Macabú, Macaé, São Fidélis e São João da Barra - na Microrregião Açucareira de Campos; Bom Jesus, Itaperuna na Microrregião de Itaperuna e Miracema da Microrregião de Miracema.

Complexa é também a estrutura social dela derivada, cuja diferenciação apoia-se na participação específica de cada grupo ou fração de grupo social na estrutura produtiva e por extensão na própria sociedade e da articulação destes agentes entre si.

Por sua vez, tal complexidade se acentua por ser este subsetor da agricultura caracterizado no Brasil, pelo alto grau de intervenção governamental nas esferas normativas, de controle e supervisão e até mesmo através da ação direta que, com diferente intensidade, inside sobre as etapas do processo produtivo e da comercialização, o que confere tanto à estrutura de produção como à organização do espaço das regiões agroindustriais canavieiras, características bastante singulares entre os demais setores e áreas de produção agrícola do país.

No Brasil, a agroindústria canavieira sempre foi um setor muito vulnerável a "crises", que pela frequência com que vêm ocorrendo nas últimas décadas, assumem características de cronicidade. Entre as consequências principais tem sido citada frequentemente a descapitalização do setor, com sérios riscos para as áreas canavieiras tradicionais, que perdendo sua competitividade no mercado entram em processo de esvaziamento econômico.

Para a região de Campos, isto é particularmente grave, dada a sua extrema dependência àquela atividade (2).

Concentram-se, atualmente, na porção setentrional da Baixada Fluminense, 80% dos canaviais e as 17 usinas existentes no Estado do Rio de Janeiro, o que a caracteriza como área especializada, de importância no contexto de agroindústria canavieira da região Centro-Sul do país (3), abrangendo todo o município de Campos e partes dos municípios de Macaé, Conceição de Macabu, São Fidélis, São João da Barra, Itaperuna e Bom Jesus do Itabapoana. A-cham-se hoje instaladas no município de Campos, 12 das 17 usinas e 65% das lavouras canavieiras do Estado. Além disso há neste município toda uma infraestrutura comercial creditícia, de serviços e institucional, ou específica ou indiretamente voltada para atender a este subsetor da economia.

Assim sendo, em torno dessa atividade estruturam-se a economia, a sociedade e o espaço daquela região. Sendo a principal fonte de geração de renda de empregos e de fluxos à expansão ou à

retratação da agro-indústria canavieira, correspondem intensos reflexos sobre os demais ramos da atividade / sobre a vida urbana e, em última análise, sobre a organização do espaço regional.

Vários são os fatores estruturais e conjunturais que, a nível interno e externo - ao setor e às regiões produtoras - são apontados como determinantes ou indutores das referidas "crises". Alguns destes referem-se ao processo produtivo em si, outros relacionam-se com o mercado e ainda há aqueles relativos a aspectos institucionais - estratégias e políticas globais, setoriais, regionais ou específicas à economia açucareira (4).

Parece haver unanimidade de opiniões quanto à influência conjugada destes fatores diferentemente ponderados em função de situações particulares e, ora aparecendo como causa, ora como consequência, a baixa produtividade das lavouras e das indústrias e a baixa rentabilidade da atividade seriam a materialização de sua influência conjunta.

Diante de tal situação, não raro agravada por distorções relativas ao cumprimento de dispositivos legais, vêm ocorrendo ações conjuntas do Governo, de empresários, de Instituições técnicas e de Associações de classe, cujo objetivo amplo é racionalizar a agroindústria canavieira no país, através da implementação de programas específicos nas regiões de produção canavieira.

Admite-se aqui "racionalização" como a utilização de processos e técnicas que tornem mais eficiente uma atividade, tomando-se eficiente como sinônimo de melhor resultado obtido em face do esforço (trabalho, tempo, capital), empregado na realização dessa atividade.

Depreende-se pois, que racionalizar tanto pode implicar em modernização por introdução de novos itens para realizar uma atividade ou em introduzir novos processos de realizar a atividade utilizando itens já empregados. Ambas as acepções implicam em mudanças ou em adoção de inovações que podem ser introduzidas nos elementos da estrutura produtiva. Estas se expressam através de mudanças nas características sociais, funcionais e econômicas dominantes no espaço agrário e em transformações nas relações que se processam entre grupos ou frações sociais ligados direta ou indiretamente às atividades que se desenvolvem nesse espaço.

Isto significa que o processo de racionalização é um fator de transformação da organização do espaço agrário. Esta será tão maior quanto mais abrangentes, horizontal e verticalmente, forem as medidas preconizadas para sua implementação. As características desta transformação dependem da natureza de tais medidas. Esta, por sua vez, é função dos objetivos, estratégias, ideologias que variam de acordo com os interesses imediatos e a longo prazo, das diversas frações dos grupos de agentes sociais e das entidades envolvidas neste processo, entre as quais se inclui o Estado.

Ora, o setor agroindustrial canavieiro desempenha um importante papel na economia do país, seja através da produção de açúcar para abastecer o mercado interno e para exportação, ou seja através da produção de álcool que recentemente vem se expandindo. Por esta razão, a maior parte das proposições para a racionalização desse sub-setor de atividades via modernização tecnológica e organizacional, são ditadas pela necessidade de sua expansão como um todo, para atender às exigências do modelo de crescimento econômico do Brasil (5).

Assim, ainda que os programas e planos recentemente formulados sobre a agroindústria canavieira levem em conta, obviamente, aspectos e exigências específicas de cada uma das regiões produtoras do país, a tendência atual predominante é de que, dada a conjuntura da economia nacional, os objetivos globais e setoriais superem os regionais e locais, quando são definidas estratégias e instrumentos de ação e mais ainda, ao serem liberados os recursos financeiros para a sua implementação. Além disso, mesmo quando as proposições setoriais são direcionadas especificamente para uma determinada região produtora, e nelas são enfatizadas as características peculiares à mesma, os aspectos econômicos e técnico-agronômico da atividade, têm geralmente precedência sobre os de natureza social.

As proposições de racionalização do setor canavieiro contidas em diversos planos, programas e estudos para a região, expressam os interesses das diversas entidades envolvidas no processo em questão e que, reciprocamente, ora se associam, ora se opõem em função de situações específicas.

Na economia agroindustrial canavieira do país, é nítida a submissão do setor agrícola ao capital industrial representado pela usina, tanto sob a forma direta - das lavouras próprias - como indiretas - das lavouras de fornecedores -. Tendo em vista que o valor da cana-de-açúcar está relacionado à sua transformação realizada pelas usinas e que estas constituem um mercado oligopsonico, ainda que haja um alto grau de intervenção estatal nas esferas institucionais da produção e da comercialização, a dependência do segmento agrícola ao poder maior do segmento industrial é inconteste. Este modo de articulação, de certa forma, fixa a posição do "fornecedor" de cana no conjunto da atividade produtiva. Em que pese a mediação do Instituto do Açúcar e do Alcool - órgão máximo de coordenação da agroindústria canavieira no país - ele engendra formas peculiares de interação entre estas duas frações de proprietários rurais - o usineiro e o "fornecedor".

Há na região açucareira de campos cerca de 12.000 produtores rurais fornecedores de cana que produzem em torno de 60% da matéria-prima absorvida pelas 16 usinas de açúcar aí localizadas. Dêstes, 95% são proprietários de terra e podem ser classificados quanto à sua escala de produção, em pequenos, médios e grandes fornecedores. Constituem um segmento heterogêneo e bastante diferenciado internamente quanto à escala de produção e quanto ao modo de inserção na economia agroindustrial canavieira e na sociedade local e deles depende perto de 200.000 pessoas.

Um dos pontos mais enfatizados nos diagnósticos e estudos sobre a região que servem de base para a elaboração de planos e programas de desenvolvimento setorial e regional é justamente a limitação imposta por algumas das características da organização agrária aí vigentes ao processo de racionalização. Entre estes, a fragmentação da terra agrícola e seus correlatos - atomização da produção e elevado número de produtores rurais com pequena capacidade empresarial - estão incluídos entre os principais fatores limitantes à introdução de tecnologia moderna e ao aperfeiçoamento do modo de articulação lavoura - indústria, em níveis compatíveis com as exigências do referido processo.

Refletindo estratégias de ação diversas, podem ser identificadas linhas de proposições bem diferentes para racionaliz

zar a produção canavieira em Campos que, dadas as suas características básicas, são grupadas em três tipos:

- proposições para promover a racionalização em caráter amplo e abrangente, baseadas em projetos de desenvolvimento setorial e regional integrados. A implementação de tais projetos implicaria em mudanças estruturais em elementos da organização da atividade e em transformações nos papéis desempenhados pelos diferentes agentes representados por grupos e frações de grupos sociais nela envolvidos.
- outras proposições, menos abrangentes, preconizam mudanças através da introdução sucessiva, parcial e setorializada de novas técnicas, apoiada em crédito e extensão rural e outros serviços de infra-estrutura. Ainda que seus resultados técnicos e econômicos tenham um alcance limitado, as transformações derivadas de tais medidas não comprometeriam, pelo menos a curto prazo, o equilíbrio social vigente no espaço agrário regional.
- outra linha de proposições baseia-se na intensificação das formas de associativismo rural como meio de atingir mais facilmente a racionalização da produção e a promoção social do pequeno e do médio produtor canavieiro, tendo em vista as características estruturais da organização agrária regional (6).

Diante das proposições ditadas por interesses diversos, e diferenciadas quanto à sua natureza e características, a atuação de entidades que congregam fornecedores explicitamente direcionadas para promover a racionalização da atividade canavieira que ora se intensifica na região, pode ser vista como forma de uma mobilização de uma fração do grupo de proprietários rurais, no sentido de compatibilizar os interesses do setor como um todo e o interesse de outros segmentos envolvidos na atividade com os seus próprios interesses. Levando em conta as "barreiras" externas e internas que se antepõem ao esforço dessa fração de grupo como um todo, parece importante avaliar o alcance de sua atuação. Esta se propõe a introduzir processos cooperativistas de utilização da ter

ra e de comercialização da produção, associados ao assessoramento e à promoção dos fornecedores, enquanto classe, nas instâncias de influência e poder (7).

Desta forma, seriam viabilizadas transformações na organização do espaço agrário, através da modernização da produção, ainda que se mantivesse uma estrutura fundiária fragmentada, frequentemente considerada como técnica e inadequada e impeditiva ao processo de racionalização proposto.

As formas específicas da organização do sub-espaço agrário constituído pela região agroindustrial açucareira de Campos, que tivessem sua origem derivada das transformações acima referidas, poderiam ser vistas como o resultado das reações de frações de segmentos de empresários rurais, visando adaptar seus próprios interesses às imposições que ora se colocam para atender aos interesses gerais do sistema econômico-social vigente.

O tema proposto é complexo e seu estudo pressupõe sua inserção num contexto amplo. Elementos, ações, agentes, objetos envolvidos na problemática da racionalização das lavouras canavieiras constituem partes articuladas de um todo com o qual se acham em permanente interação. Identificar o caráter geral do todo, as tendências principais dos processos que nele ocorreram e a função que desempenham tais partes em cada momento do tempo, são pontos importantes para entender o que ocorre internamente em cada uma delas e o papel que hoje desempenham como agentes e elementos na organização do espaço regional.

II. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS.

1. A ABORDAGEM SÓCIO-ESPACIAL

A abordagem sócio-espacial enfatiza que a organização do espaço deriva da atividade social de produzir. O ato de produzir é ao mesmo tempo um ato de produzir espaço e o espaço humano reconhecido tal como é, em qualquer período histórico, seria um resultado da produção. Esta, o homem desenvolve com outros homens, isto é, em sociedade, introduzindo modificações no espaço natural e se utilizando de meios e instrumentos de trabalho. Daí resultam a organização social, a divisão do trabalho, as relações sociais que ocorrem a cada tempo, em lugares próprios. Portanto, produzir e produzir espaço são atos indissociáveis; mudam as maneiras, as relações homem/natureza, a distribuição dos objetos criados, e se compõe um novo arranjo, novos espaços são incorporados à atividade produtiva e outra complexidade é introduzida nos espaços já ocupados. Sob um processo que se amplia através de fluxos e interrelacionamentos em frações do espaço, se forma um espaço solidário total, derivado da sociedade global dentro de uma realidade total (SANTOS, 1978: 161).

As transformações espaciais provêm, assim, da intervenção simultânea de influências que operam, ao mesmo tempo, desde as escalas locais até as escalas mundiais. A organização do espaço resulta, pois, do modo como a sociedade, desenvolvendo suas estratégias articuladas, o utiliza a cada momento do tempo, para realizar seus objetivos. A noção de espaço produzido não deve ser, porém, confundida com a idéia de espaço como mero substrato natural ou reflexo dos processos sociais.

O espaço tal como se apresenta, tem uma realidade objetiva além de ser um fato social, já que é inegável a tendência que tem a organização do espaço, de fazer com que se reproduzam suas principais linhas de força: "as localizações antigas condicionam as novas localizações" (SANTOS, 1978, op. cit: 131).

O espaço contém certas formas fixadas, criadas em um dado momento, que não se desfazem com o desaparecimento ou substituição dos processos que o produziram e isto leva a concluir que o espaço tem um grau de autonomia em relação aos processos sociais. As formas pré-fixadas que caracterizam um dado padrão de organi-

zação do espaço, entrando em relação com outros dados da vida social podem, em momentos subsequentes da produção, influenciar novos processos, tornando-se assim, fatores condicionantes para que estes se realizem (BUCK HANSON e NIELSEN, op. cit:).

Esta idéia tem correspondência com o cálculo de inércia espacial e reforça as hipóteses do grau de autonomia e do papel ativo do espaço em relação aos processos sociais responsáveis por sua gênese. "Se, a cada transformação ou rompimento das relações sociais, o espaço acompanhasse totalmente as mudanças que ocorrem nas estruturas da sociedade e se adaptasse imediatamente às suas necessidades de funcionamento ótimo, ele teria um papel passivo". (SANTOS, op. cit. 148). Há valores de diversas ordens que influem no funcionamento de certas localizações e certos usos da terra que até mesmo não mais obedecem aos princípios de racionalidade econômica. A inércia espacial assegura ao espaço a tendência de reproduzir a diretriz global que lhe deu origem, ao mesmo tempo que exerce uma mediação sobre o impacto da ação dos novos processos alterando às vezes os objetivos iniciais deste, ou lhe impondo alguma orientação particular.

Na adaptação entre os novos processos sociais e as formas pré-fixadas, alguns elementos característicos da organização espacial desaparecem; alguns permanecem porque lhes são atribuídas outras funções, adequadas às exigências dos novos processos. SANTOS op. cit. 150 usa o termo "rugosidades" para definir as formas pré-fixadas no espaço geográfico, considerando-as como manifestações do tempo histórico transformado em paisagem. Estas "rugosidades" expressam restos de uma divisão internacional do trabalho preta, manifestada localmente por combinações particulares de capital e trabalho. As formas criadas em um dado momento para atender aos objetivos de um dado modo de produção, em um dos seus momentos, cristalizaram-se no espaço e não se perdem totalmente nos momentos subsequentes.

As características peculiares e as transformações que ocorrem em um determinado espaço não podem ser entendidas se não partir de um modelo geral de interpretação da sociedade, ou da realidade social "força motriz para os processos sociais com referência aos sistemas econômicos que nela se sucederam" (SANTOS, --

1978, op. cit. 168). "Cada sistema econômico social forma sua estrutura territorial própria" (HANSON e NIELSEN, op. cit.). Assim, é amplamente admitido que na abordagem sócio-espacial dois conceitos são fundamentais: modo de produção e formação social. De forma bastante genérica, tais conceitos podem assim ser sintetizados:

.Modo de produção - é um instrumento teórico conceitual que diz respeito às atividades e relações desenvolvidas pela sociedade com vistas à produção econômica. É constituída por uma estrutura social total formada pelo interrelacionamento de três estruturas parciais ou instâncias distintas que se articulam segundo leis gerais específicas a cada modo de produção, e que lhe garantem sua reprodução, ou seja, sua reformulação e expansão contínuas ou sua transformação. A instância econômica combina forças produtivas e relações de produção; as primeiras são as técnicas com as quais o homem trabalha para transformar a natureza em objetos que tenham valor de uso e compreendem trabalho humano e meios de produção (matérias primas, máquinas e infra-estrutura). As relações de produção - sociais e técnicas - são as formas de mútua cooperação e troca de atividades, necessárias para que se realize a produção, nas quais é importante considerar a propriedade dos meios de produção e a distribuição dos produtos obtidos.

As instâncias política, jurídica e ideológica, que formam a superestrutura combinam um modo normativo legal, cultural e ético que se constitui em formas específicas a cada modo de produção, cuja finalidade é reproduzir as relações de produção que lhe são próprias. A natureza de cada modo de produção será caracterizada pelo interrelacionamento dos três níveis ou instâncias e isto se opera através das relações de produção.

.Formação Econômica Social - refere-se a uma totalidade social completa e diz respeito à evolução diferencial das sociedades em seu quadro territorial próprio, em relação às forças externas das quais lhe advêm impulsos.

Não deve ser confundida com o sistema social, pois este é uma forma qualquer de sociedade, enquanto formação social diz respeito a uma sociedade bem precisa.

Contém uma dimensão espacial, daí a referência a quadro territorial próprio, pois a sociedade não pode se tornar objeti-

va sem as formas geográficas, o que levou SANTOS a preferir defini-la como uma formação econômica espacial (SANTOS, 1978: 199).

É portanto uma realidade objetiva complexa historicamente determinada, com base nas combinações de diferentes relações de produção, que coexistem na estrutura produtiva e que são derivadas da articulação ou de diferentes modos de produção ou dos diferentes momentos do mesmo modo de produção que definiram a sua própria elaboração (HAERNAECKER, 1972, p: 140).

A estrutura produtiva complexa de uma formação social é responsável pela complexidade de sua estrutura de classes. Esta é constituída por grupos de indivíduos que diferenciados em função da posição específica que ocupam dentro de um dado sistema de produção, formam classes sociais e se relacionam mutuamente nos níveis jurídico, político e ideológico.

Além das classes que formam os polos antagônicos em função de sua inserção direta nas atividades produtivas e que são integradas pelos trabalhadores e não trabalhadores (os primeiros, participando com o trabalho e os últimos detendo os meios de produção). A estrutura engloba grupos intermediários constituídos por profissionais liberais, empregados administrativos, técnicos). Estes grupos não constituem propriamente classes em termos de sua participação direta na produção, mas podem adotar posição de uma determinada classe, assumindo e defendendo os interesses desta, quando convém a seus próprios interesses. Por sua vez, em função de sua participação específica na estrutura produtiva e de seus objetivos imediatos, as classes e os grupos podem em um dado momento se apresentar subdividida em frações.

A estrutura jurídico-política da sociedade é assegurada pelo Estado a quem cabe, além das funções de organização e administração, manter o controle de umas classes sobre as outras (FIGUEIREDO, 1978: 56 a 60).

A intersecção entre os conceitos de Modo de Produção, -- formação Econômica e Social e Espaço Geográfico é bem descrita na conclusão de SANTOS de que "Cada forma geográfica é representada por um modo de produção ou por um de seus momentos". "A história dos modos de produção é a das formas geográficas criadas a seu serviço, enquanto a história das formações sociais seria a superposição de formas criadas pelos diferentes modos de produção e sua com-

plexidade sobre o território espacial" (SANTOS, 1977 p: 91).

O espaço articula-se em subespaços definidos por especificidades que os diferenciam entre si, do todo espacial, quanto à sua organização. Parece haver um consenso que as diferenciações espaciais em uma formação econômica sócio-espacial sejam explicadas pela complexidade das relações sociais, mas há muitas divergências na interpretação, quanto às diferentes relações sociais, mas há muitas divergências na interpretação, quanto às diferentes relações sociais e sua dimensão espacial correspondente.

Para alguns autores, haveria um espaço em que se articulam diferentes modos de produção, gerando diferentes relações sociais que gerariam subespaços. Formas de articulação de diferentes relações de produção - técnicas e sociais - correspondendo a tempos diferentes de um mesmo modo de produção, poderiam também diferenciar subespaços (DUARTE, 1980: 24). Outros autores admitem a Divisão Territorial do Trabalho como fator para a formação de subespaços funcionais, fazendo referências aos sistemas econômicos que neles se sucederam; neste caso, as especificidades que diferenciariam os espaços e criariam subespaços seriam geradas por processos realizados não somente a nível interno - do próprio subespaço e a partir da sociedade local - mas sim em um âmbito mais amplo e que decorre da necessidade do sistema sócio-econômico vigente dominante na sociedade como um todo, a cada momento histórico, de criar áreas especializadas para atender aos objetivos do seu funcionamento (REMICA, 1968: 13 - 17).

Sendo assim, as especificidades e as transformações que ocorrem na organização de um dado espaço devem ser entendidas a partir de um modelo global de interpretação da sociedade nele inserida com referência aos sistemas econômicos que nele se sucederam (REMICA, op. cit.: 6). Ainda um subespaço poderia se caracterizar a partir de diferenciações advindas da reação da sociedade local, visando a uma adaptação às imposições do sistema geral, já que os subespaços têm sua organização regulada pelas tendências da organização do espaço como um todo.

Tal concepção apoia-se na noção de totalidade social e seu correlato espacial, na qual as especificidades dos subespaços seriam elementos de um sistema social geral localizados em lugares diferentes.

Há ainda autores que admitem como definidores de uma certa organização de um subespaço todos estes elementos acima citados e incluem a intervenção do Estado no modo de produção como fator relevante: as diferenciações espaciais refletem as relações sociais existentes em uma formação social, desenvolvidas pela ação do Estado como mediador da sociedade (DUARTE, 1980: 27).

O Estado exerce uma ação intermediária entre as forças externas advindas de influência a nível internacional, nacional e/ou regional e os espaços sobre os quais irão repercutir as ações de tais forças. Não é porém um intermediário passivo, porque, ao acolher tais influências externas ele as modifica, de acordo com determinados condicionamentos. Dadas as características atuais da economia internacional, o Estado é o único intermediário possível entre o modo de produção em escala internacional e a sociedade nacional. Assim, a ação do Estado na organização e nas transformações de um dado segmento espacial caracteriza-se por levar em conta ao mesmo tempo dados estruturais e conjunturais nas escalas regional, nacional e mundial, além das próprias condições locais - as "rugosidades" - que se expressam através do arranjo específico de homens, de equipamentos e das atividades desse espaço. Depende, ainda, da natureza e do nível de atribuições que o poder político a ele confere para intervir sobre as atividades produtivas, sobre as relações sociais e em última análise, sobre o espaço.

A organização de um dado segmento espacial e suas transformações são frequentemente ditadas por interesses extra locais, estando associada de perto ao processo de modernização. SANTOS discute o conceito de modernização econômico-social e o associa à dimensão temporal da organização do espaço, considerando-a como uma idéia necessária para se compreender o impacto dos sistemas históricos sobre a organização e reorganização da economia da sociedade e do Estado nos países subdesenvolvidos.

Na história do subdesenvolvimento, segundo o autor acima citado, podem ser identificadas, em diferentes períodos históricos, uma modernização comercial, uma modernização industrial e uma mais recente - a modernização tecnológica - comandada pelas grandes indústrias (SANTOS, 1979: 23 a 26). A modernização tecnológica sobre a qual se fundamentam as transformações na organização do espa-

ço, se processa através da introdução e difusão das formas complexas do uso de capital representadas pelas atividades com alto coeficiente deste fator. Os espaços que polarizam a modernização funcionam como centros dispersores de inovações para os espaços periféricos, pressionando-os a adotá-las, até o ponto em que estes se tornem também modernizados. À cada modernização em escala mundial, corresponde a incorporação de novos espaços derivados. Quanto menor a escala do lugar, mais numerosos são os impactos da modernização, uma vez que derivam de influências e polarizações oriundas de diferentes níveis de decisão. Mas o impacto das forças de transformação é espacialmente localizado. A modernização tem sua extensão espacial condicionada à dinâmica pela qual se processa a distribuição do capital no espaço. Sendo a acumulação do capital um dos fundamentos do sistema capitalista, a direção natural dos fluxos do excedente a ser investido é para localizações onde operam os mecanismos mais eficazes para sua multiplicação. Estes se identificam a nível das condições naturais, das economias de aglomeração e economias externas, das condições de infraestrutura e institucionais, consubstanciadas no que CASTRO denomina de pré-condicionantes da moderna industrialização (CASTRO, 1973: 185). Assim, às inovações introduzidas nas atividades produtivas responsáveis pela modernização diferentes em função da combinação de seus diversos atributos, os lugares respondem de forma diferente ao impacto das forças de transformação. Por sua vez, a inércia espacial concorre para que, no interior de um mesmo sub-espaço, manifestem-se a seletividade e a descontinuidade referidas. Estes fatores conjugados explicam a coexistência de um mesmo sub-espaço, de formas complexas, caracterizadas pelas atividades capital intensivas ditas "modernas" e as formas elementares de uso de capital ditas "tradicionais", e pelas relações sociais específicas que estas engendram. Daí resulta ser o espaço do mundo subdesenvolvido marcado por diferentes níveis de renda da sociedade que se expressam ao nível regional, pela tendência de hierarquização das atividades e a nível local, pela coexistência de atividades da mesma natureza, mas que geram níveis de renda diferentes.

A forma como se distribui o excedente de renda gerado na economia influe também sobre a descontinuidade espacial da modernização, pois implica em uma seletividade social quanto à renda. Desta

forma, as reinversões necessárias para a expansão e universalização do processo de modernização em um segundo momento, ficam limitadas a poucos segmentos da sociedade. Isto é particularmente observado no espaço rural, no qual a modernização agrícola não implica, necessariamente, em distribuição da renda. Grande parte dos produtores ficam marginalizados do processo, enquanto outros, favorecidos por mecanismos econômicos e institucionais, têm reforçada sua capacidade de reinvestir e de acumular. Na posição de mediador entre as forças locais que impactam sobre a organização do espaço e geram transformações, mais ou menos abrangentes, o Estado opta entre diversas alternativas, por determinadas formas de intervir sobre os elementos constitutivos do espaço.

Dois aspectos são frequentemente enfatizados na história das economias ocidentais:

- a correlação entre o grau de ^{industrialização} institucionalização dos países e o nível de vida da população.
- o fato dos países "centrais" do sistema mundial terem sua base econômica baseada nas atividades industriais.

Este pressuposto, reforçado por pressões de diversas ordens, emanadas dos países centrais para transferir tecnologia e capitais para os países periféricos, constitui-se em um poderoso argumento em favor da industrialização, como meio para realizar transformações estruturais e superar condições econômicas e sociais características do subdesenvolvimento. Realmente a opção pelo modelo industrial tornou-se uma tendência quase generalizada nas economias capitalistas dependentes.

A modalidade de transferência de tecnologia dos países centrais para viabilizar o processo de industrialização, por um lado, e por outro, a necessidade de ajustar internamente os demais setores da atividade; os interesses sociais; as características ideológicas da sociedade; os aparelhos jurídicos e administrativos e as formas de organização espacial cristalizadas são os principais condicionantes para a definição de políticas globais e específicas do modelo econômico e das linhas de ação para implementá-lo. Assim, o Estado torna-se responsável pelo seu posicionamento, em grau mais ou menos favorável, em relação aos interesses internos e externos e pelo grau de compatibilidade entre ambos. Em níveis superiores de decisão são

definidos, a partir das características de um marco estrutural e de sua filosofia política, os objetivos, linhas de ação e estratégias que, corporificando diretrizes gerais, traduzem a política econômica e social do governo, em determinado período. Através de tais diretrizes, orientam-se os segmentos público e privado da sociedade para a consecução de suas finalidades. Isto equivale a estabelecer um modelo econômico à luz das condições econômicas e sociais prevaletentes na sociedade e que, nos planos político e ideológico, condicionam a viabilidade do mesmo. A nível teórico, este modelo deve traduzir as aspirações da sociedade ou pelo menos de suas frações mais representativas, junto às instâncias do poder (8).

2.A ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E A POLÍTICA AGRÍCOLA.

No processo de transformação das economias ocidentais a través da industrialização, as alternativas para o sistema de relações agricultura-indústria tem como principais teorias de referência a do Crescimento Equilibrado, a do Crescimento Desequilibrado e a das Indústrias Motrizes (MALASSIS, 1973: 170-183) (9).

A experiência tem demonstrado que nas economias que optaram pela industrialização como base econômica deve haver um equilíbrio inter-setorial para que se viabilize a própria extensão do modo de produção capitalista às atividades agrárias e, em última análise à economia como um todo. Este equilíbrio seria alcançado na medida em que, paralelamente à implementação de um moderno setor industrial houvesse a modernização do setor agrário, de forma a elevar a produtividade dos fatores utilizados na agricultura e promover transformações sócio-econômicas no espaço rural. Só assim o setor agrícola desempenharia funções bem definidas de modo a não comprometer a transformação de uma economia de base agrícola para industrial.

Tal contribuição a nível teórico, resume-se em:

- Oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas para suprir as necessidades dos setores urbano e industrial.
- Captação de divisas, através da exportação e pela substituição de importação de alimentos e matérias primas agrícolas.
- Transferências de mão de obra rural para os setores urbano e industrial.

- Transferência de capitais sob forma direta (investimentos) e indireta (impostos e taxas).
- Ampliação do mercado consumidor de bens e serviços dos setores urbano e industrial.

JOHNSTON e MELLOR afirmam haver severas limitações nas economias sub-desenvolvidas ao crescimento simultâneo dos três setores (JOHNSTON e MELLOR, 1961: 332). Por sua vez, CASTRO considera muito simplista admitir o desempenho de papéis definidos para a agricultura com o objetivo de viabilizar a transformação das economias sub-desenvolvidas. Os referidos "papéis podem, segundo aquele autor, variar em função do quadro estrutural vigente em diferentes tempos históricos, em cada espaço que representam condicionamentos específicos ao processo de transformação da economia (CASTRO, 197).

Os países capitalistas dependentes não podem, entretanto, prescindir dos recursos gerados pelo setor agrícola durante o processo de transformação de uma economia de base agrícola para industrial. Por outro lado, ocorrem pressões advindas de frações de segmentos empresariais que atuam para impedir que a economia agrária se altere profundamente através de transformações estruturais amplas que venham a se manifestar na elevação da produtividade agrícola e em modificações no padrão de distribuição da renda rural. Não ocorrendo tais modificações, não se verifica o ajustamento inter-setorial necessário ao crescimento econômico e social global.

Ao contrário, condições estruturais, econômicas, sociais e políticas viabilizadas por mecanismos econômicos e institucionais, garantem um tipo de complementaridade entre os setores, favorável à acumulação capitalista dos setores urbano e industrial e que se manifestam sob formas de distorções dos próprios "papéis" que, a nível teórico, devem ser desempenhados pelo setor agrícola. As distorções identificadas a nível do modo de articulação têm sua expressão mais nítida na oferta abundante de mão-de-obra (resultante do êxodo rural) aos setores urbano e industrial; na deterioração nas relações de trocas entre produtos agrícolas e produtos e serviços dos outros setores; nas transferências voluntárias, através de investimentos e compulsórias, através de taxas e impostos dos mecanismos cambiais de capital financeiro do setor agrícola para os demais setores. Na base deste modo de articulação encontram-se, de um lado, os interesses e

ações explícitas e implícitas da política econômica com o objetivo de expandir as atividades urbanas e industriais. De outro acham-se os elementos estruturais arcaicos prevaletentes no setor agrícola (identificados através de formas de apropriação da terra agrícola, nas relações de trabalho, na infra-estrutura de apoio, etc...) além dos elementos recém transformados, nos quais ainda não se diluíram certos condicionamentos econômicos, comportamentais e psico-sociais (formas de comercialização, de crédito informal e laços de subordinação de diversos tipos) sustentados em função dos interesses de certos segmentos da classe dos proprietários rurais. Sob tais circunstâncias, o padrão de relações intersetoriais atua como limitante às transformações da agricultura, uma vez que, através dele viabiliza-se a apropriação de ganhos do setor agrícola pelos demais setores, obstando a expansão das formas capitalistas de produção às atividades agrárias (10).

O segmento rural de uma sociedade cresce "na medida que uma maior produção é alcançada com o emprego de recursos menos onerosos e na medida que se ampliam as oportunidades de realização pessoal no campo econômico, social e político. Esta ampliação de oportunidades inclui: a passagem de poucas alternativas de escolha para situações de escolhas múltiplas; de uma situação de relações sociais predominantemente dominantes para situações relativamente independentes; de padrões predominantemente desiguais para padrões predominantemente iguais, no que tange à distribuição de recompensas nos três atributos" (PASTORE, 1973: 174). É um conceito de crescimento que engloba as dimensões de modernização tecnológica e de mudança dentro dos campos acima propostos.

Ao analisar as características do capitalismo agrário em países subdesenvolvidos, FERNANDES admite que, em sua redefinição para dentro, em função do processo de industrialização, as economias dependentes anteriormente primário exportadoras tendem a criar laços de dependência dos setores agrários com os polos internos dinâmicos da economia e do espaço geográfico. Pelos mecanismos acima descritos de articulação entre os setores modernizados da economia - urbano-industrial - este último em função das transferências tecnológicas, a partir dos países centrais - e o setor agrário - ao qual é atribuída grande participação para expandir os setores mais dinâmicos

da economia - caracteriza-se uma forma de dependência dentro da dependência. Afirma ainda o referido autor que este padrão de articulação econômica não é, por si só, desvantajoso para certos segmentos empresariais do setor agrário e para as elites econômicas de um modo geral. Ocupando posições destacadas na estrutura econômica, quer sejam seus negócios orientados para a agricultura, quer sejam para os demais setores da economia, tais agentes econômicos tendem a ter interesses comuns. Assim, grande número de empresários rurais desempenham papéis na economia urbana, representada pelas atividades industriais, pelo comércio e pelos serviços, bem como empresários urbanos têm interesses nas atividades rurais.

Uma vez que a economia como um todo, dada sua fragilidade, não tem condições suficientes para atenuar os prejuízos e defeitos que caracterizam a dependência do setor agrário, alguns segmentos privilegiados de produtores rurais lançam mão de sua influência junto às esferas superiores de decisão para preservar as bases materiais que lhes garantem as possibilidades de acumulação a nível pessoal e a própria manutenção de seus privilégios. Desta forma, a atividade agrária constitui-se em um meio para atingir outros fins nas esferas econômicas ou mesmo sociais e políticas, para alguns indivíduos e/ou segmentos da sociedade.

Para isto, frações privilegiadas de empresários rurais lançam mão, ou de elementos que derivam de formas sub-capitalistas de organização de empresa rural ou do desempenho de atividades econômicas paralelas extra setor agrário (FERNANDES, 1973: 121-143).

É um posicionamento que envolve um tipo de comportamento e de consciência de classe que coloca o modo de articulação inter-setorial com dependência do setor agrário, como um mal necessário. A disparidade de crescimento entre o setor agrícola e o industrial torna-se até mesmo preferível, do ponto de vista dos agentes econômico privilegiados, a mudanças na organização agrária que ponham em risco suas possibilidades de acumulação pessoal, ainda que estes contribuam para melhor posicionar o setor, em sua articulação com os demais setores da economia.

Assim sendo, as modalidades de relações de produção que, no interior da empresa, favorecem a acumulação e/ou engendram laços de subordinação, fortalecendo a capacidade para a referida acumula-

ção, tendem a ser mantidos. Motivações puramente capitalistas - a nível do indivíduo - e dos setores dinâmicos da economia tornam-se, paradoxalmente, um obstáculo à expansão e universalização do capitalismo no setor agrário e detêm a marcha em direção a uma autonomização da economia dependente como um todo.

Uma economia caracterizada pela coexistência necessária de formas capitalistas de mercantilização de produtos e sub-capitalista de organização da produção e na qual grande parte do produto gerado é absorvido pelos polos urbanos e industriais, tem um impacto dinâmico muito fraco para a organização e para a diferenciação do seu próprio meio social. Apenas os segmentos socialmente mais privilegiados ou mais integrados - grandes, médios e pequenos proprietários, trabalhadores assalariados, grandes arrendatários - têm poder, em diferentes graus, e o exercem para mobilizar alguns de seus interesses e melhorar suas posições relativamente a suas formas peculiares de inserção na sociedade rural.

Desde que o atrofiamiento do processo de extensão do capitalismo ao campo - do qual derivam grandes disparidades nas formas de organização agrícola do espaço rural - não põe em risco o desenvolvimento capitalista dos setores mais dinâmicos da economia e, ao mesmo tempo viabiliza a continuidade da acumulação, a nível individual, das frações empresariais privilegiadas, não se observam pressões, a partir das elites econômicas no sentido de promover transformações estruturais amplas no setor agrário (FERNANDES, op. cit: 130).

Neste contexto, o padrão de crescimento do setor tende a ter como referencia políticas agrícolas de alcance limitado. Quer a nível empresarial - quando emanadas da ação direta individual ou através de entidades de classe - quer a nível do Estado - fortemente induzidas por agentes econômicos com influencia junto às esferas de decisão - tais políticas geralmente enfatizam os aspectos ligados ao aumento de produção, privilegiando produtos e áreas produtoras determinadas, com vistas à mercantilização de produtos agrícolas. Enquanto isso tendem a ficar relegadas, de certa forma, mudanças na organização da empresa rural, indutoras do desenvolvimento sócio-cultural do campo e da aceleração da produção capitalista no setor agrário. Tendo como estratégia básica a modernização

tecnológica, grande parte das políticas agrícolas têm um alcance e uma abrangência insuficientes para reformular os padrões de concentração de renda e estruturas de poder da sociedade rural. Assim, podem ser muitas vezes manipuladas no sentido de ampliar desigualdades e aumentar os controles sociais diretos e indiretos dos segmentos empresariais privilegiados.

Os objetivos que motivam um processo de transformação setorial devem ser compatíveis com os objetivos gerais do sistema econômico. Analogamente, as diretrizes gerais das políticas setoriais emanam das diretrizes gerais da política econômica. Além da compatibilidade entre os objetivos, metas e diretrizes globais e setoriais com as condições econômicas e sociais e sua expressão espacial, as ações com vista a transformações do setor agrícola devem ser equacionadas segundo uma dupla perspectiva:

- dos meios utilizados para transformar a estrutura tradicional.
- das consequências das mudanças sobre as formas e padrões estruturais e espaciais existentes.

A agricultura de um modo geral, apresenta grande variabilidade em suas características sociais, funcionais e econômicas. Identificadas algumas vezes até mesmo nas pequenas unidades espaciais, a existência dessas diferenças torna muito complexas tanto as ações programadas - formalizadas ou não - para promover sua transformação, como o próprio processo de adoção individual de inovações tecnológicas e organizacionais da atividade. No contexto das economias em desenvolvimento ocorre uma grande oscilação entre o grau de confiança no desempenho da livre empresa e o alto grau de centralização governamental das atividades econômicas. Neste caso, os agricultores individuais são responsáveis diretos pelo atingimento de metas agrícolas definidas, em função dos objetivos do setor como um todo; mas suas decisões são, em grande parte, influenciadas por medidas indiretas emanadas da ação governamental. Entre estas últimas destacam-se as que se referem à educação da população rural, ao aperfeiçoamento institucional, aos estímulos econômicos e financeiros - que influem nos níveis relativos de preços dos produtos e dos insumos e na rentabilidade das atividades agrícolas.

Para definir as diretrizes gerais e específicas da política agrícola é necessário compreender que condições objetivas re-

querem os estabelecimentos rurais, para atender às exigências de crescimento e de transformação do setor agrícola. FIGUEIROA admite que o crescimento econômico e social sustentado do setor agrícola, compatível com os princípios da racionalidade econômica em economias capitalistas depende basicamente que os estabelecimentos rurais enquadrem-se nas seguintes condições:

- disponham de uma base física economicamente viável.
- não estejam contidas em sistemas de posse e apropriação da terra que entrem o processo de acumulação de capital nem limite a capacidade individual de decisão.

Apresentem possibilidades para negociar produtos e fatores com equidade, dentro de mercados organizados.

Tenham possibilidades de acesso aos serviços setoriais de apoio e fomento administrados pelo Estado (FIGUEIROA, 1973: 184).

Isto vale dizer que operar em bases econômicas racionais, dentro de uma ótica capitalista, depende das características que assumam as questões de terra, de mercado e de serviços ligadas ao setor agrícola. Frisa ainda o referido autor que tais condicionamentos têm legitimidade como categorias causais com valor explicativo, desde que a real configuração que assumem em situações concretas expressem o relacionamento existente entre grupos, entidades e classes sociais que participam do processo econômico. Além disso, são as interações recíprocas destes condicionantes - com diferentes graus de dependência recíproca de uns sobre os outros em cada situação específica - que irão definir as características econômicas e as relações sociais dos estabelecimentos rurais. Daí surge a questão de precedência de um fator sobre o outro em situações concretas. Até que ponto os problemas das áreas de mercado e de serviços dependem do problema da apropriação da terra agrícola? Ou os problemas do mercado têm a ver com a fragilidade da estrutura de serviços de apoio? Em que medida transformações em um dos aspectos poderiam desencadear mudanças induzidas nos demais? São reflexões importantes que devem preceder a definição de linhas de atuação da política agrícola e, que ao mesmo tempo ajudam a entender a adoção de certas políticas em um contexto de situações institucionais que limitam a implementação de programas orientados para promover mudanças radi-

cais na estrutura de propriedade da terra, como ocorre em grande parte das economias dependentes da América Latina.

As mudanças agrárias com vistas à modernização podem resultar:

- do rompimento com elementos sub-capitalistas da organização agrária.
- de um gradual ajustamento a novas condições econômicas criadas pelo desenvolvimento capitalista.
- de pressões e/ou induções destes novos processos, sem adquirir, porém, características intensas de desorganização social.

Nas economias capitalistas dependentes em que a agricultura não tenha podido resolver ainda total ou parcialmente a contradição principal ligada ao problema da apropriação da terra, a estratégia básica para transformar o setor agrícola visando à sua maior inserção no sistema dominante, frequentemente se baseia em uma dupla perspectiva: utilizar ao máximo os próprios instrumentos do sistema para gerar novos comportamentos mercantis na agricultura e estimular ao mesmo tempo aqueles processos que podem acelerar, dentro da própria agricultura a tomada de consciência sobre o caráter das contradições fundamentais vinculadas à concentração monopolística da terra e do capital financeiro. No caso da resistência de segmentos da sociedade às transformações nas formas dominantes da organização da produção baseadas no monopólio da terra e do capital, a estratégia mais viável tende a ser explorar as potencialidades do sistema dominante. Desta forma se explica a ênfase muito generalizada nas políticas governamentais de modernização direcionadas para a resolução dos problemas de mercado, de serviços de apoio para a modernização das técnicas de produção, através das quais tenta-se incorporar nas áreas rurais novos comportamentos e graus crescentes de racionalidade capitalista.

3. ASPECTOS DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA.

As transformações da agricultura nas economias dos países em desenvolvimento obedecem comumente a uma estratégia orientada para ações que visam a aumentar a produção e a produtividade.

de das unidades agrícolas. Tais ações são desencadeadas dentro e fora do setor e muitas vezes fora da região na qual se realiza a atividade. Nem sempre os efeitos gerados pelas ações são harmoniosos; ao contrário, muitas vezes são descompassados e necessariamente descompassados dada a política agrícola adotada por seus governos e os controles das sociedades consideradas. As decisões a nível nacional são submetidas a uma série de reduções ao passarem aos níveis mais baixos, isto é, as instituições que operam no setor rural e os diferentes grupos sociais e o agricultor.

Discutindo a modernização do setor agrícola, MELLOR afirma que os fatores terra e mão-de-obra são os insumos básicos da agricultura tradicional. Assim, o nível de produção na agricultura tradicional tende a ser limitado pela quantidade daqueles fatores fornecidos pelo agricultor. Ao contrário, na agricultura moderna a produção é afetada substancialmente pela alocação de capitais sob forma de insumos, tais como fertilizantes corretivos, defensivos, energia elétrica, mecanização, entre outros.

À medida que a agricultura se moderniza, o capital ganha importância relativa sobre os demais fatores. Além disso, a tecnologia moderna eleva a produtividade do capital, aumenta o retorno dos investimentos, o que representa um fator indutor para o aumento da poupança e de novos investimentos dos agricultores no próprio setor. Propõe ainda o autor, um modelo teórico no qual a produção constitui a variável dependente e as variáveis independentes são diversos insumos; alguns deles são usados nas funções que representam tanto a agricultura tradicional quanto a agricultura moderna; outros, usados apenas na que representa a agricultura moderna. A estes últimos, MELLOR denomina de novos insumos ou insumos de mudança tecnológica. Afirma o autor que os novos insumos, além de ter produtividade marginal mais alta, podem, quando incluídos na produção tradicional, determinar significativos aumentos na produtividade dos demais insumos. A complementação dos insumos tradicionais com os insumos modernos torna os primeiros mais produtivos e nestas condições são considerados importantes para promover as mudanças tecnológicas que caracterizam o processo de modernização: as instituições para prover incentivos aos agricultores

para adotar inovações, entre as quais aquelas relacionadas à intervenção no modo de apropriação da terra; pesquisas para criar alternativas técnicas de produção; oferta de insumos modernos em condições acessíveis a grande número de produtores; disponibilidade de serviços de apoio técnico à produção, à comercialização e ao beneficiamento; criação e ampliação do sistema de crédito e serviços para orientar e apoiar o processo de tomada de decisões dos agricultores para a adoção de nova tecnologia, entre outras. ----- (MELLOR, citado por PASTORE, 1973: 78 a 83).

Para SHULTZ, a agricultura tradicional é caracterizada pela permanência de técnicas de produção antigas; pela ausência de novos investimentos e pela baixa produtividade média dos fatores tradicionais. A ausência de investimentos seria consequência do baixo retorno obtido em investir em fatores tradicionais. Por sua vez, os fatores modernos que incorporam altos níveis de progresso tecnológico só poderiam ser adotados desde que estivessem disponíveis a preços reduzidos; isto significa considerar a produção de tais fatores, basicamente, como a mais importante fonte de geração de desenvolvimento agrícola (SHULTZ, 1964: 184).

O processo de transformação da agricultura é, entretanto, mais complexo do que propõem MELLOR e SHULTZ. Abrange desde os aspectos técnicos e políticos, até os ajustamentos sociais e econômicos que decorrem do seu próprio dinamismo. Envolvendo a participação de outros setores da economia, implica na redução do uso de fatores tradicionais e assim exige maior fluxo de relações intersetoriais (ARAÚJO, 1975: 96 a 97).

As inovações na agricultura que seriam geradas segundo um modelo pré-determinado (CONTADOR, 1975: 131 a 137) passam por um processo de adoção e difusão pelos agricultores, segundo certos limites impostos por variáveis de natureza econômica e social (11). Assim se explicariam, em parte, os diferentes graus de adoção de um mesmo tipo de tecnologia em estabelecimentos localizados nas mesmas áreas. As decisões privadas que determinam o nível corrente de tecnologia obedecem a vários condicionamentos. A relação entre fatores modernos e tradicionais na produção agrícola dependeria basicamente: da qualificação gerencial do estabelecimento rural, dos rendimentos de escala - que o autor associa à

dimensão do estabelecimento - do modo de apropriação da terra, da taxa de retorno da atividade, da qualidade dos recursos naturais e da distância aos centros urbanos (CONTADOR op. cit: 139). Haveria assim uma relação de dependência entre os altos níveis tecnológicos e os fatores citados, na medida que estes, interrelacionados, influíssem na elevação da rentabilidade dos estabelecimentos, proporcionassem ao produtor a possibilidade de poupança e de realização de novos investimentos em fatores modernos. O nível de alfabetização do produtor influiria na adoção de inovações, na medida em que facilitaria a decodificação das instruções sobre novas técnicas e a assimilação de informações sobre técnicas e operações financeiras e de mercados. As formas diretas de apropriação da terra agrícola significam maior poder de decisão do produtor e, ao mesmo tempo excluem a possibilidade da alta taxação pelo uso da terra limitar a capacidade financeira do produtor para adotar inovações tecnológicas. A elevação das rendas do produtor, aumentando sua capacidade financeira, possibilita o acesso ao crédito, a adoção de inovações e a propensão maior a assumir riscos. A qualidade dos recursos naturais - solo, água, topografia - influe na produtividade e conseqüentemente, na rentabilidade e nos retornos dos investimentos em tecnologia moderna, constituindo-se em fator de indução a novas adoções.

A escala de produção, associada ao tamanho do estabelecimento, apresenta vantagens relativas em utilizar certas técnicas modernas em estabelecimentos maiores, tais como mecanização, irrigação, aplicação mecânica de fertilizantes, defensivos, corretivos ou operações de corte ou carregamento mecanizado. A proximidade dos centros urbanos que desempenham funções de mercado para produtos agropecuários e de oferta de bens e serviços industriais e urbanos, ao reduzir os custos de transportes e facilitar a veiculação de informações, facilitam a adoção de inovações.

Para PASTORE, as decisões tomadas a nível da política nacional que resultam em transformações da agricultura constituem o desencadear de um complexo processo que se concretiza na direção prevista dentro de certos limites impostos por elementos de natureza social.

A introdução de nova tecnologia e métodos de organização

da atividade depende de vários fatores e, dentre eles, o referido autor destaca aqueles que influem sobre as atitudes e os comportamentos dos indivíduos a quem cabe a iniciativa de adotar inovações. As mudanças de atitude, por sua vez, são possíveis dentro de certos limites e são regidas por princípios gerais do campo da sociologia e da psicologia social.

A adoção de uma inovação depende de uma mudança de atitude, e esta é influenciada pelo conhecimento e pela valoração do objeto da inovação. Conhecer o objeto e ter uma atitude favorável ao mesmo não é, porém, suficiente para adotá-la. Há uma distância entre atitude e ação. As mudanças de atitude tendem a ser mais frequentes quanto menor for o grau de extermismo, de complexidade, de consistência - atitudes menos consistentes mutuamente são mais passíveis de mudança - de centralidade de valores - quanto menos apoiadas as atitudes em valores centrais, religiosos ou culturais, mais fácil será sua mudança.

Além dos fatores ligados à própria atitude, o autor cita alguns relacionados ao objeto de adoção, sintetizados assim por ROGERS. - vantagem relativa da mesma técnica sobre outras.

- Complexidade do objeto, que varia inversamente com a adoção.
- Divisibilidade - (quanto mais divisível e passível de ser adotada aos poucos, maior é a taxa de adoção.)
- Compatibilidade - quanto mais semelhante à técnica já utilizada, maior a taxa de adoção (ROGERS, cit. por PASTORE, 1973: --- 176).

Outra ordem de fatores que influem nas mudanças atitudinais, indispensáveis à adoção de inovações é a que diz respeito ao contexto sócio-cultural, na qual o agricultor opera. Sob essa ótica a adoção de inovações em grande medida seria condicionada pela:

- capacidade econômica do agricultor.
- participação em associações de classe e cooperativas.
- intensidade dos contatos mantidos com órgãos de pesquisa e experimentação agrícola e de extensão rural.
- nível de modernização, individual e da comunidade.
- costumes e padrões de comportamento social.

Tais variáveis tendem a ser correlacionadas entre si, e

a existência de um conjunto de fatores relacionados à atitude, ao objeto e ao contexto sócio cultural, favoráveis à mudança de atitudes e que levam o produtor rural a adotar inovações caracteriza o que PASTORE chama de "síndrome de adoção". Desta forma é alta a probabilidade de adoção de novas práticas agrícolas, quando uma prática é percebida como tendo vantagens relativas, quando é simples, quando pode ser adotada aos poucos, guarda compatibilidade com as técnicas e valores vigentes, quando seus resultados são rápidos e de fácil observação e comunicação. Além disso, quando o agricultor tem certa capacidade gerencial, é participante de grupos formais, tende a se comunicar, dispõe-se a correr riscos e apresenta traços de modernismo individual. Atuam também sobre as mudanças de atitude os fatores relacionados à estrutura agrária e às condições de mercantilização dos produtos, na medida em que influem na rentabilidade da atividade e no poder de decisão dos produtores.

Os fatores desta ordem enunciados por PASTORE são os mesmos considerados por CONTADOR, já citados anteriormente.

Além disso, são tidos como determinantes parciais da adoção; a natureza e a frequência dos contactos do produtor com os agentes de serviços de extensão rural. Diferem essencialmente entre si os treinamentos ditos tecnológicos dos treinamentos doutrinários. O primeiro pode ser visto como mais objetivo e imediatista e se restringe à prática a ser difundida. O segundo é mais abrangente e se propõe a difundir uma prática trabalhando com os agricultores, interessando-os pelos problemas comunitários, sobre a realidade rural, pela formação de liderança e pela promoção de valorização da pessoa do agricultor no meio rural. É ainda PASTORE que analisa um aspecto de certa forma negligenciado nas pesquisas sobre adoção de inovações nas economias desenvolvidas, mas de grande poder de explicação quando se considera tal processo no mundo rural subdesenvolvido.

Trata-se do modo de inserção do produtor do complexo das posições e relações sociais que existem no seu grupo e na sociedade que PASTORE denomina de estrutura social, ao analisar o seu impacto sobre as decisões individuais quanto à adoção de inovações.

Considerando as transformações da agricultura em um sentido amplo e abrangente que inclui modernização tecnológica, reformulação das instituições sociais vigentes e estabelecimento de novas relações sociais, o autor chama atenção para os efeitos da estrutura social existente.

A adoção da tecnologia, as novas relações sociais, a introdução de novas instituições na comunidade dependem da interação entre o que vai ser introduzido e a estrutura social existente.

A força dessa estrutura, ao inibir ou induzir as transformações decorre essencialmente dos fenômenos de poder. WEBER define poder como a possibilidade que possui um indivíduo para conduzir uma ação de acordo com sua própria vontade, a despeito de resistência de outros indivíduos que partilham de uma mesma relação social (WEBER, 1947, cit por PASTORE, 1973: 180).

O poder neste caso se refere a todas as formas de influência entre pessoas e grupos e se faz sentir em diversos graus, desde a coerção física até as formas atenuadas de coerção. O poder de grupos individuais localizados em posições sociais mais elevadas pode ser exercido sob forma de pressões - abertas e/ou veladas e de sanções negativas e outras formas de coerção, entre as quais se incluem, inclusive, as gratificações de natureza econômico-social e psicológica. Os grupos situados nas posições mais baixas têm reduzidas condições de organização através das quais se fortaleceriam os grupos menos privilegiados, para promover mudanças. O exercício do poder de uns grupos sociais sobre outros é um dos sustentáculos das estruturas sociais baseadas em relações de dependência unilaterais e estas tendem a ser rígidas, desiguais e pouco suscetíveis a mudanças. Há mecanismos de vários tipos, cuja base são as relações sociais de trabalho e a concentração da terra agrícola, através dos quais se manifesta o poder que garante a continuidade das relações unilaterais de dependência. Algumas questões podem ser então colocadas: de que maneira seriam superadas as resistências do poder e realizadas as transformações estruturais necessárias à modernização do meio rural? Que mecanismos lograríamos empreender mudanças sociais de efeitos transformadores ou de efeitos conservadores? As mudanças transformadoras trazem no-

vos papéis sociais, novas relações e uma distribuição mais equitativa do poder entre os diferentes estratos, classes ou frações da sociedade? Entre as mudanças conservadoras estariam aquelas que não resultam em transformações nos papéis sociais dos vários segmentos dos indivíduos da sociedade. Ao contrário, atuam no sentido de garantir o poder de certos grupos e a manutenção, com pequenas modificações, da ordem social existente; é o caso da modernização exclusivamente tecnológica das atividades agrícolas. Há posições intermediárias caracterizadas pela ocorrência de mudanças tecnológicas associadas a algumas formas de mudanças sociais, --- quais sejam a mobilidade através da educação, as modificações de atitudes e hábitos, sem que ocorra mudança estrutural. Haveria uma ascensão econômica e cultural das frações de grupos ou dos próprios grupos que continuariam, porém, a desempenhar os mesmos papéis na estrutura social sem intervir na base material que garante o poder de grupos mais privilegiados.

Entre os formuladores de teorias sobre desenvolvimento rural e sobre transformações da agricultura, há os que argumentam ser a modernização rural - técnica, econômica e cultural - uma pré condição para que ocorram mudanças estruturais. QUIJANO, apoiado em idéias de WAGLEY, hipotetiza que haja um impacto de modernização urbana sobre o meio rural, através das inovações que, atingindo os mais altos estratos sociais das zonas rurais deflagrassem um processo de transformação social com o aparecimento de novas formas de relações sociais (QUIJANO, cit. por PASTORE, 1973, 183). Estas se expressariam basicamente pelas mudanças nos critérios de estratificação social, no aumento do número de canais de mobilidade social; na diminuição progressiva do poder social e econômico das elites agrárias; no aumento da diferenciação social entre os produtores com o surgimento de um número maior de grupos e frações intermediárias, originando a formação de uma classe média rural.

Outras correntes de opinião apoiam-se nas idéias do automatismo nas mudanças da estrutura social. Enfatizando a importância da variável tempo no processo de transformação encontram-se Lewis, Sing e Rostow. A idéia de "achievement motivation" é defendida por Mc Clelland e Hegen, que consideram a existência da "per

sonalidade inovadora". Admitem estes autores a hipótese do surgimento, no seio de sociedades rurais rigidamente estruturadas, de estoques humanos que, em função da educação familiar menos autoritária, sejam criativas e dispostas a operar mudanças.

Indivíduos das classes tradicionais que se rebelassem contra padrões técnicos, culturais e valores estabelecidos e tentassem transformar estruturas sociais, caracterizando-se como personalidade inovadora. São teorias que buscam mudar as idéias clássicas de transformação social através de mudanças tecnológicas e econômicas, simplesmente; mas ao mesmo tempo são consideradas frágeis, por não conter intrinsecamente a explicação para a emergência de agentes de mudança no interior de sociedades de classes rigidamente estabelecidas, cuja ideologia dominante é a da sua própria reprodução. Além disso, estruturas sociais rígidas correlacionam-se com estruturas familiares rígidas que tendem a perpetuar os valores sócio culturais dominantes, o que, de certa forma, dificultaria a emergência espontânea da personalidade inovadora.

Maior poder de explicação parecem apresentar as hipóteses baseadas na oposição e no conflito, no dissenso, no desvio do comportamento para explicar como se conjugam forças econômicas, políticas, sociais para inibir ou facilitar mudanças estruturais. O primeiro pressuposto para tais hipóteses é que existe, no meio rural, em um grupo ou fração de grupo, o estado de "privação relativa" ou "nível de insatisfação" que os mesmos percebem ao ter contacto com outro grupo que supõe como seu semelhante; é uma atitude gerada pelo desejo de ter ou desfrutar de algum bem, serviço ou posição que outros dispõem ou desfrutam.

Tratando-se de uma estrutura rígida, caracterizada pela alta concentração do poder, os controles sociais cerceiam a veiculação de informações que podem corresponder a um anseio de grupos ou frações sociais menos dotadas de poder, mas que se chocam com interesses das camadas dominantes. Os grupos de menor status na sociedade rural tendem a ter informações de um mundo exterior muito restrito. Mesmo para aqueles indivíduos e/ou grupos que tenham recebido informações, o estado de "privação relativa" não é suficiente para alterar estruturas, dada a rigidez dos controles de poder. Assim, o fato de ter conhecimento sobre condições vigentes

no mercado de mão-de-obra, oportunidades de comercialização e de aquisição de práticas e técnicas agrícolas, de crédito formal e entre outras, não significa que o indivíduo ou grupo tenham condições de desencadear mudanças que os torne aptos a desfrutar das mesmas vantagens que percebem. Os mecanismos de controle existentes podem bloquear a própria expressão do sentimento de "privação relativa", impedindo que o mesmo flua do nível local para níveis mais altos - regional ou nacional - na sociedade.

Para que a privação seja canalizada e transformada em ação é necessário que se desenvolvam mecanismos de comunicação e se reforcem e estimulem as forças associativas de organização da sociedade rural. Desta forma, as associações, as cooperativas e sindicatos atuam como canais de expressão dos interesses dos grupos que as constituem, ao mesmo tempo que aglutinam forças que se podem transformar em ações que mediatizam os interesses dos referidos grupos.

Há que se distinguir, porém, dois tipos de associações: - tuteladas e voluntárias. As primeiras evoluem no sentido de que a privação relativa seja canalizada para gerar satisfação de ordem individual, com pouco poder para promover transformações estruturais. Enquanto isso as organizações voluntárias se caracterizam mais como canais de expressão dos interesses de grupos e desencadeiam processos de dissenso, tensão, conflito, apoiados em processo de cooperação; elas contêm internamente maior poder para romper estruturas e atingir metas e objetivos de grupos e frações de grupos da sociedade rural. Subjacente à idéia das formas de organização voluntárias está portanto a idéia de desvio de comportamento. O grau do desvio determina o nível da tensão social que os processos de dissenso e conflito geram. Situando-se o desvio dentro de uma certa margem de permissividade conferida pelas camadas dominantes da sociedade, a aspiração que deu origem à organização respectiva tende a ser socialmente aprovada e a se institucionalizar. Caso contrário, quando se situa fora dos limites de aprovação, os controles sociais são acionados para frustrar a aspiração e a organização tende a se deteriorar e desaparecer, a menos que o grupo que a constitua consiga um suporte local e/ou extra local que o sustente. Conclui-se que um cer-

to nível de desvio de comportamento é indispensável para acionar os processos de mudança e modernização, mas é indispensável que tenha aprovação de grupos e instituições para ser consequente. "Assim, a privação que se incorpora em ação que, por sua vez, tem apoio em grupos de pressão transforma a ordem inicial, eliminando ou mitigando o foco de insatisfação e institucionalizando a mudança. Uma vez completado o ciclo, a ordem será novamente submetida ao mesmo processo, pois novas necessidades e insatisfações surgem da nova situação" (PASTORE op. cit.: 186). Sob tal suposição conclui-se que as mudanças de estrutura que visam a mudar as relações sociais no campo são difíceis de ocorrer e quando ocorrem derivam de processos de oposição e de dissenso. A idéia de oposição é colocada de forma genérica e tem uma conotação de dissenso coletivo e ação contra a ordem estabelecida; pode assumir, portanto, diferentes níveis de uma gradação.

No caso de uma cooperativa de comercialização a oposição situa-se entre produtores e intermediários e se destina a transformar uma estrutura de comercialização. Ocorre, portanto, uma oposição entre grupos, que resulta em transformação de uma certa estrutura, no caso a de comercialização e novas relações entre produtores e compradores tendem a surgir. Caracteriza-se um conflito de interesses e o êxito da proposta de associação depende das "informações introduzidas no sistema, do nível de privação relativa, da atuação dos controles sociais de apoio de grupos de apoio e da permissividade do sistema político-social da sociedade considerada" (PASTORE op. cit.: 187).

Quando o movimento cooperativista estende seus próprios limites até os grupos a que ele se opõe, com o objetivo de resolver seus problemas através do consenso - eliminando assim um de seus fundamentos que é o dissenso - a tendência é esvaziar-se, enquanto instrumento de transformação. Passam estas organizações a operar em regime de compromisso entre grupos opostos e não formam grupos homogêneos, quanto aos interesses. Em casos extremos, tais formas de cooperativismo transformam-se em mecanismos para aperfeiçoar e manter desigualdades estruturais, na medida em que solucionam problemas individuais e imediatos de frações dos grupos que as compõem. Nestes casos elas se descaracterizam como instrumen-

tos de mudanças nas relações sociais que entravam a modernização rural, em sentido amplo.

Analisando a modernização da agricultura, GALJART propõe uma classificação dos fatores sociológicos que seriam impeditivos ao desenvolvimento agrícola e adota um conceito de desenvolvimento que, a nível de empresa, corresponde ao crescimento sustentado descrito por FIGUEROA, anteriormente comentado.

Os fatores impeditivos à adoção de inovações na agricultura são classificados por aquele autor em três tipos básicos: -- ignorância, impotência ou incapacidade e desinteresse. O primeiro - ignorância - relaciona-se ao fato do agricultor usar apenas as técnicas que conhece e não saber fazer nada além do que tem feito até aquele momento. Falta-lhe informações e capacidade para absorver as técnicas que são disponíveis no meio rural. O fator impotência ou incapacidade significa que o agricultor conhece as novas formas de realizar suas atividades, mas é impedido, seja por razões econômicas, por seu status sócio-econômico e de renda, seja pelo tamanho de propriedade ou pela sua incapacidade de assumir riscos. Desta forma o produtor mantém-se marginalizado de um processo de transformação do qual ele tem conhecimento. O terceiro fator, o desinteresse, é caracterizado pela atitude do produtor não se sentir motivado para adotar inovações. É um tipo de fator que detém componentes psico-sociais muito fortes. O autor citado enumera três ordens de condições que influem para aumentar o desinteresse do produtor:

i. o produtor dispõe-se a se satisfazer com um determinado nível de renda por unidade de tempo e de capital dispendido para obtê-lo, e não se esforça por aumentá-lo uma vez obtido. É uma posição que pode variar de acordo com várias circunstâncias, pois o nível de satisfação do produtor muda para mais ou para menos. O tempo e os recursos que o mesmo deseja dedicar a outra atividade ou mesmo ao ócio e/ou lazer, deve também ser considerado, para estabelecer seu nível de satisfação.

ii. valores e atitudes denominados de "atividade-passividade". Influem no desinteresse, uma vez que esta dimensão diz respeito à

idêia que tem o produtor rural da sua capacidade de mudar ou manipular seu ambiente. Esta percepção, em grande parte, depende de sua posição quanto à forma de apropriação da terra agrícola. Onde há laços de subordinação muito fortes e estruturas fundamentadas em relações unilaterais de dependência, a tendência é de uma grande contingente da sociedade rural perceber não poder influenciar o ambiente em que vive. Sua posição dependente na escala social limita seu "horizonte temporal"; este conceito, desenvolvido por BANFIELD, significa quão longe olhará um indivíduo quando tem que escolher entre duas alternativas de ação (GALJART in SZMERECSANY y QUEDA - 1973, 71 e 79). É uma idêia que inclui o ambiente, a posição do indivíduo neste ambiente e, principalmente, sua percepção quanto a esta posição, e que conduz à formação de atitudes. Assim, quando o indivíduo depende de circunstâncias e ocorrências fora do seu alcance, com capacidade de realização muito restrita, a ponto de não poder almejar nada, não faz sentido seu empenho em mudar alguma coisa.

iii. valores e atitudes que dirigem as relações interpessoais nas comunidades rurais, pois delas depende o êxito das formas de associação necessárias para promover mudanças na atividade agrícola. Muitos destes valores, que são aliás, responsáveis pela presença de uma estrutura atomizada de produção, ou seja, pela negação do associativismo, é explicado por alguns antropólogos sociais, por meio da teoria dos "bens limitados". Segundo esta teoria os produtores rurais vêem a produção total como fixa e não concebem que uma pessoa possa obter maiores resultados a não ser apropriando-se de uma parte do produto que cabe aos demais produtores. É o que gera disputas pelo controle de bens escassos e reduz as iniciativas do cooperativismo rural. Nos contextos subdesenvolvidos, GALJART considera a resistência dos agricultores ao cooperativismo como parte de uma síndrome a que denomina "busca de patronagem". Caracteriza-se por uma busca de benefícios a serem concedidos por pessoas mais poderosas - o patrão, o ex-patrão, o patrão de seus antepassados familiares, o antigo senhor (ou seus herdeiros) de terras posteriormente subdivididas para dar lugar a pequenas propriedades, etc... Sua origem remonta às formas de organização agrícola baseadas em laços de subordinação econômica

e social patriarcais praticamente desaparecidos. Ainda que descaracterizada, a busca de patronagem permanece modificada e adaptada a novas circunstâncias, mesmo quando a dependência objetiva se tenha reduzido ou sido mesmo eliminada. A idéia de que alguém cuidará de resolver suas necessidades imediatas - seja um vale para compras ou um pequeno empréstimo, ou a resolução de um problema de saúde ou apresentação para contato com serviços de apoio instituído pelo governo, entre outras - leva o produtor a acreditar que êle não pode depender apenas de seus próprios esforços. Daí resulta o desinteresse do agricultor em se associar para pressionar ou acionar medidas em interesse do grupo a que pertence. Resguardados pelos benefícios imediatos que decorrem da "busca de patronagem" os mecanismos para "manter distâncias", são fortalecidos; reduz-se assim qualquer tentativa de mobilidade e bloqueia-se a iniciativa que pode conduzir a mudanças nas relações sociais.

III - METODOLOGIA.

Os sucessivos arranjos ou a reestruturação do espaço agrário na região açucareira de Campos se constituíram em verdadeiras respostas às injunções e "crises" que, geradas por condições externas ou internas à região ou ao país, que foram assumidas internamente e resultaram em modernização de processos produtivos com alterações nas relações existentes entre os diversos agentes sociais nela envolvidos.

Isto foi o que ocorreu com a substituição da engenhoca pelo engenho movido à água ou de tração animal — o engenho real — e deste, para o engenho a vapor e finalmente para a usina. Tais transformações que têm em comum a concentração econômica, foram acompanhadas por mudanças no modo de articulação entre o setor agrícola e o industrial e conseqüentemente, a reestruturação do espaço agrário e, dentro de um quadro de especificidades que o diferenciam das demais áreas canavieiras do país.

As medidas que ora têm sido empreendidas e/ou propostas para racionalizar a produção canavieira na Região, representam um novo influxo de modernização da atividade, e da mesma forma que anteriormente, impulsionado por injunções internas e externas com conseqüências sobre a organização do seu espaço agrário.

O objetivo deste trabalho é o de tentar avaliar o impacto das ações para promover a racionalização sobre a organização do espaço agrário, através da introdução de mudanças substanciais na produção canavieira.

Mais especificamente, pretende-se ainda, a partir da identificação das principais questões relacionadas ao processo de racionalização, verificar a atuação das entidades que congregam os fornecedores de cana, vista como manifestação deste grupo da sociedade no sentido de compatibilizar seus próprios interesses com os interesses subjacentes e às propostas dos demais grupos, frações sociais ligados à atividade canavieira.

O modo de investigação adotado foi "o estudo de caso", de tipo exploratório, no qual além da investigação de uma certa situação do real, tenta-se identificar algumas outras problemáticas e sugerir hipóteses a serem avaliadas em pesquisas posteriores.

Procurou-se manter a preocupação de apoiar a pesquisa

em alguns conceitos dentro de um esquema teórico que servisse de referência para coleta de informações.

Tentou-se dessa forma, fugir da abordagem que, recusando qualquer teoria, apoia-se na idéia de que a simples acumulação de fatos, explicam situações reais, e por isso mesmo, exigem uma substancial massa de informações que tenha uma dimensão estatística para conferir precisão à pesquisa (12).

Isto entretanto, não significa reduzir a importância da coleta de dados e informações e da consulta bibliográfica, mas sim, tentar direcionar esta fase, segundo conceitos prévios com o objetivo de interpretar e concluir dentro de um quadro referencial de explicação mais ampla, dados específicos da problemática em questão.

Aceita-se a idéia de que os estudos de caso tem um caráter particularizante e que seu poder de generalização é limitado, baseados em conceitos teóricos prévios, sejam úteis instrumentos para testar a validade empírica dos mesmos.

Para a realização deste trabalho foram utilizadas como subsídios, informações contidas em pesquisas recentemente realizadas (entre 1973 e 1980) sobre o setor agroindustrial canavieiro da Região de Campos, por equipes técnicas de caráter multidisciplinar, cujo objetivo era diagnosticar e propor soluções alternativas para os diversos grupos de problemas que envolvem a atividade. Através de entrevistas com técnicos das instituições responsáveis pela elaboração destes estudos, procurou-se saber sobre a permanência de validade de certas classificações, índices técnicos, e de outros elementos estruturais e conjunturais neles contidos, atualizando-se quando necessário. Isto possibilitou selecionar muitas das informações e utilizá-las neste estudo. Além disso, foram realizadas entrevistas dirigidas e tomados depoimentos com técnicos e diretores de entidades governamentais e privadas ligadas ao setor, direcionadas especificamente ao problema da racionalização da lavoura canavieira, com a preocupação de identificar os objetivos maiores de tais atividades em relação à atividade e à Região de Campos, especificamente.

A partir de uma classificação prévia de fornecedores baseada em alguns critérios estabelecidos à luz dos referidos estudos e em conclusões obtidas no decorrer da pesquisa (13), partiu-se para a fase de entrevistas dirigidas com fornecedores. A maior

preocupação nessas entrevistas era chegar à conclusão sobre aspectos comportamentais e de percepção dos produtores diante das proposições alternativas de racionalização, e principalmente sobre a atuação das entidades que congregam.

Foram também coletadas informações em bibliografia específica e não específica — livros, periódicos, documentos — e em jornais locais.

O que se pretende é considerar como referencial teórico e conceitual amplo a organização do espaço derivado do processo da sociedade como um todo, dentro da idéia de totalidade social e sua correlata dimensão espacial. A partir desta idéia básica, tomar conceitos específicos sempre vinculados ao referencial maior, como instrumentos para selecionar e interpretar algumas das mais relevantes questões sob análise. Supõe-se, a priori, não ser possível prover evidências empíricas para todos os elementos e relacionamentos tôricos explicitados.

A primeira parte consiste em uma síntese da evolução histórica da organização espacial da Região de Campos, tendo como referência a evolução da atividade agroindustrial canavieira, direcionada principalmente para dois aspectos fundamentais, ao estudo em questão:

- situar naquele contexto os processos que originaram e viabilizaram a manutenção da pequena propriedade canavieira que substituiu a processos de tendência concentracionista.
- ressaltar as formas de articulação entre a propriedade industrial e a propriedade fundiária, que resultaram na segmentação da lavoura canavieira, dando origem às lavouras de fornecedores, bem como os mecanismos que têm possibilitado sua permanência e suas transformações no tempo.

A segunda parte, refere-se à racionalização propriamente dita e inclui:

- a caracterização atual da produção canavieira da região, com maior especificação sobre o segmento de lavouras dos fornecedores.
- uma síntese dos principais fatores indutores e limitantes, do desenvolvimento da produção canavieira e das principais propostas de racionalização da atividade, com referência aos

agentes e instrumentos para sua implementação e o seu impacto sobre a organização do espaço agrário na Região de Campos.

A terceira parte, diz respeito à mobilização da classe de fornecedores através das entidades que os congregam e a atuação específica de cada uma delas diante dos problemas que envolvem a racionalização das lavouras.

Na quarta parte, a título de conclusão, procura-se estabelecer de modo muito sintético, algumas relações entre os conceitos que serviram de referencial a esta pesquisa e os elementos e fatos que, através dela, foram identificados.

IV. O PROCESSO DE RACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CANAVIEIRA DE "FORNECEDORES".

1.1. SÍNTESE DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NA REGIÃO DE CAMPOS.

O modelo econômico colonial implantado no Brasil orientou-se em função do capitalismo europeu em sua fase de acumulação comercial e sob essa égide constituiu-se a Formação Social Brasileira (14). A economia açucareira aqui desenvolvida, deve portanto ser entendida e interpretada dentro deste contexto, do qual ela foi resultado e ao mesmo tempo, fator de estímulo.

↳ O subespaço que hoje corresponde à região açucareira de Campos foi, no início do seu povoamento, uma área apenas subsidiariamente inserida no modelo colonial exportador. Em suas terras requeridas como sesmarias, por senhores de engenhos açucareiros situados na área em torno da Baía de Guanabara, foram implantados em 1633 os primeiros currais de gado com o objetivo de abastecer em bois de trabalho e corte, carne salgada e couro, tais engenhos. Prosperando a pecuária, a região passou a se constituir numa verdadeira "retaguarda econômica" da zona canavieira da Guanabara (BERNARDES, 1957: 194).

Sua ocupação foi efetivada a partir da segunda metade do século XVIII, com base na produção açucareira. Os dois primeiros séculos de colonização foram marcados por acirradas lutas que envolveram, de um lado, grandes senhores de terra e ordens religiosas, proprietários dos latifúndios; e de outro, os descendentes dos primeiros povoadores e os novos ocupantes — foreiros, rendeiros e pequenos proprietários —, e entre todos estes, os agentes das esferas de decisão do governo colonial.

Favorecendo-se de ótimas condições ecológicas da Baixada Aluvial do Paraíba para a cultura canavieira e de boas condições de mercado, a produção açucareira teve notável expansão a partir das primeiras décadas do século XVIII, o que colocou a Região de Campos entre as mais importantes áreas açucareiras do país.

Ao contrário do que ocorreu na área canavieira da Baixada Fluminense e do Litoral Nordestino, onde a produção açucareira fundamentava-se na grande propriedade polarizada pelo "engenho

real", em Campos predominava a pequena produção que articulava lavouras e fábricas de açúcar — as engenhocas — sob a responsabilidade de produtores-proprietários que detinham o controle e a propriedade sobre os meios de produção e sobre os frutos do trabalho, ou de foreiros que apenas controlavam a produção e tinham a propriedade dos frutos do trabalho. A mão-de-obra empregada era constituída pelos proprietários e membros da família, auxiliados por quatro ou cinco escravos.

A produção açucareira atingia níveis de 200 a 300 arrobas anualmente, o que conferia aos produtores, ganhos que lhes possibilitavam ampliar suas engenhocas e até mesmo, montar engenhos maiores e estender suas lavouras.

Era uma sociedade rural rústica — "nada de riquezas nem solares grandiosos" — a não ser o Colégio e o São Bento ...", há equilíbrio social com a pequena propriedade e a produção é distribuída pela população" ... "tão pouco é a construção dos engenhos campistas, privadas do homem de cabedal e governo" (LAMEGO, 1945: 102).

Nas fazendas do Colégio e do São Bento, situavam-se as sedes de dois dos quatro latifúndios existentes na Baixada Campista, ao início da exploração açucareira. Ao contrário das unidades de produção características da organização agrária dominante, havia nestas extensas propriedades, cultivos de cana e engenhos, culturas alimentares, criação de gado equino, uma escravaria numerosa, artesões, ferreiros, etc.; sendo um tipo de organização autárquica. Grande parte das terras destes latifúndios eram incultas, enquanto outras, ocupadas por foreiros, arrendatários e ocupantes, eram objeto de ferrenhas disputas com proprietários absenteístas.

Entre 1737 até o fim do século XVIII, sobe o número de engenhos de 34 para quase 300, concentrados ainda nas faixas dos aluviões do Paraíba, entre a margem direita e a Lagoa Feia. A pecuária e as culturas alimentares foram sendo impelidas para os "baixios" das restingas litorâneas.

A transferência do eixo econômico da Colônia, do Nordeste para o Centro-Sul, com o ciclo da mineração — meados do século XVIII — intensificou o tráfego marítimo entre o Rio de Janeiro e a Europa, ativando as exportações pelo porto do Rio de Janeiro. Este foi um fator da expansão da produção açucareira em Campos, ele-

vando-se a sua posição relativa no mercado, liderado pela Bahia e por Pernambuco, e firmando definitivamente seu papel como área produtora de açúcar de cana na Colônia.

A este fator impulsionador do mercado correspondeu uma tendência inicial de concentração da terra agrícola através da instalação dos primeiros engenhos reais. Em 1775, dentre os 300 engenhos aí existentes, havia 31 engenhos reais mais aperfeiçoados, quanto ao processo de fabricação de açúcar, com áreas de lavoura mais extensas e utilizando maior número de escravos. As formas de intermediação vigentes na comercialização do açúcar eram, porém, bastante lesivas aos interesses dos donos de engenhos e engenhocas. O aviltamento dos preços, a demora nos pagamentos e os juros extorsivos cobrados para financiar a produção, eram algumas formas de expropriação do setor agrícola pelo comercial. Favorecia-se, assim, a retirada de recursos da região para a acumulação na praça comercial do Rio de Janeiro, ou para seus representantes na praça de Campos. Na primeira metade do século XIX, as transformações na economia mundial modificaram a estrutura do mercado internacional do açúcar, com grandes repercussões para o Brasil. A estas, se ligaram fatores internos, que podem ser considerados como indutores de processo de modernização da produção açucareira, se verificou naquele período (15).

O que se visava com a modernização era atingir níveis mais altos de produtividade, através da obtenção de maior rendimento industrial e da redução de perdas, e assim, aproveitar as perspectivas favoráveis do mercado mundial. Em 1827, foi instalado em Campos, o primeiro engenho a vapor; com isto, modificações vão se operar na estrutura da produção, na estrutura social, e ao mesmo tempo, novas formas de organização espacial vão ser introduzidas.

A dispersividade natural que caracteriza as atividades na área tende a ser freçada. As condições no mercado então vigentes, não mais induzem à instalação de unidades com escalas de produção diminutas, como era o caso das engenhocas. Ao contrário, o que se verifica é que tanto estas como os pequenos engenhos foram sendo gradativamente absorvidos pelos engenhos a vapor.

A grande propriedade rural integrando lavouras e fábricas, utilizando grande contingente de mão-de-obra escrava, os processos de fabricação mais modernos passam então, a dominar a estru

tura da produção, e a caracterizar esta fase da evolução da economia açucareira em Campos.

Os antigos donos de engenhos e engenhocas, além de fazendeiros, proprietários ou foreiros, que conseguiram manter suas terras e seus escravos, a despeito do processo de concentração, não se submeteram completamente ao tipo de relação social que adveio com o engenho a vapor. Alguns não paralisaram seus pequenos engenhos, mantendo assim, seu domínio sobre a produção. Outros, porém, tornaram-se fornecedores de cana aos engenhos, instituindo-se dessa forma, uma divisão na classe dos proprietários rurais:

- O grande senhor de engenho que subordinava através da indústria, a propriedade da terra diretamente, em seus próprios domínios e indiretamente, sobre a lavoura dos fornecedores — já que a cana-de-açúcar só tinha valor enquanto matéria-prima industrial.
- Os fornecedores que controlavam apenas o setor agrícola e se submetiam ao controle dos preços e níveis de demanda ditados pelas fábricas de açúcar e aguardente.
- Os pequenos proprietários de engenhos, que em escala reduzida, controlavam as fases agrícola e industrial, mas eram submetidos a pressões econômicas e sociais partidas dos grandes senhores de engenhos, uma vez que estes, detendo o domínio da produção, dominavam também, a vida social e política da região.

O processo de modernização e concentração da produção não se estendeu, portanto, à totalidade da atividade e do espaço ocupado pela agroindústria canavieira. Embora o grande engenho a vapor passasse a constituir a forma de organização dominante da economia canavieira, mantiveram-se ainda em atividade, alguns dos engenhos reais e engenhocas sobre os quais, anteriormente, se fundamentava a produção; outras propriedades rurais apenas paralizaram suas fábricas e continuaram a produzir cana-de-açúcar para ser moída nos grandes engenhos.

Tratava-se pois, da coexistência em um mesmo espaço de formas de organização dominantes em diferentes tempos. As engenhocas e os engenhos reais podem ser vistos como elementos herdados de estruturas espaciais anteriores, que permaneceram; enquanto as pro-

priedades rurais dos engenhos desativados seriam também elementos herdados, porém aos quais foram atribuídas outras funções — fornecimento de matéria-prima — dentro da organização do espaço agrário na Região de Campos.

Entre 1827 e 1852, desapareceram cerca de 397 destas pequenas unidades, dos 700 que existiam na Região, e o número de engenhos a vapor passou de 1 para 55. A disponibilidade de mão-de-obra escrava e de terra favorecendo a expansão das lavouras em moldes extensivos, de certa forma, foram fatores que limitaram a evolução do processo de modernização, principalmente diante da escassez relativa de capitais para a aquisição de equipamentos exigidos para tal processo. [Com a proibição do tráfico de escravos em 1870, o processo de modernização e concentração econômica se ampliou, pois havia necessidade de atingir maior produção através do aumento de produtividade.]

A transição da mão-de-obra escrava para o trabalho livre se fez por meio da incorporação progressiva da força-de-trabalho de lavradores sem terras que se tornaram ou agregados (meeiros e parceiros) ou assalariados. Uma parte da matéria-prima, cuja produção exige grande contingente de mão-de-obra, provinha de fornecedores (fazendeiros ou donos de pequenos engenhos).

No século XIX, quando do advento do Engenho Central, havia em Campos 120 engenhocas e 252 engenhos a vapor. A produção de açúcar entre 1827 e 1881 duplicara, enquanto o número de fábricas se reduziu de 700 para 372, o que bem demonstra a maior capacidade produtiva dos engenhos que foram ali instalados, naquele período.

Produzir a custos mais baixos e manter a qualidade do produto eram, porém, condições imprescindíveis para a produção açucareira do Brasil, se mantivesse em um mercado onde havia forte concorrência de outras áreas produtoras (16). Sendo assim, o processo de modernização teria que se estender e ampliar. Entretanto, internamente, a "crise" do setor agroindustrial canavieiro assumia proporções sérias. A instalação de novas unidades de produção exigia capitais. Estes, via de regra, eram obtidos em estabelecimentos de crédito ou junto a comerciantes, mediante a hipoteca das terras agricultáveis, por sua vez, estas tinham seus preços, em grande parte, condicionados pelo valor agregado pelo trabalho escravo nas lavouras canavieiras. Com a redução e posterior abolição da escravi

dão, caiu muito o valor da terra agrícola, ocasionando grandes dificuldades para a obtenção de crédito pelos produtores de açúcar.

Diante disso, o Governo Imperial — seguindo uma iniciativa do Governo Provincial de Pernambuco, inspirado numa experiência antilhana — definiu uma política nacional de estímulo à construção de engenhos centrais. Tal política baseava-se em incentivos financeiros que motivassem a iniciativa particular para investimentos no setor, através da construção de unidades para a fabricação de açúcar. O engenho central não poderia ter produção canavieira própria e, para estimular a oferta de cana às centrais de moagem, o governo garantiu preços e estipulou cláusulas de contrato de fornecimento. Com esta intervenção, aprofundou-se cada vez mais a separação entre lavouras e indústrias, ao mesmo tempo que mais se definia a participação do "fornecedor" no processo produtivo. Em 1877, foi fundado na Região Açucareira de Campos o primeiro engenho central do Brasil — Quissamã — seguindo-se a instalação de alguns outros.

A experiência não foi, porém, bem sucedida, pois pressões por parte dos senhores de engenho, que se recusavam a ver reduzido o seu controle sobre a totalidade do processo de produção do açúcar — posição sobre a qual se fundamentava o seu domínio social e político —, teriam sido fatores mais relevantes para o insucesso da organização baseada no engenho central.

Não parализando suas fábricas, muitos senhores de engenho mandavam apenas sobras de matéria-prima para as centrais. Além disso, continuando a produzir açúcar, faziam-lhes concorrência tanto quanto à utilização da matéria-prima adquirida aos fornecedores quanto à oferta da produção ao mercado. Os rendimentos das "centrais" não atingiram o que se esperava e uma das causas alegadas era a falta de controle, por parte do segmento industrial, sobre a qualidade e sobre o provisionamento da matéria-prima agrícola. Este foi um dos argumentos utilizados para pressionar os setores interessados — empresários, governo e comerciantes — para a instalação das usinas.

Antes do fim do século, em 1885, se achavam em funcionamento na região, 17 usinas e 6 grandes engenhos. Com a usina, o controle da atividade produtiva em sua totalidade pela indústria, tornou-se fundamento da estrutura da produção e a propriedade fun-

diária será o elemento de articulação entre os setores agrícola e industrial. É porém, neste último setor, que a usina realiza mais caracteristicamente, sua função de empresa capitalista através da separação entre produtores diretos (mão-de-obra assalariada) e os meios de produção. Extensas áreas de lavouras de antigos engenhos e fazendas foram incorporadas ao grandé domínio agro-industrial representado pela usina. As lavouras de usinas utilizavam mão-de-obra assalariada sendo 50%, aproximadamente, em caráter temporário. Entretanto, formas não monetárias de pagamento da força de trabalho foram também utilizadas, principalmente na fase de transição do engenho vapor para a usina. A incorporação de terras de lavouras pela usina não foi suficiente, porém, para eliminar totalmente, de imediato, os engenhos, e muito menos a produção própria dos fornecedores de cana.

As oscilações no mercado continuaram como uma constante na agroindústria canavieira do país e isto é válido para a região. Nas fases em que as condições eram favoráveis a atividade se expandia; novas áreas agrícolas eram agregadas às usinas e à ocupação canavieira.

Em 1910, havia 30 usinas na região, produzindo aproximadamente 47.000 toneladas, e em 1914, 33 usinas produziam 70.000 toneladas, o que atesta o aumento da produtividade com a introdução de novos processos de produção.

A instalação do parque industrial açucareiro implicou, porém, em endividamento dos produtores. Por outro lado, havia grande especulação dos comerciantes na Bolsa do Rio de Janeiro, impedindo que os produtores internalizassem as vantagens das fases em que o mercado açucareiro estava em alta, como foi o caso do período da primeira Grande Guerra, quando muitas áreas concorrentes se afastaram do mercado. Com a recuperação de tais áreas, na década de 20, houve excesso de oferta da produção brasileira e respectiva queda de preços. Sem condições de rápida recuperação pelos motivos acima expostos, muitos dos produtores, via de regra endividados, abriram falência, vendendo suas terras e/ou se associaram a burguesia comercial urbana, chegando a haver redução do número de usinas na região.

Como se tratasse de uma crise generalizada no país, o Governo Federal interveio com o objetivo precípua de sanear o mer-

gado e regionalizá-lo, tendo em vista, a necessidade de atender a demanda externa e interna — esta, em fase de expansão. Primeiro foi criada a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA) Decreto 21.761 de 7/12/31, substituída pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1/06/1933, pelo Decreto 27.789 (17).

Na definição das áreas de produção dos respectivos mercados, as usinas do Centro-Sul passaram a produzir para o mercado interno. Reequilibrando-se o comércio, novamente se elevam os preços e a produção se expande. Vendo ameaçada sua política de saneamento do setor, o IAA passa a intervir diretamente sobre a produção açucareira, determinando preços e cotas de produção. Estes mecanismos de controle eram, porém, vistos pelos usineiros como uma intervenção excessiva do Estado sobre a iniciativa particular. As limitações impostas pelo IAA à produção de açúcar, obviamente fizeram reduzir a produção de cana-de-açúcar, elevando seus preços. Nestas condições, interessava às usinas, ampliar cada vez mais suas lavou- ras, o que ocasionaria uma redução na participação da produção dos fornecedores de cana. Dentre os muitos meios de pressão utilizados pela usina, os mais comuns eram o aviltamento dos preços e as distorções nos processos de pesagem e de recebimento de cana. Reduzir a participação do fornecedor, tornando instável a colocação de sua produção no mercado, significava, por outro lado, uma ameaça à manutenção da pequena propriedade canavieira na Região de Campos.

Utilizando uma política conciliatória para reduzir os conflitos entre usineiros e fornecedores e ao mesmo tempo, tentando integrar institucionalmente a produção agrícola dos fornecedores ao processo produtivo da agroindústria canavieira, o IAA tomou importantes medidas a partir da elaboração de dois textos legais que constituem o Estatuto da Lavoura Canavieira: Decreto nº 178 de 09/01/36 e o Decreto-Lei 3855 de 21/11/1941 (18). O Estatuto, que evidencia a intervenção formalizada no processo produtivo e na esfera da comercialização, tem sido objeto de discussões e disputas de interesses antagônicos que se prolongam até hoje. Três dos seus aspectos devem ser destacados:

1. O limite legalmente imposto à atividade agrícola das usinas — estas devem absorver a produção de cana-de-açúcar dos fornecedores em quantidade nunca inferior a 60% da sua capacidade de moagem, ressalvados casos excepcionais. As

cotas de produção de cana são correspondentes às cotas de produção de açúcar, fixadas para cada usina; os fornecedores participam de todos os aumentos ou reduções da produção das usinas eventualmente determinadas pelo IAA, sempre em proporção à sua contribuição.

2. Pelas normas referentes ao pagamento de cana, o preço da matéria-prima deverá ser calculado com base no preço do produto final, considerando ainda o teor de sacarose, do qual, em grande parte, depende o rendimento industrial e o seu grau de pureza.
3. Os fornecedores são inscritos no IAA como cotistas de cada usina, consideradas a sua capacidade de produção, a necessidade das usinas, e as condições de acessibilidade. As medidas de proteção e garantia do Estatuto da Lavoura Canavieira são estendidas também aos fornecedores não proprietários — arrendatários, colonos e parceiros.

Uma série de mecanismos foram, porém, utilizados para burlar muitas das determinações legais contidas nesta legislação. Por isto, questões e litígios entre frações interessadas na produção açucareira, embora possam ter sido reduzidas com a intervenção governamental não desapareceram completamente. A partir de 1965, algumas das cláusulas do Estatuto foram reformuladas e a política açucareira atual está consubstanciada em uma extensa legislação composta de vários textos, da qual alguns dos principais aspectos serão objeto de referência no decorrer deste trabalho (19).

1.2. A FRAGMENTAÇÃO DA TERRA AGRÍCOLA E A SEGMENTAÇÃO DA LAVOURA CANAVIEIRA.

Como já foi mencionado anteriormente, quando se considera o problema da racionalização da agroindústria canavieira na Região de Campos, dois aspectos fundamentais ressaltam:

- A grande fragmentação fundiária associada à pequena propriedade produtora de cana-de-açúcar.
- A existência das lavouras de fornecedores que, em número elevado, originam uma excessiva atomização da produção canavieira.

Os dois pontos são correlacionados e a questão que ora se coloca é de como eles poderiam ser vistos dentro do contexto histórico da evolução da atividade e da organização do espaço agrário acima referidos.

A grande fragmentação da terra agrícola em Campos coincide, de certa forma, com a própria ocupação inicial da área. A baixada aluvial onde se estabeleceu a pecuária, subdividida naturalmente por barreiras líquidas — lagoas, riachos, brejos e pântanos —, foi ocupada por foreiros e arrendatários de senhores de engenho da Região da Guanabara, aos quais foi a Região de Campos dos Goitacazes, cedida em sesmarias. A estes primeiros povoadores, efetivos ocupantes da região, bastava adquirir algumas cabeças de gado, para criá-los à solta, e construir pequenas casas de moradia; de início, pagar foro ao dono da terra, só era exigido quando o ocupante desejasse levantar currais (LAMEGO, op. cit: 196). Com a posterior ocupação canavieira, é sobre as pequenas parcelas de terra que vão ser fundadas as lavouras e erigidas as engenhocas. Frequentemente, se atribui que, também nessa fase, fatores físicos tenham condicionado tal padrão de organização do espaço rural. O desmembramento natural da terra em pequenas faixas dispostas entre lagoas e brejos, favorecia a dispersão e, por outro lado, a fertilidade do solo possibilitava que o cultivo da cana, mesmo em áreas reduzidas, produzisse boas colheitas. Sendo altos os níveis de produção, elevados eram os lucros dos produtores, o que frequentemente lhes possibilitava ampliar e melhorar seus engenhos, ao mesmo tempo que a produção açucareira, economicamente atrativa, trazia novos colonos para a região.

A estes dois fatores, pode-se aduzir um terceiro, também relacionado ao quadro natural: a ausência de bons portos de mar no litoral de Campos, dificultava o escoamento da produção açucareira da Região. Assim, apesar das melhores condições ecológicas da Baixada Campista, os donos de engenho da Região da Guanabara, sesmeiros dos grandes domínios de terra em Campos, não transferiram para lá seus estabelecimentos agroindustriais e nem mesmo lá desenvolveram uma ocupação nos mesmos moldes das outras áreas açucareiras da Baixada Fluminense, apoiada nos grandes engenhos reais. A economia conseguida em função da facilidade de transporte para uma produção que na Região do Recôncavo da Guanabara era reali-

zada em grande escala, compensava os ganhos em produtividade que poderiam ser auferidos na Baixada Campista. Desta forma, deixavam eles que seus imensos patrimônios em terras existentes em Campos, fossem ocupados por foreiros e arrendatários, dos quais recebiam rendas.

Desenvolvida pois, inicialmente em terras partilhadas dos pequenos estabelecimentos, não foram poucos os litígios pela posse da terra entre foreiros, de um lado, e latifundiários-proprietários de terras, de outro e, internamente, entre os próprios ocupantes, foreiros e arrendatários, que povoaram a Região. Mesmo na fase em que a cultura de cana-de-açúcar afigurava-se muito promissora economicamente e que já se erigiam engenhos reais em Campos, eram constantes as transações de compra e venda e os pedidos de aforamento de pequenas áreas de terra. Isto vem comprovar que a fragmentação da terra continuou a se processar simultaneamente com as primeiras investidas de concentração da posse e/ou propriedade da terra das lavouras.

O processo de concentração de terras intensificou-se, porém, a partir da fase da instalação do engenho a vapor, já no século XIX. Como então, a ocupação nas áreas ecologicamente mais propícias da baixada aluvial já estava praticamente completa, houve uma disputa pelas melhores terras entre os proprietários de engenhos a vapor e os donos de engenhos reais, engenhocas e fazendas.

Mesmo quando situadas nas melhores terras, ainda que pareça paradoxal, as pequenas fazendas e engenhocas resistiram mais à absorção pelo grande engenho a vapor, do que os engenhos reais e as propriedades de tamanho médio (LAMEGO, oc. cit: 116), refere-se ao "particularismo" e ao apego à propriedade da terra como principais fatores da resistência de pequenos proprietários e foreiros ao processo de concentração e não submissão à dominação direta dos senhores dos grandes engenhos a vapor. Enfatiza esse autor, que as lutas e os sacrifícios dos antepassados contra os obstáculos que lhes impuseram tanto o meio físico como os litígios com sesmeiros, pseudo-proprietário ou proprietários locais, havia enraizado nos donos das engenhocas e das fazendolas, o extremo apego à terra "tão duramente conquistada".

Da mesma forma, na fase de transição do engenho a vapor pela usina, o processo de concentração atingiu mais intensamente as

grandes e médias propriedades dos senhores de engenho e dos fazendeiros, do que as propriedades menores.

Tal fato está em grande parte, relacionado ao alto grau de endividamento em que se encontravam muitos dos grandes e alguns dos médios proprietários nas fases em que ocorreram as maiores transformações na estrutura de produção da região, o que se torna compreensível, quando se considera que:

- Os maiores proprietários eram geralmente mais motivados para ampliar sua escala de produção, e daí, mais freqüentemente se engajavam em iniciativas de instalação de novos equipamentos e de transformações técnicas em suas empresas, para o que eram exigidos recursos financeiros vultosos.
- Estes recursos eram conseguidos através de empréstimos tomados em bancos ou diretamente a comerciantes, mediante hipoteca das terras e eventualmente, da própria produção; evidentemente, aqueles que dispunham de maior facilidade de obter crédito, eram os grandes proprietários.
- O padrão de gastos dos pequenos proprietários era bem inferior ao dos grandes; além do pequeno produtor ter uma vida rústica, o próprio capital necessário para realizar anualmente sua produção era inferior àquele exigido pelas empresas dos grandes proprietários, e o seu nível de endividamento era menor.

Como foi anteriormente comentado, o processo de modernização na agroindústria açucareira, realizado em torno de transformações na estrutura da produção e através da concentração fundiária e da escala de produção industrial, esteve sempre muito correlacionado às "crises" que atingiram o setor como um todo.

As condições favoráveis do mercado impulsionavam as transformações. Estas, por sua vez, exigiam grandes capitais, sendo portanto, paralelas à elevação do endividamento dos produtores. Por outro lado, o excesso de oferta do produto, que advinha do aumento de produtividade em um mercado de condições instáveis e muito imprevisível, levava à deterioração de preços. Não raras foram as falências e perdas de propriedade daqueles que não puderam saldar suas dívidas. Isto concorreu para o açambarcamento de grandes extensões de terra por parte daqueles que haviam fornecido crédito, ou mesmo por aqueles que, dispondo de maiores recursos financeiros as adquiriram por baixos preços.

Além disso, a própria aceleração do mercado de terras nas fases de maior intensidade do processo de concentração, consistia em uma alternativa válida para os proprietários endividados, que encontraram na venda parcial ou total de suas propriedades, uma solução para os problemas financeiros que os atingiam.

Portanto, dentro das condições sobre as quais se realizou a concentração fundiária, os pequenos produtores, apesar de terem sofrido diferentes tipos de pressões para vender suas terras, estavam relativamente mais protegidos do que os grandes e médios proprietários.

Na fase de transição do engenho a vapor para a usina e nos períodos subsequentes que marcaram o definitivo domínio desta forma de organização na atividade açucareira, a medida que ocorria a concentração de terra em torno das usinas situadas na baixada aluvial do Paraíba, expandia-se o espaço ocupado pela atividade canavieira em direção aos tabuleiros terciários e às áreas de solos de decomposição do cristalino ao Norte de Campos, até o ponto em que as condições ecológicas e a distância dos centros de moagem impunham limites à cultura de cana-de-açúcar.

A essa expansão sobre novas áreas, correspondia uma ocupação igualmente caracterizada pela presença da pequena propriedade; muitos proprietários que se desfizeram de suas terras da baixada, ou por razões de endividamento ou motivados pelos altos preços oferecidos pelas usinas, adquiriram terras e fundaram novas lavouras fora dos limites da baixada aluvial, em terras de menor valor.

Um outro aspecto deve ser ainda considerado como fator importante para que a pequena propriedade não tivesse sido totalmente absorvida e desaparece da região: a usina, interessava dispor de mão-de-obra abundante e barata, importante item na composição dos custos da produção agrícola e industrial de sua empresa. Ora, a propriedade da terra é, sem dúvida, um importante elemento de fixação do homem à atividade agrícola e à área rural. A permanência do pequeno proprietário e de seus dependentes, na região, de certa forma garantia a presença de um elevado contingente de população rural. Dada a reduzida escala de sua produção, muitos dos pequenos proprietários e seus familiares, embora dispendo de suas lavouras próprias, complementavam sua renda como trabalhadores assalariados nas lavouras ou nas fábricas das usinas.

Além de todos esses fatores, cabe ainda mencionar o aspecto da partilha natural das terras juridicamente apoiada no sistema de herança, até hoje prevalente.

A partir da fase de transição entre os chamados engenhos reais de fogo morto para os engenhos a vapor, a questão da fragmentação da terra e da pequena propriedade torna-se vinculada a existência da segmentação das lavouras canavieiras. Justamente nessa época que alguns donos de engenhos e de engenhocas, além de fazendeiros, passam a fornecer cana-de-açúcar aos engenhos a vapor, instaurando definitivamente a figura do fornecedor de cana como um elemento componente da estrutura da produção agro-industrial canavieira na região (WANDERLEY, 1978: 36), ao comentar a agro-indústria canavieira no Nordeste Brasileiro, levanta a hipótese de que a não extensão do processo de concentração fundiária à totalidade da economia e do espaço agro-industrial canavieiro teve como uma das consequências, o aparecimento de fornecedores. A função que estes desempenhavam sob a ótica do senhor de engenho, constituía-se em um meio de transferir para terceiros, parte dos custos e dos riscos da produção agrícola, exigido pela atividade agro-industrial como um todo. Ainda mais, como a cana-de-açúcar nas áreas açucareiras não tem valor a não ser quando vinculada à sua transformação industrial, tinha seus preços rebaixados pelos senhores de engenho, que assim, conseguiam extrair para si, ganhos extras sobre os fornecedores.

Embora a estrutura da produção açucareira nordestina fosse, nesta fase, muito diferente da que existia na Baixada Campista — no Nordeste, o fornecedor em grande parte era arrendatário ou parceiro dos grandes domínios agrícolas pertencentes aos engenhos, enquanto em Campos, eles eram frequentemente proprietários de terras —, é bem possível que existisse também, por parte dos senhores de engenho da região de Campos, um interesse de reduzir seus próprios riscos, o que seria possível com a utilização da matéria-prima produzida por fornecedores. Isto leva a admitir que, tanto o "apego à terra" por parte dos pequenos produtores, como o interesse econômico dos senhores de engenho, ao lado da pouca disponibilidade de capital, tenham direcionado e imposto limites à concentração da propriedade rural na Região Açucareira de Campos, ao mesmo tempo que fazia ascender a figura do fornecedor de cana.

Na fase da usina, a participação do fornecedor se aprofunda. Como o único mercado para a matéria-prima agrícola, as usinas formam grupos oligopsônicos e exercem a dominação direta sobre o segmento das lavouras de fornecedores, através da imposição de preços e de condições de venda.

Do confronto de interesses entre as duas frações da classe dos proprietários rurais ligados à produção açucareira, surgem sérios conflitos, sendo muito grande a instabilidade do fornecedor. Durante as fases de expansão do mercado, realmente as usinas anexavam aos seus domínios, terras adquiridas aos fornecedores da Região. Ampliando suas lavouras, aumentavam também a participação de canas próprias para moagem. Ao contrário, nas épocas de retração do mercado, as condições menos favoráveis à produção, ao lado da escassez de capital, tornavam mais interessante deixar ao fornecedor a responsabilidade da produção de parte da matéria-prima, com seus respectivos custos e riscos. A organização da produção baseada no grande estabelecimento agro-industrial, utilizando grande contingente de mão-de-obra assalariada, tende pois, a se estender especialmente nas fases em que condições favoráveis de mercado impulsionavam a atividade. Em compensação, nas fases adversas, o que se observa é a tendência de reversão para uma maior participação relativa das lavouras de fornecedores, estabelecidas em pequenas propriedades, com utilização de mão-de-obra familiar, característica das fases iniciais da atividade açucareira na Região (20).

Com a institucionalização jurídica do fornecedor, por determinação do IAA, atendendo a diversas pressões desta fração da classe de proprietários rurais, firmou-se definitivamente sua participação na atividade.

Compromissos e direitos foram estabelecidos no Estatuto da Lavoura Canavieira; a institucionalização reduziu em parte o problema das contínuas ameaças a que estava submetido o fornecedor quanto ao seu papel na estrutura da produção açucareira, e por extensão, até mesmo quanto à sua condição de proprietário de terras numa região monocultora.

Pode-se ainda, admitir que exista uma correlação entre a pequena e média propriedades canavieiras e a condição legalmente institucionalizada de seus proprietários como fornecedores de cana. Preços oficialmente estabelecidos, mercado certo e condições pre-

vistas de assistência social e crédito, permitem que, mesmo sob condições estruturais adversas e oscilações conjunturais, o pequeno produtor possa reafirmar seu apego à terra agrícola e seu "status" de proprietário rural.

2. A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CANAVIEIRA - UMA CARATERIZAÇÃO.

Vários são os fatores e elementos estruturais e conjunturais considerados como condicionantes e/ou determinantes das baixas produtividade e rentabilidade da produção canavieira. Estes vêm concorrendo para a sucessiva perda da importância relativa do Estado do Rio de Janeiro, dentro do sub-setor agro-industrial canavieiro do país o que justifica ações e orienta as estratégias e instrumentos das propostas visando à racionalização, através da modernização técnica e organizacional da atividade.

Para identificá-los é necessário:

- Caracterizar, ainda que de forma genérica, a estrutura da produção canavieira, quanto as características internas e externas à atividade, com ênfase no segmento dos fornecedores.
- Caracterizar os "fornecedores" enquanto produtores rurais, já que a eles cabe a iniciativa de adotar inovações tecnológicas exigidas para a racionalização.
- Destacar os principais pontos de estrangulamento da produção canavieira e do confronto com as principais alternativas propostas para sua racionalização, tentar definir os agentes e os elementos indutores ou limitantes ao processo em questão.

Tendo em vista o objetivo desta dissertação a caracterização da produção canavieira e organização do espaço rural na Região em estudo, se restringe ao segmento da produção dos fornecedores. Observações de caráter geral sobre a estrutura da produção agroindustrial canavieira são entretanto necessárias para melhor compreensão das características do segmento que se pretende estudar, dada a estreita vinculação fornecedor-usina em suas diversas modalidades de articulação.

Estudos elaborados para a Região, contidos em diagnósticos e planos para o desenvolvimento Setorial e Regional (21), além da pesquisa direta para a elaboração desta dissertação servi-

ram de base para a caracterização que se segue, na qual se pretende abordar algumas das principais características internas (sociais, funcionais e econômicas) e externas (políticas e institucionais). As duas primeiras subpartes dessa caracterização: estrutura da produção canavieira [1] e caracterização dos fornecedores [2] são essencialmente descritivas. A interpretação dos elementos estruturais e conjunturais expressos pelas características descritas é o objeto de discussão da terceira subparte [3], na medida em que neles se identifiquem relações com os pontos de estrangulamento da produção canavieira e com os fatores limitantes e indutores do processo de racionalização.

2.1. A PRODUÇÃO CANAVIEIRA E A ARTICULAÇÃO LAVOURA-INDÚSTRIA.

A área constituída pela Microrregião Açucareira de Campos acrescida de parte dos municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna e Itaocara, concentra a maior quantidade de terras aptas ao cultivo da cana-de-açúcar no Estado do Rio.

A lavoura canavieira distribui-se por diferentes zonas geomorfológicas que na região em estudo são identificadas como Baixada, Tabuleiro, Interior e Restinga e abrangem 145.800 ha (22). As áreas cultivadas com cana perfazem cerca de 160.850 ha e tendo em vista as condições agroclimáticas e geológicas há, na Região, uma disponibilidade de 52% de terras propícias ao cultivo da cana com possibilidade de ampliação de cerca de 160% desde que corrigidas algumas restrições principalmente quanto a fertilidade e as condições hídricas do solo. Destas áreas as que melhores condições apresentam para cultura canavieira encontram-se na Baixada constituída por solos aluvionais de Planície Deltáica do Rio Paraíba do Sul (23). O núcleo de maior adensamento da ocupação canaveira localiza-se na planície do Rio Paraíba do Sul junto à cidade de Campos, estendendo-se através da baixada aluvial, para jusante, em direção a São João da Barra, para montante em direção à São Fidélis e para oeste até Macaé. É essencialmente monocultor e concentra a maior área de lavouras de cana-de-açúcar e o maior número de usinas do Estado. O uso alternativo com outras lavouras e com a pecuária ocorre em áreas ecologicamente marginais para a cana (24). A ocorrência destas modalidades de uso não chega entretanto a enfraquecer o caráter

monocultor da região canavieira de Campos como um todo.

O município de Campos detém 70,06% do total da área plantada com cana, sendo 55,26% na Baixada e 35,50% no Tabuleiro. Participa com 4.756.188 toneladas (74,8%) da produção e, aí se encontram, 6.558 (73,0%) dos estabelecimentos que, na Região em estudo, declararam cultivar cana-de-açúcar (IEGE, 1975 e FUNDENOR, op. cit.).

A produção de fornecedores representa 60% aproximadamente do total da cana industrializada pelas usinas. Realiza-se em cerca de 10.000 estabelecimentos assim distribuídos quanto ao estrato dimensional e a participação da produção total.

Estrato dimensional (ha)	% nº de estabelecimentos	% sobre total da produção (t)
Menos de 100	50	8
100 — 200	20	9
200 — 1000	25	33
1000 e mais	5	50

A distribuição percentual do total da área cultivada com cana-de-açúcar por estabelecimento, segundo os estratos dimensionais, apresenta a seguinte estrutura:

Estrato dimensional (ha)	% área total cultivada
Menos de 2	1,0
2 — 10	8,1
10 — 50	18,3
50 — 200	19,1
200 — 1000	27,0
1000 e mais	26,5

FUNDENOR, 1975, op. cit. (25).

Os dois quadros se complementam e demonstram a excessiva fragmentação da terra agrícola e a atomização da produção. Grande número de pequenas unidades de produção — 50% — tem área inferior a 100 ha e delas provêm apenas 8% do total produzido. Metade da produção provêm de estabelecimentos com mais de 1000 ha que correspondem a apenas 5% do número total de estabelecimentos (26). No caso da região canavieira de Campos, o estabelecimento — unidade econômica da produção — se confunde com a propriedade rural, pois

em cerca de 90% dos estabelecimentos a produção é realizada sob a responsabilidade do proprietário dos quais 5,7% sob gerência dos administradores. As formas indiretas de apropriação da terra: arrendamento e parceria são muito restritas. Caracteriza-se assim a elevada homogeneidade, quanto a forma de apropriação da terra agrícola no espaço rural da região de Campos, elemento importante para o equacionamento das propostas de racionalização, o que será objeto de discussão em outro subcapítulo. Há grande participação de mão-de-obra familiar (56%) no total da força de trabalho empregada nos estabelecimentos canavieiros. Essa porcentagem é de cerca de 90% nos estabelecimentos com área de até 50 ha e decrece progressivamente nos estabelecimentos médios e grandes. Por sua vez a participação da mão-de-obra assalariada permanente e temporária que é de 23% e 19% respectivamente, cresce a medida que aumenta a área dos estabelecimentos. Isto permite falar na existência da pequena propriedade canavieira do tipo familiar na região de Campos.

A classificação em diferentes categorias da mão-de-obra ocupada na atividade canavieira na região é difícil como difícil é também identificar as relações de trabalho vigentes. Para complementar rendas é freqüente o pequeno proprietário empregar-se como assalariado temporário ou fazer serviços sob empreitada em outros estabelecimentos. Também assalariados permanentes em um estabelecimento podem ser eventualmente parceiros ou empreiteiros em outro estabelecimento. Além disso, há na Região o sistema de troca de serviços entre pequenos, médios e grandes produtores para execução de determinadas tarefas tanto ligadas propriamente ao cultivo como ao carregamento e transporte. Esse sistema cria formas peculiares de articulação entre os fornecedores, com diferentes graus de subordinação recíproca. Ao mesmo tempo é um eficiente meio para a veiculação de informações para a adoção de práticas e técnicas de cultivo, viabilizando mesmo em alguns casos sua difusão nos pequenos estabelecimentos rurais (27).

O nível tecnológico da lavoura canavieira em termos médios é baixo. Apesar da existência das condições propícias a lavoura, nas áreas aptas sem restrição à cultura, o cultivo continuado com técnicas rotineiras vem causando a redução das taxas de produtividade; mais grave ainda é o problema nas áreas aptas com restrições de fertilidade, de condições hídricas e de declividade entre outros.

Tomando por base pesquisas coordenadas pela FUNDENOR e pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento - RJ tentou-se a título de caracterizar as condições funcionais predominantes na produção canavieira da região, classificar quantitativamente e qualitativamente a difusão de práticas e operações aí realizadas. Assim sendo, admitiu-se como nível bom de difusão de uma operação ou prática o que corresponda a uma adoção por 70% e mais dos fornecedores; o nível aceitável o que se situa entre 70 e 50%, e o nível restrito aquele existe abaixo de 50%. As operações e/ou práticas realizadas, com uma frequência considerada ideal segundo cálculo de otimização, realizado na cultura canavieira da Região correspondem a uma adoção ótima, em caso contrário, a uma adoção insuficiente. O uso de máquinas, implementos e insumos recomendáveis caracteriza a adoção adequada e o oposto a adoção inadequada.

Considerando-se o segmento das lavouras de fornecedores como um todo conclui-se com base nos estudos referidos na nota 21, que as práticas e técnicas grupadas segundo se relacionem às fases de plantio, tratos culturais e colheita geralmente tem na região ou uma difusão restrita, ou, quando realizadas o são de forma inadequada ou insuficiente. Isto se reflete na produtividade física da lavoura canavieira na Região, em torno de 43 t/ha, é baixa se comparada com outras áreas produtoras no Brasil, como São Paulo e Paraná que produzem em média 56 t/ha. A variação das taxas situam-se entre 30 t/ha até 120 t/ha e os valores extremos são exceções que ocorrem, o mais baixo em cultivos sem nenhum trato ou em lavouras situadas em áreas marginais com grandes restrições e o mais alto em cultivos experimentais. A produtividade média em termos de produção por hectare cresce ainda que moderadamente a medida que aumenta a área do estabelecimento, o que concorre para o aumento da escala de produção dos estabelecimentos médios e grandes, que além de maior disponibilidade de área para cultivo obtêm maiores colheitas em função da produtividade.

Estrato dimensional (ha)	Produtividade (t/ha)
2 — 10	40,08
10 — 50	31,01
50 — 200	32,23
200 — 1000	41,81
1000 e mais	46,41

IBGE - Censo Agropecuário - 1975, Tabulação Espacial para a produção canavieira dos municípios incluídos na área em estudo.

O mesmo ocorre com a participação relativa das despesas referentes ao uso de técnicas e de insumos modernos. Relacionando-se as despesas com as áreas dos estabelecimentos observa-se que a participação relativa do item adubos e corretivos é mais elevada naqueles com área superior a 200 ha e mais baixa nos menores que 50 ha. O aluguel de máquinas e equipamentos têm um percentual maior nas despesas dos estabelecimentos até 50 ha, caindo essa participação nos estabelecimentos maiores, que geralmente dispõem de seus próprios equipamentos. O mesmo ocorre com os serviços da empreitada para equipamentos que também se reduzem a medida que aumenta a área do estabelecimento. Mesmo assim deve-se ressaltar que a amplitude da variação da produtividade associada a dimensão do estabelecimento é reduzida e o mesmo se verifica quanto à incidência relativa das despesas com tecnologia. Isto leva a supor haver a influência de outros fatores além da estrutura fragmentada da terra agrícola a qual se associa o estabelecimento canavieiro de reduzida capacidade econômica, para explicar os baixos níveis de produtividade média da lavoura canavieira em Campos.

A produção canavieira de 10.000 estabelecimentos (aproximadamente) é absorvida por apenas 16 usinas existentes na região. Segundo um processo de vinculação lavoura-indústria regulamentada pela legislação específica que disciplina a agroindústria canavieira do país. O volume da produção canavieira da região de Campos tem seus limites oficialmente estabelecidos em função da demanda industrial das usinas de açúcar e destilarias de álcool nelas situadas (28). O contingente de participação da produção dos fornecedores, que na safra de 1976, correspondeu a 60% da matéria-prima absorvida pelas usinas é rateado entre os produtores de cana-de-açúcar da Região. Estes obtêm seus registros no IAA como fornecedores cotistas de uma determinada usina, após o fornecimento regular em três safras consecutivas para a mesma (29).

Os fatores que condicionam a vinculação de um fornecedor e um usina são:

- A capacidade de produção de sua lavoura canavieira;
- A capacidade de absorção da usina a que se propõe vincular;
- Condições de acessibilidade que implicam em proximidade e em vias de comunicação e meios de transportes disponíveis entre lavouras e a usina.

Ocorrem entretanto na Região freqüentes alterações neste esquema de vinculação fornecedor-usina, motivadas por escassez de oferta de matéria-prima. Irregularidade climáticas, ataques e ventuais de doenças e/ou pragas ou ainda baixa qualidade da cana-de-açúcar concorrem para uma situação de demanda insatisfeita por parte das usinas, o que as obriga a adquirir a matéria-prima fora da sua área de influência previamente determinada. Tais alterações originam um fluxo pouco racional da cana-de-açúcar e elevam os custos de transporte que por sua vez recaem sobre o produtor agrícola. Aliás o item transporte tem uma grande incidência na composição dos custos da produção dos fornecedores. Além do aspecto acima mencionado da irracionalidade econômica dos fluxos, os altos custos de transporte estão estreitamente relacionados com a atomização da produção (30). A entrega da cana-de-açúcar as usinas se processa durante toda a safra segundo uma programação estabelecida entre estas e os fornecedores, e referendada pelo IAA.

Há diferentes modalidades de entrega da matéria-prima que varia em função do volume da produção com repercussões sobre o custo do transporte, sobre o preço pago e conseqüentemente sobre a renda dos produtores canavieiros. O fornecedor cuja participação por safra é inferior a 500 toneladas utiliza transportes morosos ou de pequena capacidade — carros de boi ou caminhões — e entregam cana em pontos de convergência à beira de entroncamentos de estradas ou em balanças externas localizadas longe das usinas. A entrega fracionada faz com que se formem longas filas de veículos a espera da pesagem e do descarregamento do veículo. Isto concorre para elevar ainda mais um custo de transporte, que por si só é alto, tendo em vista o pequeno volume transportado. O longo tempo de espera em filas ocasiona ociosidade dos meios de transportes e conseqüentemente sua baixa rotatividade. Os fornecedores com participação entre 500 a 750 toneladas/safra fazem as entregas em pontos e balanças externas mas desfrutam entretanto de preferência, em relação ao grupo anterior, em função do maior volume transportado por unidade de transporte, o que reduz os prejuízos acima referidos. Os fornecedores com participação entre 750 e 1500 toneladas/safra usufruem de vantagens de entrega nas balanças centrais próximas as usinas (apenas 6% destes utilizam balanças externas). Como meio de transportes são usadas grandes composições tracionadas por trator; em tais

condições reduz-se a ociosidade e aumenta a rotatividade do meio de transporte. Aqueles que participam com mais de 1500 toneladas/safra entregam seu carregamento diretamente nas balanças das usinas, não sofrendo praticamente nenhuma redução de preço em função da demora na entrega como ocorre com os demais fornecedores.

Outra consequência da diferenciação no processo de entrega associado a atomização da produção é a depreciação dos preços da matéria-prima agrícola. O preço base da cana-de-açúcar é determinado pelo IAA, sendo considerado para seu cálculo os custos de produção e uma parcela correspondente à participação do fornecedor no rendimento industrial da usina à qual se encontra ele vinculado. O valor de referência da tonelada de cana corresponde a aproximadamente 90% do preço final do saco de açúcar; o rendimento industrial médio, na região de Campos, equivale a 90 kg de açúcar por tonelada de cana. Na safra 76/77 o preço da tonelada na condição PVU — Posto Veículo na Usina — era de Cr\$ 64,00, correspondendo a 90% do preço do saco de 60 quilos do açúcar cristal "standard". Sobre este preço base incidem descontos referentes: a taxas e impostos diversos, a serviços eventualmente prestados pelas usinas (carregamento, transporte ...) ou ainda como pagamento de empréstimo tomado a usina pelos fornecedores. Estão ainda previstas alterações no preço base em função da qualidade da matéria-prima. O tempo decorrido entre o corte e a moagem não deve exceder 24 horas, pois caso contrário há perda no teor de sacarose e conseqüentemente reduz-se o rendimento industrial. O processo de entrega vigente na Região, concorre para que a matéria-prima fornecida por pequenos fornecedores esteja sujeita a depreciações de preços que variam de 16 a 30% do preço base. É oportuno esclarecer que outros descontos por depreciação ocorrem na Região. Entre estes mais comuns, a redução de preço das canas queimadas ou cana com excesso de palha. Ambas relacionam-se a técnicas de colheita e são freqüentes na Região. A queima das canas é realizada principalmente por pequenos fornecedores a fim de reduzir a despesa de corte; o excesso de palha decorre do carregamento mecânico (31). Por outro lado, por determinação do IAA, os fornecedores das usinas que obtiveram uma produção acima da oficialmente prevista — por efeito do rendimento industrial maior do que a média obtida na região produtora — fazem jus a um acréscimo no preço da cana fornecida, mediante rateio, entre os mesmos,

deste excedente a ser pago no final da safra. O pagamento por teor de sacarose, embora oficialmente instituído desde 1974, só agora começa a ser efetuado de forma ainda limitada na Região. Ainda por determinação legal o pagamento da matéria-prima deve ser realizado quinzenalmente em dinheiro e o documento comprobatório de que a usina se encontra em situação regular com os seus fornecedores é indispensável para a obtenção de crédito junto às entidades bancárias oficiais ou mesmo do aval do IAA, para operações financeiras ligadas à produção agroindustrial canavieira. Várias pesquisas realizadas na área demonstram, a partir do confronto entre os custos da produção com os preços pagos ao produtor, ser muito baixa a rentabilidade da lavoura canavieira na região de Campos (32).

Com base nos dispositivos que regulamentam a vinculação lavoura-usina, pode-se concluir a nível institucional, que há instrumentos legais para assegurar a estabilidade dos fornecedores na organização agroindustrial canavieira. Entretanto é importante ressaltar que as distorções no efetivo cumprimento das imposições legais geram sérios conflitos dos próprios fornecedores entre si, destes com os proprietários de usinas ou dos fornecedores e usineiros com o IAA, órgão responsável pela elaboração e pelo cumprimento da citada legislação.

O desenvolvimento ao longo do tempo da agroindústria canavieira fez que se implantasse na Região uma sólida infra-estrutura de serviços oficiais e privados ligados ao sub-setor. Quatro Ministérios e o Governo Estadual mantêm na cidade de Campos órgãos de apoio em função desta atividade. Entidades privadas, congregando empresários, técnicos e produtores, além de associações e sindicatos das diversas classes representativas do sub-setor, dispõem de escritórios e serviços também aí sediados. Tanto as antigas como aquelas fundadas a partir de 70, vem aperfeiçoando sua infra-estrutura com o objetivo de produzir estudos e pesquisas sobre o setor e prestar assessoria e assistência técnica, jurídica, econômica e social aos seus filiados. Assim estruturadas, estas entidades contribuem para dotar as classes produtoras de maior poder de negociação diante das demais classes empresariais e junto ao Governo, tanto em função de seus interesses específicos, como do próprio setor agroindustrial canavieiro e da Região. Atualmente observa-se uma integração maior dos diversos órgãos públicos, entre si e com as en

tidades empresariais, mediante a instituição de coordenadorias, através de convênios e/ou grupos de trabalho para a elaboração e execução de planos e programas que abranjam áreas específicas a cada uma das entidades referidas. O que visam é dar uma coerência maior entre os objetivos, estratégias e instrumentos específicos de planos de cada instituição e evitar uma duplicidade de atribuições e ações e conseqüente pulverização de esforços e recursos financeiros (33).

2.2.

2.2. - CARACTERIZAÇÃO DO SEGMENTO DOS FORNECEDORES.

Várias são as classificações de fornecedores de cana, contidas em estudos sobre a região de Campos. A maioria delas os dimensiona segundo a escala de produção, grupando-os em pequenos, médios e grandes. Na caracterização de cada grupo é enfatizada a relação entre o tamanho médio do estabelecimento rural e a produção média por safra e a importância desta relação para explicar as principais características da estrutura de produção de cada grupo (FUNDENOR, ASPLAN-PAD e Associação Fluminense dos Plantadores de Cana) (p). O estudo realizado pelo SUBIN - ISOP - FGV, caracteriza os grupos através de uma série de indicadores relacionados ao processo de produção e os classifica segundo sua inserção na atividade agroindustrial canavieira.

A classificação da FUNDENOR considera 12.688 fornecedores, incluindo 10.500 cotistas oficialmente inscritos no IAA e aqueles ainda não inscritos grupados em pequenos, médios e grandes, segundo a escala de produção.

QUADRO I:

GRUPOS	PRODUÇÃO POR SAFRA	Nº DE FORNECEDORES	% Nº DE FORNECEDORES	PRODUÇÃO (t)	% PRODUÇÃO	RELAÇÃO t/FORNECEDOR
A Pequenos fornecedores ..	A1 0,1 - 150 t	8.637	68,5	554.742	11,8	64
	A2 150 - 500 t	2.379	18,7	862.465	18,5	363
	0,1 - 500 t	11.016	87,2	1.417.207	30,3	129
B Médios fornecedores	B1 500 - 750 t	497	3,9	308.023	6,5	620
	B2 750 - 1500 t	492	3,8	616.046	13,2	1.252
	500 - 1500 t	989	7,5	924.069	19,7	934
C Grandes fornecedores ..	Mais de 1500 t	694	5,3	2.336.698	50,0	3.367
TOTAL		12.699	100,0	4.677.974	100,0	368

FONTE: FUNDENOR-PROSSUCAR, 1975.

A Associação Fluminense dos Produtores de Cana considera os 10.500 fornecedores inscritos no IAA, grupando-os igualmente, em pequenos, médios e grandes, porém atribuindo-lhes escalas de produção diferentes da classificação anterior.

QUADRO II:

GRUPOS	PRODUÇÃO POR SAFRA (t)	Nº DE FORNECEDORES	%	QUANTIDADE PRODUZIDA	%
Pequenos .	0,1 - 500	9.668	92,7	928.683,6	26,7
Médios ...	500 - 3000	597	5,7	1.240.019,1	34,8
Grandes ..	Mais de 3000	189	1,6	1.338.173,3	38,5
TOTAL		10.454	100,0	3.506.876,0	100,0

FONTE: Associação Fluminense dos Plantadores de Cana-de-Açúcar.

Uma outra classificação da Associação Fluminense dos Plantadores de Cana enfatiza a presença do pequeno produtor, subdividindo este subgrupo segundo a escala de produção, e indicando a área média cultivada e a receita mensal respectivas.

QUADRO III:

GRUPOS	PRODUÇÃO t/safra	Nº DE FORNECEDORES		ÁREA MÉDIA CULTIVADA (ha)	RECEITA MÉDIA MENSAL (Cr\$) (*)
		Absoluto	%		
Pequenos	até 100 t	5.000	47,61	2,5	534,00
	100 - 250	2.650	25,23	6,0	1.300,00
	250 - 500	1.500	14,28	12,5	2.600,00
		9.150	87,12	—	—
Médios e Grandes	500 e mais	1.350	12,88	—	—
TOTAL		10.500	100,00		

FONTE: Associação Fluminense dos Produtores de Cana - O Canavieiro - Out. 1980.

(*) Receita Média na safra 76/77, com preço base por tonelada de Cr\$ 64,00.

Comparando os dados das diversas fontes, conclui-se que aproximadamente 90% dos produtores participam com cerca de 30% da produção que é fornecida às usinas. Cerca de 70% dos fornecedores produzem menos de 12% do total e praticamente 50% da cana é fornecida por apenas 5,5% do total de fornecedores.

Há um encadeamento de fatores e elementos interagentes relacionados com a atomização excessiva da produção que se evidenciam tanto no baixo nível de renda do produtor, como na rentabilidade da atividade como um todo.

Segundo a classificação da FUNDENOR, os pequenos fornecedores incluem-se no grupo A que se subdivide em dois subgrupos: o A₁ que engloba os que produzem até 150 t/safra, correspondem a 68% do total de produtores, participando com 11,8% da produção, com um per-capita de 64,19 t/safra e o A₂, constituído pelos produtores que fornecem 150 a 500 toneladas/safra, representam 18,70% do grupo total, participando com 18,40 do produto e têm um per-capita

de 254 t/safra. Os produtores do grupo A têm seus estabelecimentos localizados predominantemente na zona da baixada aluvial do Paraíba do Sul. Há uma influência recíproca entre a fragmentação da terra, a pequena escala de produção, a baixa produtividade e baixa rentabilidade das lavouras dos fornecedores deste grupo. A pequena produção média tanto se relaciona ao tamanho do estabelecimento — na região, quanto menor a área do estabelecimento, maior a proporção de terras plantadas com cana-de-açúcar —, como a baixa produtividade da lavoura. Os fornecedores do subgrupo A₁ tem suas lavouras em áreas muito restritas, utilizam mão-de-obra familiar, sendo eles próprios, lavradores. Recorrem, eventualmente à troca de serviços com outros fornecedores, principalmente para a realização de tarefas que exigem equipamentos de que não dispõem. Por outro lado, complementam sua renda, em outras atividades, ou como lavradores ou como motoristas e tratoristas. Seus métodos de cultivo são frequentemente rotineiros e suas informações sobre técnicas agrícolas são obtidas através das próprias relações de vizinhança com outros produtores. Limitados por baixas rendas, recorrem frequentemente ao crédito informal para financiar safras ou cobrir prejuízos eventuais; porém o nível de investimentos para a melhoria dos cultivos é bem inferior às exigências. Por sua vez, a baixa produtividade de suas lavouras tanto pode estar relacionada a limitação de ordem técnica — dificuldades de realizar ou adotar certas formas de organização da lavoura em áreas muito exíguas — como a razões econômicas ocasionadas pela baixa renda dos produtores que limitam o nível de investimentos.

A pequena escala de produção, a baixa produtividade e as baixas rendas dos pequenos agricultores entretanto, são ainda relacionadas ao modo de articulação lavoura-usina. Além dos aspectos anteriormente mencionados das diferentes modalidades de entrega da matéria-prima, outros tipos de relações se estabelecem entre o fornecedor e a usina, tais como a utilização de crédito e a prestação de serviços. A freqüente tomada de empréstimos pelo pequeno produtor sob forma de adiantamento do pagamento de safras, a juros e condições estipuladas pela usina é uma prática que além de concorrer para reduzir ainda mais as suas baixas rendas, tende a criar fortes laços de subordinação e de dependência do fornecedor à usina da qual ele é cotista. Conclui-se que indiretamente relacionados

à escala de produção, fatores ligados a integração lavoura-usina, concorrem para reduzir as rendas do pequeno fornecedor. Outras formas de subordinação também relacionadas a tomada de empréstimos e à prestação de serviços ocorrem entre os pequenos fornecedores em relação aos médios e grandes.

São poucas as diferenças observadas na estrutura da produção dos fornecedores do subgrupo A₂. Os níveis de produtividade são praticamente semelhantes aos do subgrupo anterior. Da mesma forma, se processa a integração lavoura-indústria, embora sob condições mais favoráveis ao fornecedor, em decorrência das economias de escala. Também o produtor deste subgrupo exerce atividade complementar, na própria cultura canavieira ou não, mas a participação da mão-de-obra familiar decresce em relação aos serviços de empreitadas e da participação da mão-de-obra assalariada temporária. Permanece a modalidade de troca de serviços. Há condições de elevar a produtividade das lavouras deste subgrupo, desde que sejam introduzidas e difundidas certas práticas e técnicas ligadas ao cultivo.

Os médios produtores, classificam-se no grupo B, subdividido em B₁ e B₂. O primeiro engloba os fornecedores como produção média entre 500 e 750 t/safra, que representam 3,9% do número total de fornecedores e participam com 6,5% da produção total com um per-capita de 620 toneladas. Mais evoluídas tecnicamente as lavouras pertencentes aos fornecedores deste grupo apresentam maior produtividade, o que concorre para os mais elevados níveis de renda dos produtores. As condições de transporte e entrega de matéria-prima são mais eficientes e isto reduz o custo e a depreciação do produto. Da mesma forma que no grupo anterior, os laços de subordinação às usinas e aos grandes fornecedores em decorrência da tomada de empréstimos e da prestação de serviços ainda persistem neste grupo. Grande parte dos produtores exerce atividades complementares, geralmente fora da atividade agrícola mas na própria zona rural — comércio, serviços, técnicos de usina, etc. O subgrupo B₂, produz de 750 a 1500 t/safra congrega 3,80% do total de fornecedores e participa com 13,10 da produção, com um per-capita de 1253 toneladas. A atividade mais rentável permite a utilização de técnicas mais modernas, inclusive mecanização, o que se reflete na produtividade; a mão-de-obra assalariada substitui outras modalidades de trabalho anteriormente referidas. As condições de transporte e

entrega são ainda mais eficientes do que as do subgrupo B₁, o que reduz muito a margem de descontos sobre o preço base. A subordinação dos produtores às usinas, limita-se, geralmente aos avais para tomada de empréstimos financeiros em estabelecimentos bancários. Do mesmo modo que o subgrupo B₁, alguns produtores exercem atividades complementares. Os grandes produtores incluem-se no grupo C e fornecem mais de 1500 t/safra, correspondendo a 5,4 do número de fornecedores e 49,90 do total da produção, com 3.367 de produção per-capita. Os níveis tecnológicos são bons, tendo em vista níveis médios vigentes na lavoura canavieira da área. Utilizam mão-de-obra assalariada permanente e temporária, muitas vezes recrutada entre pequenos fornecedores. A entrega de cana é feita diretamente nas usinas, e o nível de subordinação do produtor é bem menor, restringindo-se praticamente, a certos serviços especializados e a operações financeiras. Nem todos os produtores exercem atividade complementar e em caso afirmativo desempenham funções não diretamente ligadas à lavoura, sendo geralmente, empresários e investidores em outros setores. Os estabelecimentos pertencentes a este grupo são quase sempre entregues a gerência de administradores e quanto ao nível tecnológico e as características empresariais podem ser comparados aos estabelecimentos agrícolas das usinas.

A classificação realizada pelo ISOP-FGV, baseia-se praticamente no que representa para o fornecedor a atividade canavieira, ou melhor dizendo, o que objetiva o produtor ao se manter na condição de fornecedor de cana-de-açúcar. Considera, para caracterizar os grupos, dados sócio-tecnológicos relacionados ao processo produtivo. A partir destes critérios e indicadores define três grupos que denomina:

- Grupo Sobrevivência - que tem na produção canavieira sua atividade básica e principal meio de vida;
- Grupo Padrão de Vida - que mantém a lavoura canavieira associada a outra atividade, visando a obter um padrão de vida em nível de classe média;
- Grupo Engajamento - que tem na produção canavieira, uma de suas atividades, utilizando-se dela para obter crédito e financiamentos e "status", condições que lhe viabilizam investimentos intra e extra setor canavieiro e possibilitam seu engajamento e crescimento na vida econômica e na sociedade.

O grupo Sobrevivência tem como objetivo a manutenção do grupo familiar; desenvolve atividades paralelas em lavouras de outros fornecedores ou de indústrias ou presta serviços de empreitadas, dado que suas rendas são muito baixas. Trabalha com o grupo familiar e realiza troca de serviços com outros produtores. Utiliza técnicas tradicionais difundidas pela comunidade de produtores. Não usufrui de serviços prestados pelas usinas e o vínculo entre lavoura e indústria, restringe-se ao fornecimento da matéria-prima. Mantém estreito relacionamento com fornecedores pertencentes ou não ao seu próprio grupo na prestação de serviços e para financiamentos eventuais. Formas institucionalizadas de associativismo não motivam muito os fornecedores deste grupo.

O grupo Padrão de Vida objetiva um nível de classe média. Tem duas alternativas de crescimento econômico: uma baseada na condição de fornecedor de cana; outra, no desempenho de atividades econômicas, geralmente ligadas a outros setores econômicos. Quando incluídos no primeiro caso, os produtores têm mais interesse na atividade, são mais receptivos a introdução de inovações técnicas e organizacionais do sub-setor dos quais tomam conhecimento através de órgãos de divulgação ou de serviços especializados de Extensão Rural, além do próprio conhecimento difundido na comunidade de produtores. Emprega mão-de-obra assalariada e contrata serviços de empreitada exercendo controle direto sobre a produção. Utiliza-se de serviços prestados pelas usinas e presta serviços aos fornecedores menores, estes geralmente relacionados a mecanização e ao transporte. Também, neste grupo, a maneira de encarar o associativismo depende muito das outras alternativas de crescimento econômico do produtor, anteriormente referidas.

O grupo Engajamento constituído por produtores que exercem suas funções como empresários em atividades secundárias e/ou terciárias; controlam as atividades da lavoura, através de administradores e utilizam mão-de-obra assalariada, em grande parte recrutada entre pequenos fornecedores. Têm acesso a práticas modernas através de agências de extensão rural ou representantes de firmas vendedoras de insumos, com os quais fazem contratos de assistência técnica. Utilizam serviços prestados pelas usinas e por sua vez prestam serviços e financiam as lavouras de pequenos produtores. Aprovam iniciativas associativas e freqüentemente as lideram.

Embora a classificação dos fornecedores realizada pelo ISOP tenha considerado a escala de produção e o tamanho da propriedade rural como alguns dos critérios utilizados apenas para caracterizar os grupos identificados e que outros indicadores importantes fossem introduzidos para a classificação e caracterização dos mesmos, há uma série de elementos que associados definem estruturas ou classes semelhantes aquelas dos grupos identificados e caracterizados pela FUNDENOR. Assim admite-se que haja certa identificação entre o grupo A com o grupo Sobrevivência, o grupo B com o grupo Padrão de Vida e o C com o grupo Engajamento.

A partir das duas diferentes caracterizações conclui-se que no âmbito da atividade, cada grupo e/ou fração, desempenha funções bem definidas, que provêm de relações que se desenvolvem entre eles. Tais relações sustentam o funcionamento do setor canavieiro e se processam através de uma estrutura encadeada de subordinação onde os elos ou níveis correspondem aos diferentes grupos hierarquizados, segundo a importância que assumem na economia agroindustrial como um todo. Tal estrutura, transposta para a sociedade rural teria, em um dos extremos, o grupo Sobrevivência, que se assemelha — ainda que com vantagem, dada a condição de proprietário de terras — aos empregados de usinas e aos empregados rurais e, no outro extremo, o grupo Engajamento que se assemelha aos usineiros.

2. FATORES LIMITANTES E INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CANAVIEIRA E AS PRINCIPAIS PROPOSTAS DE RACIONALIZAÇÃO DA ATIVIDADE.

Tendo em vista as características vigentes na produção canavieira da Região, conclui-se que, apesar das condições naturais favoráveis, do potencial agrícola e da infra-estrutura implantada, há graves problemas de ordem natural, técnica, econômica e social e institucional, que limitam o crescimento da produção e por extensão, do próprio setor agroindustrial.

Como segmentos complementares que são a lavoura canavieira e a indústria do açúcar, há uma interdependência entre o desempenho e o crescimento de cada um deles. Para atender o segmento industrial é exigido do segmento agrícola:

- Oferta regular de matéria-prima;
- Com um padrão de qualidade que resulte em alto rendimento industrial;
- A preços compatíveis com as limitações impostas aos preços dos produtos finais — açúcar e álcool.

Para o segmento rural, o melhor desempenho significa:

- Produzir a custos produzidos;
- Obter preços remuneradores para o produto;
- Elevar as rendas dos produtores;
- Elevar o poder de negociação dos produtores rurais juntos às usinas e junto às esferas de decisão governamental.

Os pontos de estrangulamento ou limitantes ao crescimento da atividade e conseqüentemente da região açucareira de Campos, são elementos inter-correlacionados e complementares, qualquer que seja a sua natureza. Apenas para sistematizá-los, se impõe tratá-los separadamente, desde que não se perca a idéia de sua estreita correlação mútua e sua colocação em um contexto econômico, social e espacial amplos.

Sob o ponto de vista técnico agrônomo, a racionalização, através de medidas que produzam o aumento da produtividade, regulem a oferta de matéria-prima com razoáveis padrões de qualidade e conseqüentemente reduzam os custos de produção, dependem basicamente:

- Da recuperação de terras de maior aptidão ecológica ao cultivo da cana, hoje desgastados pelo uso continuado ou que apresentam problemas de drenagem;
- Da correção de áreas aptas com restrições médias quanto à fertilidade, aos recursos hídricos e à declividade;
- Da utilização mais racional dos recursos naturais através da implantação e utilização regular de técnicas e práticas apropriadas;
- Da redução das perdas e da depreciação da qualidade da matéria-prima, pela ação de efeitos climáticos ou pela execução de práticas e procedimentos insuficientes e/ou inadequados ligados à fase do plantio, da colheita e da integração lavoura-indústria.

Sob o ponto de vista sócio-econômico especificamente,

no que refere à posição relativa do fornecedor no contexto da atividade agroindustrial, a racionalização exige basicamente:

- Mudanças no processo de articulação lavoura-usina;
- Fiscalização mais rigorosa do cumprimento de determinações legais referentes à realização da atividade;
- Mobilização espontânea e/ou induzida dos fornecedores, no sentido de desenvolver formas de associativismo.

A solução para alguns desses problemas depende de uma prévia inversão de recursos governamentais em infra-estrutura e relacionam-se à execução de grandes projetos integrados de drenagem e irrigação, de desenvolvimento de pesquisa e experimentação, alguns destes, em parte já implantados e outros planejados para a região. Outros problemas tem sua solução baseada em ações integradas, porém de âmbito mais restrito, dependendo de decisões a nível da empresa, mesmo levando em conta que estas sejam induzidas ou freiadas, por ações provindas de esferas externas. Há ainda aquelas que dependendo basicamente da mobilização de classes empresariais e mais especificamente dos fornecedores, podem ser incentivados ou desestimulados por condições estruturais e/ou por ações externas. Outros dependem de mudanças a nível institucional e de ações emanadas das esferas superiores de decisão governamental.

Podemos identificar duas ordens de problemas bem definidos que entravam o maior desenvolvimento do setor canavieiro: aqueles de natureza técnica agrônômica propriamente dita, isto é, relacionados à utilização insuficiente ou inadequada de insumos, máquinas ou implementos e aqueles ligados a aspectos político-institucionais e jurídicos referentes à integração lavoura-indústria.

a) Fatores de ordem técnica:

i. Pesquisa e experimentação agrícola

Embora exista uma longa tradição em pesquisa e experimentação sobre a cultura da cana-de-açúcar na região de Campos, esta tem se restringido principalmente, aos aspectos genéticos — pesquisa de variedades — e aos de correção e adubação dos solos. Há portanto necessidade de intensificar a realização dos estudos sobre o uso adequado de implementos agrícolas, mecanização e sobre o controle hidroagrícola com vistas ao aumento de produtividade, melhoria na qualidade da matéria-prima, bem como tornar as colheitas menos vulneráveis as irregularidades climáticas.

b) *Fatores estruturais ligados à organização agrícola:*

i. Fragmentação da terra e a correlata atomização da produção

Ainda que seja um ponto discutível é amplamente admitido que existe uma inadequação entre o pequeno estabelecimento rural e o cultivo da cana-de-açúcar com fins industriais. Certas características da cultura exigem operações e técnicas, principalmente referentes à organização da área de cultivo e à utilização de máquinas, cuja resposta econômica é baixa quando realizadas em áreas restritas (35). Outro aspecto da questão já anteriormente discutido é a grande dispersão da produção canavieira que traz sérios problemas para integração lavoura-indústria. Estes se refletem nos altos custos operacionais de carregamento e transporte, na redução das rendas do produtor canavieiro, na formação e manutenção de laços de subordinação dos fornecedores de diferentes categorias entre estes e as usinas, reduzindo o poder de negociação dos pequenos fornecedores com os demais subgrupos de agentes envolvidos na atividade (36).

A atomização da produção e as condições dela derivadas, que influem sobre a baixa renda do produtor, restringem sua propensão a adotar inovações técnicas e operacionais, com vistas à racionalização. Este é um dos aspectos mais freqüentemente considerados como limitante estrutural à adoção de inovações ~~de inovações~~ na atividade canavieira na Região. Discutindo a modernização da agricultura GALJART (op. cit.) (37), considera que a resistência do produtor a adotar inovações depende basicamente de três fatores: ignorância ou desconhecimento; incapacidade e desinteresse.

Analisando o que ocorre na região de Campos, admite-se que haja um razoável grau de conhecimento por parte dos fornecedores quanto às técnicas e insumos mais apropriados à cultura canavieira, adquiridos através de informações advindas do contato com agentes de extensão ou de firmas, vendedores de insumos ou que se difundem entre os próprios produtores. Neste último caso a difusão tanto pode ser atribuída ao padrão de distribuição espacial da atividade canavieira, no qual se justapõem empresas dos mais variados níveis operacionais, quanto ao processo usual de troca de trabalho entre produtores de diferente capacidade empresarial. Portanto, existe um bom nível de veiculação de informações, podendo-se eliminar, pelo menos no caso de técnicas não muito complexas, o fator

ignorância como limitante à adoção de inovações. Maior influência no sentido de reduzir a propensão para adotar inovações pode ser atribuído ao fator incapacidade. Há, na região, um grande número de pequenos produtores com baixas rendas e reduzidas possibilidades de acesso ao crédito formalizado que lhes possibilite participar de programas setoriais, regionais e/ou nacionais de desenvolvimento que ora são implemento na região. A própria aquisição isolada de insumos e implementos torna-se difícil diante das limitações financeiros, para a grande maioria dos pequenos produtores. Mesmo assim é importante ressaltar que apesar do baixo nível de investimentos de capital na cultura canavieira dos pequenos produtores, a prática da troca de serviços — modalidade de relação de trabalho frequente e generalizada na região — de certa forma viabiliza a manutenção de níveis de produtividade elevados em relação à sua limitada dimensão econômica. Ocorre porém, que a utilização de certos recursos técnicos e a realização de práticas agrícolas condicionadas pelas relações acima mencionados, ou são especialmente limitadas ou não se realizam com a frequência necessária.

Fator desinteresse, caracterizado pela ausência de motivação do produtor para adotar inovações, ainda que as conheça ou tenha capacidade para tanto. É uma atitude que diz respeito ao que Banfield define como "horizonte temporal" do agricultor, e que por sua vez depende do seu nível de satisfação pessoal, que é subjetivo. Este o induz ou não, a realizar investimentos e a correr riscos na atividade agrícola. Neste caso, há que se considerar duas situações distintas: existe, na região, produtores que têm, na produção canavieira uma atividade econômica complementar. Alguns destes enquadram-se como produtores médios, na classificação da FUNDENOR-PROSSUCAR e no grupo Padrão de Vida na classificação SUBIM-ISOP-FGV, já mencionados. Tendo sua posição garantida institucionalmente pelo IAA, usufruem de privilégios ligados à obtenção de créditos, de assistência social, além de manter status de proprietário rural — o que lhes permite ascender econômica e socialmente —, assim é atingido o seu "nível de satisfação", através da produção canavieira, mesmo que eles não adotem inovações e continuem a produzir a custos altos, auferindo baixas rendas em relação ao potencial da área que cultivam. É uma situação totalmente diversa do que ocorre com os pequenos produtores do grupo Sobrevivência, que

por limitações econômicas, não se vêem propensos a investir ou a correr riscos em uma atividade que apesar de não lhes proporcionar lucros, que de certa forma, lhes garante alguma renda, lhes possibilitam manterem a propriedade da terra e o acesso à assistência social em melhores condições do que a de um trabalhador sem terra ou de um trabalhador de usina.

Isto leva a refletir até que ponto os instrumentos institucionais podem conduzir a situações contraditórias. O IAA explicitamente induz, propõe e realiza planos e programas para a racionalização da agroindústria canavieira; com vistas ao aumento da produtividade, baseados em modernização tecnológica. Por outro lado, ao oferecer garantias institucionais aos produtores, possibilita a permanência de empresas que operam em condições anti-econômicas como parte da estrutura da produção canavieira na região de Campos (38).

ii. Heterogeneidade da estrutura da produção canavieira

A grande heterogeneidade na produção canavieira é verificada ao se comparar os segmentos de produção de usinas e de fornecedores (MENDES, 1978: 178). Entretanto ela ocorre internamente no próprio segmento dos fornecedores, pois embora institucionalmente estes constituam um mesmo subgrupo, dentro do grupo de proprietários rurais dado que tem uma participação bem definida na agroindústria canavieira, existe uma diferenciação interna que dá origem a frações do subgrupo de fornecedores em função de seu modo de inserção na atividade. Esta diferenciação interna, por outro lado, favorece o surgimento de conflitos de interesses imediatos entre as diferentes frações que impõe obstáculos à mobilização conjunta dos fornecedores, através de iniciativas associativistas. A falta de coesão interna por sua vez, reduz o poder do subgrupo para solucionar os conflitos de interesses com as demais frações, subgrupos e grupos sociais envolvidos na atividade. Este conjunto de condições tende a gerar pressões e estratégias bastante diferenciadas para promover transformações técnicas e organizacionais na atividade canavieira. Ao lado disso a própria heterogeneidade que se expressa na diferenciação das características internas — funcionais e econômicas — da produção canavieira implica na exigência de estabelecer proposições e ações muito diversas, quanto à sua na-

tureza para promover transformações na atividade. Considerando as perspectivas de modernização do setor canavieiro como um todo, a questão de heterogeneidade entre o segmento das lavouras e o de fornecedores é ainda muito maior.

iii. Integração lavoura-usina

A maneira como se processa esta integração e as relações que delas decorrem, têm influência na obtenção das rendas dos produtores, na manutenção da subordinação do pequeno produtor aos grandes fornecedores e às usinas, reduzindo-lhes o poder de negociação com os demais grupos e entidades envolvidos na atividade agroindustrial canavieira. As baixas rendas se traduzem na incapacidade econômica e atuam no sentido de reduzir a propensão do produtor em adotar inovações. Por outro lado, a subordinação do pequeno e até certo ponto, do médio produtor tem influência sobre seu interesse em introduzir inovações em suas lavouras. Este último aspecto deve ser porém, analisado sob dois ângulos diferentes:

- O desinteresse em adotar inovações pode advir das poucas perspectivas de promoção econômica percebidas pelo agricultor em face da posição que ele ocupa na estrutura econômica e social.
- Por outro lado pode estar relacionado a uma atitude que GALJART interpreta como "busca de patronagem". Em um contexto em que é alto o grau de subordinação e dependência dos pequenos fornecedores às usinas e, até mesmo, às vezes, aos grandes fornecedores / observa-se uma tendência para a acomodação ou para espera de benefícios que eventualmente possam advir de ações emanadas dos indivíduos ou frações de grupos que os subordinam e/ou que ocupam posições mais proeminentes na estrutura econômica e social dominante no espaço regional. Isto se expressa nitidamente na Região, pela expectativa em relação ao papel desempenhado pelo FUNDENOR em relação aos interesses dos produtores, ou pela COOPERCREDI.

c) *Fatores de ordem jurídico-institucional e políticos:*

i. Propriedade da terra agrícola

Uma das características da estrutura fundiária na re-

gião de Campos é a existência do pequeno estabelecimento gerido diretamente pelo proprietário ou seja da pequena propriedade canavieira. Embora se considere que a forma de apropriação direta favoreça mais o processo de adoção de inovações, do que as formas indiretas — como a parceria ou arrendamento — a existência de um grande número de pequenos proprietários têm que ser considerada quando da formulação de qualquer programa de racionalização baseado em introdução de técnicas sofisticadas e de operações que requeiram altos investimentos, ou melhor, programas de difícil implantação em pequenos estabelecimentos como é o caso dos relativos as técnicas de controle hidroagrícola. A tradicional estrutura de pequena propriedade pode ser vista mesmo, como uma "rugosidade" da organização do espaço, que se impõe a certas propostas de homogeneização espacial, através de grandes investimentos de capital. Por maiores que sejam as pressões sobre o pequeno produtor, advindas da tendência à concentração fundiária, ou induzidas pelos altos custos dos investimentos exigidos pelas novas propostas de racionalização do setor, o pequeno produtor, se acha juridicamente garantido. Alie-se a isto, o fato do mesmo ser institucionalmente apoiado na sua condição de fornecedor cotista, pelo IAA. Nestas condições, é de se supor que apenas através de modificações profundas na política agroindustrial canavieira que influem na posição relativa do segmento dos fornecedores na estrutura de produção canavieira — o que teria conotações sociais muito sérias — estaria irreversivelmente ameaçada a estabilidade da pequena produção canavieira, uma vez que, como já foi dito, o produtor rural não vislumbra na região, grandes opções fora desta atividade.

ii. Extensão rural e crédito agrícola supervisionado

Tem sido demonstrado na prática que a Pesquisa e a Experimentação agrícola, já referidas, só tem êxito como fatores de transformação da agricultura, quando complementadas por serviços de Extensão rural, respaldadas no Crédito supervisionado, em níveis compatíveis como as exigências do processo de modernização. Em que pese a atuação dos órgãos especializados nas referidas atividades, tanto a Extensão quanto o Crédito formal são ainda considerados insuficientes na região (39).

iii. Política açucareira estabelecida pelo IAA

- Preços:

Um dos pontos mais controvertidos da discussão sobre o setor agroindustrial canavieiro e talvez um dos poucos pontos de convergência de opinião entre fornecedores e usineiros, refere-se aos preços oficialmente estabelecidos para a cana-de-açúcar e seus subprodutos. É amplamente aceito entre os produtores que o preço pago, legalmente estipulado, não remunera a atividade, sendo um dos fatores responsáveis pela descapitalização do setor.

Até 1965 o preço da cana-de-açúcar era vinculado ao preço final do açúcar e do álcool. O valor básico de referência da tonelada de cana, não considerados os descontos por depreciação da qualidade da matéria-prima, correspondia a cerca de 80,0% do preço do saco de 60 kg de açúcar no Estado do Rio de Janeiro e o rendimento industrial médio era, na ocasião, de 80 kg de açúcar, por tonelada de cana.

A partir daquele ano, por imposição da Lei 4870, o preço passou a ter um valor básico fixado a partir de um levantamento anual de custos de produção a ser realizado pelo IAA acrescido de uma parcela correspondente à participação do fornecedor no rendimento industrial da usina da qual é cotista, quando está exceder o rendimento industrial médio das usinas situadas no Estado produtor admitindo-se este rendimento como indicativo do teor da sacarose e da pureza da cana-de-açúcar. Tais medidas têm por objetivo, de um lado, evitar que a produção de cana seja condicionada pela evolução dos preços do açúcar e do álcool, assim procura-se impedir que condições favoráveis do mercado açucareiro induzam o aumento da oferta de matéria-prima que em um segundo momento resulte em degradação dos preços da cana-de-açúcar. Por outro lado, tais medidas visam a estimular a produção de matéria-prima de melhor qualidade, o que ainda de certa forma, induziria as introduções tecnológicas nas lavouras. Somente a partir da safra 68/69, teve início, ainda que de forma parcial o cumprimento de tais dispositivos.

Os produtores afirmam que, tanto os preços da cana-de-açúcar como os do açúcar, não se baseiam nos custos reais da produção, e que há defasagem entre estes e aqueles calculados pelo IAA para fixação dos preços pagos ao produtor. Isto gera descontentamento dos empresários agrícolas e industriais e induz a artifícios

para burlar as determinações legais.

Deve-se observar que a política de preços do IAA explicita a desvinculação entre os preços da cana e do açúcar. Mas ambos, matéria-prima e produto final, têm seus preços definidos a partir dos princípios de caráter político que norteiam a fixação dos preços dos produtos agrícolas quer sejam alimentos, quer sejam matéria-prima para produção de alimentos (40).

Caracteriza-se assim uma forma de transferência compulsória — o mecanismo de controle de preços dos produtos agrícolas —, para favorecer o processo de acumulação capitalista dos setores urbano-industrial, a partir do setor agrícola, associado ao interesse político de reduzir pressões sociais provocados por altos preços de produtos alimentares de primeira necessidade.

Alegam os produtores de cana e de açúcar, que os preços irreais e os reajustes anuais servindo apenas para cobrir os efeitos da inflação conduzem a uma contínua descapitalização dos setores agrícola e industrial-canavieiro. Propõe por outro lado, principalmente os usineiros, em função dos seus interesses, que seja adotado e estendido a todo o segmento de fornecedores, o pagamento da cana em função do teor de sacarose, do qual depende o rendimento industrial.

Pode-se assim admitir que a própria política governamental de preços concorre para freiar as inverções no setor canavieiro já que os preços não remuneram o capital investido. Os pequenos produtores são estruturalmente impedidos, por razões econômicas, de investir em tecnologia, para melhorar os níveis de produtividade da lavoura e qualidade da matéria-prima, enquanto os médios e grandes se veem estimulados a aplicar seu capital em outros setores de atividade, nos quais o retorno é maior e mais garantido.

- Contingenciamento e regionalização da produção e do comércio açucareiro:

Profundas alterações na política açucareira ocorreram em consequência do processo de industrialização do país, fazendo inverter o secular predomínio da Região Nordeste e deslocando para baixo a posição das tradicionais áreas produtoras de açúcar do "centro-sul" — e este é o caso do Estado do Rio de Janeiro — em relação a São Paulo.

A partir de 1946, segundo determinações do IAA, cada uma das grandes Regiões brasileiras, deveria auto-abastecer-se e os excedentes seriam alocados no mercado externo.

Dispondo de um parque industrial e de uma infra-estrutura agrícola mais modernos, São Paulo elevou sua participação na produção açucareira do país de 24,0% para 37,0% no período de 1946 a 1955. Enquanto isso o Rio de Janeiro reduziu-a de 16,8% para 13,1% na produção total de açúcar no Brasil.

Em 1963, aproveitando-se de excepcionais condições do mercado internacional do açúcar e apoiando-se no recém criado Plano de Expansão da Industrial Açucareira Nacional, que previa atingir uma produção de 100.000.000t (cem milhões) em 1971, o IAA dispôs sobre a instalação de 50 novas usinas e a correspondente ampliação das áreas de lavouras canavieiras.

Um programa conjunto do IAA com a GERCA-IBC, cuja implantação teve início em 1965, favoreceu a instalação de 33 novas usinas em São Paulo e 16 no Paraná (40).

Em pouco tempo ocorreu super-oferta de açúcar naqueles dois Estados, que dispunham de parque industrial moderno, capaz de realizar a moagem da cota autorizada em menos de 60 dias, com alto rendimento industrial. Os excedentes de produção passaram a invadir as áreas dos mercados supridos por Minas Gerais e pelo Rio de Janeiro.

A desorganização na comercialização repercutiu sobre a produção das referidas áreas daí decorrendo sucessivas crises da produção canavieira na região de Campos principal área produtora do Estado do Rio. Sua participação passou de 17,0% em 1955 para 10,5% em 66, sendo hoje de apenas 5,4%. Enquanto isto a produção de São Paulo passou de 37,0% em 55 para 55,4% em 66 e 50,4% em 77 (FRANÇA, 1972).

O que se verifica é que, participando São Paulo com 50% da produção de açúcar do Brasil e respondendo por 46% das exportações brasileiras do produto, este Estado exerce uma forte influência na formulação da política açucareira do país. Assim, a formação de excedentes da produção paulista significa excesso de oferta do produto no país e a formação de estoques; isto conduz à política de contenção de preços e de crédito ao setor como um todo com objetivo de frear e equilibrar a relação oferta-demanda.

Alegam os produtores de outras regiões açucareiras que não se leva em conta, quando são formuladas e executadas as medidas previstas nesta política de contenção, o fato das outras áreas produtoras do país pouco ou nada contribuírem para a super-oferta e para a formação de estoques excessivos. Mesmo assim, estas tem suas economias atingidas e penalizadas como acontece com Campos e com as áreas canavieiras de Minas Gerais e com o Nordeste canavieiro, em função de erros de previsão, que resultaram no superdimensionamento do parque açucareiro (MENDES, 1978: 168-169).

2.4. AS PRINCIPAIS PROPOSTAS DE RACIONALIZAR A PRODUÇÃO CANAVIEIRA E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL

Como já foi mencionado a lavoura canavieira ocupa áreas de diferentes domínios ecológicos com características diversas quanto às condições do solo, topografia e drenagem. Decorre daí uma diversificação grande quanto ao tipo de insumos e técnicas apropriadas para elevar a produtividade dos fatores de produção empregados. A isto se soma uma estrutura de produção diferenciada quanto à dimensão dos estabelecimentos rurais; às relações de trabalho e ao modo de articulação lavoura-usina ampliando-se assim a diversificação verificada a nível das características funcionais e econômicas da produção canavieira. Tais condições, refletem-se na produtividade e rentabilidade da produção agrícola e na própria organização do espaço rural. Deve-se ainda enfatizar o já referido contraste existente na área, entre a homogeneidade das lavouras de usinas e a heterogeneidade das lavouras de fornecedores. Os aspectos políticos, jurídicos e institucionais que balizam a atividade em todas suas fases, introduzem uma complexidade ainda maior no momento de se pensar propor e acionar alterações de caráter abrangente na estrutura da produção, com vistas à racionalização.

Este processo implica em transformações diferenciadas quanto a sua natureza e ao seu alcance. A extensão maior ou menor do processo depende de diferentes influxos e de limitações sociais, econômicas, institucionais e políticas, gerados interna ou externamente ao sub-setor e a região.

As proposições e recomendações para promover a racionalização

lização da agroindústria canavieira no Brasil há muito vem sendo formuladas e implementadas ou isoladamente ou integradas em planos, programas e projetos formais. As ações que tanto podem estar situadas no âmbito da iniciativa particular, como na iniciativa do governo, geralmente relacionam-se as diretrizes da política governamental para o setor agrícola e para a atividade agroindustrial canavieira, em particular.

A política explícita de investimentos para este sub-setor foi introduzida com a própria criação do IAA em 1933 com o objetivo de restabelecer o equilíbrio entre a produção e o consumo abalado com a crise de 1929. O principal instrumento era o financiamento direto das safras tendo o Banco do Brasil como agente financeiro. Posteriormente foi admitido pelo condutores da política canavieira que a sobrevivência do sub-setor, em condições econômicas estáveis, dependeria de transformações das características operacionais, já então consideradas obsoletas, na lavoura e na indústria.

A atuação do IAA no campo da racionalização da agroindústria canavieira tem se realizado através do funcionamento normal e contínuo dos seus diversos serviços ligados à assistência técnica, econômica e jurídica e através dos Planos e Programas formalmente instituídos pela própria autarquia ou por outras entidades governamentais. SZMRECSANYI, comentando a atuação do IAA quanto à assistência técnica à agroindústria canavieira, afirma ter sido a mesma, muito limitada, apesar de formalmente existir como atribuição da autarquia desde o início da década de 50. Admite o referido autor que isto seja uma decorrência da estrutura prevalecente no sub-setor, durante um longo período — que se estendeu praticamente até 1970 —, em função dos seguintes fatores:

- A produção açucareira apresentava excedentes crônicos, daí não haver necessidade de medidas agressivas para promover o seu crescimento.
- Seu escoamento era garantido a preços compensadores para os usineiros, para o mercado interno e a preços subsidiados para o mercado externo. Logo, a redução dos custos de produção não se constituía em motivo de pressão sobre o sub-setor para introdução de técnicas de produção mais modernas e/ou economicamente mais racionais.

Apenas na segunda metade da década de 60, com a conjun

tura desfavorável no mercado externo contribuindo para a super-produção e diante da impossibilidade de absorção dos excedentes no mercado interno, alteraram-se as condições anteriormente vigentes. O aumento de produtividade e conseqüente redução nos custos, tornou-se uma preocupação para os responsáveis pela política açucareira, passando a ser este o ponto chave para o crescimento deste sub-setor.

Ainda segundo SZMRECSANYI, o formento às exportações têm sido um dos principais aspectos da estratégia de desenvolvimento do país, a partir de 1968. Esta política já vinha sendo adotada no setor agroindustrial canavieiro desde 1955 e tinha, de início como objetivo, garantir a exportação, à preços subsidiados, de toda a produção de açúcar não absorvida pelo mercado interno. Como as exportações se expandiram, a produção para o mercado externo tornou-se o núcleo mais dinâmico para promover a evolução da agroindústria canavieira.

Para aprofundar e consolidar a referida política, era necessário de um lado, a existência de demanda externa, em um nível estável e de outro, a oferta igualmente estável de açúcar brasileiro a preços competitivos no mercado mundial. A primeira destas condições é exógena ao sub-setor e à economia brasileira, a segunda é endógena e depende das condições de produção, do aproveitamento da capacidade instalada das usinas e lavouras, da eficiência do sistema produtivo e da eficiência da comercialização. Os fatores endógenos são passíveis de modificação e como tal, para eles foram direcionadas as principais medidas referentes à racionalização da atividade em questão.

Apesar do planejamento formalizado para o sub-setor ter sido esboçado anteriormente — em especial antes de 1964 — ele passou a ser executado a partir de 1971 com a instituição do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar de âmbito nacional, homologado pelo MIC em 31-08-1971. Com base neste mesmo ato administrativo, foi criado junto ao IAA, o PLANALSUCAR que funciona em Coordenadorias Regionais situadas em Arararas (SP), Campos (RJ), Rio Largo (AL) e Carpina (PE), e no Centro de Estudos Especiais em Piracicaba (SP), além de ter uma Secretaria Geral instalada junto a presidência do IAA, no Rio de Janeiro. Em 1972, foi integrado ao Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Governo

Federal e em 1974 firmou-se um convênio entre o IAA e a EMBRAPA, para a implantação de uma ação integrada de apoio à pesquisa sobre cana-de-açúcar, sendo o PLANALSUCAR a unidade básica para esta ação conjunta.

Dois outros Programas vêm sendo desenvolvidos pelo IAA paralelamente ao PLANALSUCAR, com objetivo de promover a modernização tecnológica do sub-setor: o Programa de Financiamento à Fusão, Incorporação, e Relocalização de Unidades Industriais e o da Construção de Terminais Açucareiros de Recife, Maceió e Santos.

Uma série de dispositivos que regulamentam o funcionamento e a realização dos planos e programas acima referidos acham-se contidos no Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, cujas primeiras determinações foram executadas após sancionada a Lei 5654 de 14-05-1971 que o instituiu.

Os recursos financeiros para implementar a referida programação advêm do Fundo Especial de Exportação criado pela Lei 4870, art. 28 de dezembro de 1965, o que de certa forma faz reverter aos empresários parte dos lucros de exportação por meio de créditos para investimentos no próprio sub-setor. Direta ou indiretamente ligados a estes planos e programas de âmbito geral, o IAA tem sub-programas específicos que destinam recursos para: financiar a aquisição de insumos, maquinaria e implementos para lavoura e indústria; para treinamento de mão-de-obra ligada à atividade; para apoio às cooperativas de produtores; para a assistência social dos produtores e trabalhadores da agroindústria canavieira, entre outros. Visa com isto não só aperfeiçoar os instrumentos para solucionar os principais problemas estruturais — econômicos e sociais — relacionados ao sub-setor e específicos a cada área de produção, bem como adaptar seus instrumentos de ação às situações conjunturais novas. Neste último caso encontra-se o Programa Nacional do Alcool, instituído pelo Decreto 76593 em 14-02-1975, no qual o IAA é apenas um dos órgãos participantes, cabendo a ele aprovar os projetos para instalação de destilarias autônomas e os roteiros de sua fabricação.

Dada a importância da atividade agroindustrial canavieira na economia de grande parte do Norte Fluminense, a tendência atual é colocá-la como questão fundamental, quando se pensa em promover transformações sócio-econômicas

cas naquele espaço. Porém a transformação via modernização da atividade agroindustrial canavieira da Região é muito complexa, tanto pelas características vigentes no seu próprio processo produtivo, como pelas implicações maiores de ordem econômica e social decorrentes da posição que a agroindústria canavieira desempenha na Região, daí haver a tendência em estabelecer a interação entre a transformação dessa atividade com questões ligadas a infra-estrutura física, as funções de saúde, educação, comércio e as demais atividades econômicas, serviços.

Dentre os principais programas que pautam as ações propostas ou em implementação, direcionadas especificamente para a racionalização da agroindústria canavieira na Região de Campos, destacam-se: os que se relacionam ao Plano de Racionalização da Agroindústria Açucareira do IAA, instituído pela Lei 5654 de 14-05-1971, contendo o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar e o Programa de Apoio à Agroindústria Canavieira, implantados respectivamente em 1971 e 1973. Este último é constituído por dois sub-programas: Racionalização da Indústria e Racionalização das Lavou-
ras de Usinas e de Fornecedores (41). São programas complementares de modernização tecnológica que se apoiam em estratégias para obtenção de economias de escala e economias externas.

Entre os planos não exclusivamente voltados para a atividade agroindustrial canavieira, mas que têm grande importância para a sua racionalização, devem ser mencionados:

- Plano de Saneamento Geral e Aproveitamento Hidroagrícola dos Projetos Prioritários no Estado do Rio de Janeiro, do DNOS-MINTER cuja implementação especificamente na Baixada Campista passou a ser integrada pelo IAA, a partir de 1966. Trata-se de uma programação com fins de equacionar, em conjunto, os problemas das enchentes periódicas do Baixo Paraíba, da drenagem das baixadas inundáveis, principalmente em torno da Lagoa Feia e da produção canavieira. Tem como principais objetivos:
 - a) o saneamento das terras inundáveis e a prevenção de enchentes no Baixo Paraíba;
 - b) a ampliação da superfície de terras aptas ao cultivo da cana pela incorporação de áreas com deficiência de drenagem e/ou vulneráveis à inundações;

c) instalação de sistemas de irrigação para compensar a escassez de água nos períodos de estiagem.

É esperado da implantação do sistema de controle hidroagrícola:

- a) o aumento do volume de produção canavieira seja pela expansão da área cultivável, seja pelo aumento da produtividade física ou ainda pela redução das perdas ocasionadas por adversidades climáticas;
- b) melhoria na qualidade da matéria-prima quanto ao teor de sacarose, obtido em função do suprimento adequado de água em relação às exigências da planta nas diferentes fases do seu ciclo biológico.

O êxito do sistema é em grande parte garantido pela complementação com o uso de técnicas adequadas de adubação, tratamento fitossanitário, manejo de solos, além do uso de variedades de cana geneticamente adequadas ao processo da irrigação. O plano de obras inclui a construção pelo DNOS, de um sistema de canais — primários e secundários —, dediques e comportas para manter o nível ideal do lençol freático; e de um sistema de canais terciários e equipamentos de controle técnico, estes últimos sob responsabilidade dos empresários. É um programa que exige vultosos recursos públicos e privados, devendo ser apoiado por programas específicos de pesquisa e experimentação, preparação de mão-de-obra, mecanização, etc.

A partir de 1975, por força da Ementa 396-B-74, o referido Plano passou a integrar o Programa Especial do Norte Fluminense — PRODENOR — que engloba projetos de Pesquisa Agropecuária, Assistência Técnica, Abastecimento Agrícola sob a co-responsabilidade do MINTER — através do DNOS —, do MIC — através do IAA —, do Ministério da Agricultura, da SECPLAN e do Governo do Estado do Rio de Janeiro. A programação do PRODENOR, por sua vez acha-se incluída no Plano Estratégico de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Norte Fluminense, que além dos projetos referentes às atividades agropecuárias, contém outros programas setoriais — indústria, comércio, serviços, infra-estrutura de transportes e comunicações, habitação, saúde e educação. Tendo como objetivo maior, promover o desenvolvimento regional integrado, este plano propõe-se a garantir a complementaridade entre as proposições dos projetos específi-

cos que o compõe. Integrando recursos federais e estaduais, sua elaboração foi coordenada por delegação dos órgãos governamentais, pela FUNDENOR a quem esta afeta sua implantação.

As principais proposições para a racionalização da agro indústria canavieira na região de Campos, obviamente derivam essencialmente dos programas acima citados, desenvolvidos pelo IAA. Estes programas setoriais básicos acham-se interligados à outros programas setoriais ou globais dos Governos Federal e Estadual, o que significa ser a racionalização do sub-setor canavieiro, parte de uma programação ampla para promover o desenvolvimento econômico-social e regional. Além dos planos formalizados, ainda há propostas isoladas resultado de discussões e de estudos realizados por grupos ou entidades privadas ou associações empresariais de atuação no setor.

As estratégias e a ênfase em determinadas categorias e instrumentos (45) de políticas agrícolas que transparecem nos objetivos, no elenco de medidas e nas prioridades propostas nos programas e planos citados, serviram como critérios definidores das diferentes linhas de proposições que, genericamente, podem ser classificadas em três grandes tipos:

1 - Propostas que preconizam transformações amplas e profundas no processo de produção e na organização da atividade com objetivo de elevar a produção e produtividade das lavouras e reduzir ou eliminar os pontos de estrangulamento no processo de integração lavoura-usina (46).

Apoiam-se em programas e projetos integrados de modernização, para os quais são exigidos elevados recursos públicos e privados.

Os recursos públicos destinam-se essencialmente:

- aos investimentos em projetos de construção da infra-estrutura básica de irrigação e drenagem necessária para implantação dos projetos integrados de controle hidroagrícola.
- para pesquisa e experimentação: genética, de manejo de solo e água, de fertilizantes, corretivos e fitossanitárias.
- para preparação de mão-de-obra especializada.
- para aperfeiçoamento do sistema de crédito e extensão rural voltados para a cultura canavieira.
- para incentivo às cooperativas de produtores de cana-de-açúcar.

Estas medidas são consideradas pré-requisitos para a adoção de inovações técnicas e organizacionais que dependem de inversões de recursos privados — geralmente apoiados em linhas oficiais de crédito — e que se processam a nível da empresa.

Admitindo como fator limitante à modernização das lavouras de fornecedores, as características estruturais direta ou indiretamente relacionadas à fragmentação da terra e aos seus correlatos: atomização da produção e número elevado de produtores de baixa capacidade empresarial, os defensores desta linha de proposições apresentam como estratégia básica de seus planos, a obtenção de economias de escalas que se traduzem na elevação da relação produção/ /fornecedor e produção/área cultivada. Para conseguir esse objetivo propõem medidas que tanto podem resultar no aumento de volume das cotas individuais de fornecimento por produtor, como na redução do número total de fornecedores. Estas medidas basicamente se referem:

- Aquisição de cotas de fornecimento de um fornecedor oficial para outro titular de maior capacidade empresarial, mediante indenização ou outra modalidade de contrato com a devida autorização do IAA.
- Adoção de métodos e práticas coletivas de cultivo, corte, carregamento, transporte e entrega de cana-de-açúcar. Através da formação de sociedades agrícolas e/ou cooperativas que englobem certo número de pequenos fornecedores, para operar coletivamente sua produção canavieira, caracterizando um processo de consolidação de lavouras.
- Aquisição de pequenos estabelecimentos rurais, o que caracteriza um processo de concentração fundiária, com redução do número de estabelecimentos canavieiros e redução do número de empresários rurais na atividade e conseqüentemente, concentração econômica.

Constam ainda dos programas que se enquadram nesta linha de proposições, projetos de desenvolvimento de atividades alternativas dentro e fora do setor agrícola na região de Campos. Um dos objetivos destes projetos é absorver em outras funções, parte dos produtores de cana-de-açúcar que em face de suas limitações econômicas não tenham capacidade para se engajar nos programas de mo-

dernização tecnológica que ora se propõe para a cana-de-açúcar, e portanto, não possam permanecer na atividade canavieira.

Outro objetivo é o de introduzir novos tipos de utilização das terras ecologicamente marginais com restrições ecológicas ao cultivo de cana-de-açúcar, dentre os quais a criação de animais em confinamento, a horticultura e a fruticultura tropical, embora muitas destas áreas sejam tradicionalmente ocupadas por lavouras canavieiras (47).

2 - Proposições para a introdução sucessiva de técnicas e procedimentos na produção canavieira de forma parcial e setorializada apoiada em crédito e extensão rural e em transformações de caráter institucional. Os defensores desta corrente, admitem as limitações e a insuficiência dos resultados deste tipo de intervenção em face das reais exigências para a racionalização do setor. Por outro lado, consideram que tendo em vista as características estruturais e conjunturais da atividade canavieira em Campos, estas proposições não de mais exequíveis não trariam grandes riscos à estabilidade social do espaço agrário, o que aconteceria no caso de transformações estruturais muito amplas e profundas, como aquelas preconizadas no grupo de proposições anterior, principalmente, tendo em vista a limitação de recursos econômicos para promover as referidas transformações de forma generalizada.

3 - Um terceiro tipo de proposição enfatiza essencialmente a intensificação do associativismo de produtores em suas diversas modalidades, principalmente no cooperativismo para viabilizar as transformações da atividade. Através de cooperativas de serviço, de crédito e de fortalecimento de associações de produtores, seriam minimizados alguns dos efeitos negativos da excessiva fragmentação da terra agrícola e da atomização da produção sobre a racionalização da atividade, o que teria grande importância para a introdução de práticas e técnicas modernas na lavoura canavieira.

As cooperativas de serviços e as sociedades agrícola e de crédito seriam de grande valia para a difusão entre os pequenos produtores das práticas coletivas de cultivo, transporte e comercialização, o que facilitaria a absorção de técnicas preconizadas pela racionaliz

zação, principalmente aquelas referentes ao controle hidroagrícola e melhora das condições de integração lavoura-usina.

Através das cooperativas de serviços e de sociedades agrícolas, tornou-se mais fácil a adoção, por grande número de pequenos produtores, de práticas e técnicas que exigem maquinaria e implementos; insumos, assistência técnica e mão-de-obra especializada que significam investimentos de recursos de que os mesmos individualmente não dispõem. Ao mesmo tempo os processos cooperativos de transporte e entrega da cana-de-açúcar contribuem para reduzir a depreciação da matéria-prima — de que resulta uma considerável redução da renda dos fornecedores. O fortalecimento das cooperativas de crédito contribuiria para aumentar a disponibilidade de recursos para os produtores, facilitando o acesso as linhas preferenciais de crédito atribuídas ao sub-setor canavieiro.

O fortalecimento das Associações de Classe teria como objetivos principais, desenvolver instrumentos para a veiculação dos interesses e reivindicações dos fornecedores; prestar assessoramento à classe para solução de demandas relacionadas à atividade canavieira, bem como dotá-los de maior conhecimento acerca dos dispositivos legais e institucionais relacionados aos seus direitos e deveres, junto as entidades governamentais, às usinas e outras com que se relacionem por imposição de suas atividades como produtor canavieiro.

É importante ressaltar porém que muitas das diferentes propostas e ações que, por sua natureza mais se identificam com um determinado tipo de proposição nem sempre são mutuamente exclusivas. Ao contrário, o que se observa é a ocorrência de intersessão de medidas cujas características as posiciona em diferentes tipos, incluídos em um mesmo programa, ou grupo de propostas emanadas de um tipo de agente ou grupo social participante na atividade canavieira: Governo, empresários, Instituições técnico-científicas, por exemplo. Sendo assim, um mesmo tipo de transformação técnica e/ou organizacional ou mesmo institucional por ser proposta por grupos considerados antagônicos, variando porém suas estratégias de ação, segundo os interesses precípuos e imediatos de seus proponentes.

A implementação das ações propostas para racionalizar a agroindústria canavieira, mais especificamente a lavoura canavieira acima referidos, constitui-se em fator de transformação do espa

ção rural na região de Campos. Em maior ou menor grau, essa transformação pode ser identificada a nível dos elementos que compõe esse espaço; dos fluxos que se estabelecem entre eles, na participação e nas relações entre os diversos grupos e frações de grupos sociais direta ou indiretamente ligados à atividade canavieira na região, e no próprio padrão que, no espaço agrário, assumem os elementos materiais, em torno dos quais se estrutura aquela atividade de Campos.

Entre as medidas preconizadas — implantadas ou propostas — algumas, por sua natureza e abrangência parecem ter um maior impacto sobre a organização espacial: a recente política adotada pelo IAA mais precisamente a partir de 1971, com a instituição do Plano de Racionalização da Agroindústria Açucareira teve consequências de bastante relevância para a organização do espaço agrário na Região de Campos. Em consonância com a estratégia básica daquele plano, foram oferecidos incentivos: para promover o aumento da escala de produção das empresas (no segmento industrial através das operações de fusão, incorporação de usinas e no segmento agrícola, pela fusão de lavouras, consolidação de estabelecimentos rurais, etc.) (48) e, para obtenção de economias externas, através da alocação de recursos públicos em áreas que apresentam melhores condições ecológicas ao cultivo de cana e/ou sejam dotadas de infra-estrutura de apoio técnico, financeiro, de comercialização e administrativo, ligados à economia canavieira, com fins de ampliar os resultados econômicos obtidos.

A efetivação das medidas propostas fez concluir um processo que já se vinha verificando há algumas décadas no Estado do Rio de Janeiro e que resultou na concentração, nos últimos cinco anos, de toda a atividade agroindustrial canavieira do Estado na área polarizada por Campos; mais ainda, ocorreu uma acentuada aglomeração da atividade dentro do núcleo monocultor situado na baixada do Paraíba, na periferia da Cidade de Campos. No período de 1971 a 1976 foram desativadas, com apoio dos recursos deste Programa, as usinas de Porto Real (Resende), Tanguá (Itaboraí), Santa Luisa (Saquarema), todas situadas fora da área polarizada por Campos e Vãrgem Alegre (Cambucí), Santa Rosa (Miracema) e Laranjeiras (Itaocara), dentro da área polarizada. Segundo as disposições que regem a distribuição de cotas de produção açucareira dentro de uma mesma região geo-econômica (49), as cotas de tais usinas foram in-

corporadas por usinas localizadas em São Paulo (uma), Paraná (uma) e as demais em Campos. Seus fornecedores foram indenizados na forma da lei. A indenização dos fornecedores das três últimas usinas e conseqüente desaparecimento de suas lavouras significou tanto a retração dos limites da área canavieira polarizada por Campos — que passou a ocupar praticamente apenas os municípios da migrorregião Açucareira de Campos — com a introdução de novas formas de utilização da terra agrícola, nas antigas áreas. A absorção de cotas de produção por usinas situadas dentro da área polarizada por Campos, por sua vez significaram um aumento de demanda de matéria-prima nesta área forçando a expansão das áreas de produção aí situadas.

Ainda em decorrência do mesmo processo ocorreu, por fusão ou por incorporação à outra usina, a desativação das usinas de Mineiros, Santo Antonio, Poço Gordo, Santa Isabel, todas situadas dentro da área de maior concentração da atividade. Daí resultou a absorção dos contingentes de cana-de-açúcar fornecidos pelos respectivos cotistas, por outras usinas situadas na própria Região. Se de um lado, ocorreu o fortalecimento das usinas desativadas, por outro lado elevou-se a relação fornecedor/usina e com ela todas as conseqüências indesejáveis do fracionamento da produção agrícola que essa relação expressa, justamente em uma área onde esta característica é muito acentuada. Assim ocorreu com Santo Amaro que recebia cana de 779 cotistas e teve este número elevado para 1.549 ao absorver os fornecedores de Mineiros; o mesmo aconteceu com Barcelo, que passou de 1.498 para 2.249, ao absorver os antigos fornecedores da usina Poço Gordo; e com Cambaíba passando de 478 para 997 ao incorporar 592 cotistas oficiais liberados da usina Santo Antônio, desativada. As disposições que visam a adequar a estrutura fundiária vigente na Região às propostas de modernização da atividade canavieira com fins industriais contidas no referido Plano, têm grande repercussão nas transformações do espaço agrário. Os estímulos à fusão de lavouras e à consolidação de estabelecimentos rurais são propostas que resultam em: mudanças no tamanho dos estabelecimentos rurais; e, nas formas de apropriação da terra agrícola. Suas principais conseqüências seriam a concentração da propriedade rural, a redução do número de pequenas propriedades — mudanças nos papéis relativos desempenhados pelas diversas frações de fornecedores de cana —, e busca de atividades alternativas para os produtores que pe

los fatores mencionados deixarem a atividade canavieira.

As medidas relacionadas à introdução de tecnologia apoiada em experimentação e adequadas às condições locais propostas também no plano de Racionalização do IAA, teriam como consequência, mudanças nas características funcionais dominantes na atividade, identificadas através da maior intensidade no uso de insumos e de métodos operacionais modernos decorrendo daí o aumento dos níveis de produtividade da lavoura, melhoria na qualidade da matéria-prima e elevação no nível geral de renda dos produtores. A generalização do processo à todo o segmento da lavoura de cana-de-açúcar resultaria no surgimento de uma área de produção canavieira moderna, enquanto, ao contrário, a restrição das transformações tecnológicas apenas a algumas frações de produtores levaria à acentuação da heterogeneidade que hoje se observa quanto aos níveis técnicos da lavoura, bem como a permanência de características típicas das áreas canavieiras tradicionais então predominantes na região de Campos.

Como a alocação de recursos relativos ao referido Plano de Racionalização, tem contemplado mais os projetos de modernização industrial, resultando daí a efetivação das transformações das usinas, acima comentadas, e como as respostas dos investimentos no setor agrícola, por sua própria especificidade têm sido mais lentas, não se pode ainda avaliar ou estimar o alcance real de tais medidas sobre as mudanças no espaço agrário regional. Os estudos, depoimentos e debates realizados entre técnicos, Governo e empresários ligados direta ou indiretamente ao setor, são a maior evidência da quase unanimidade de opinião acerca das vantagens da introdução do sistema de controle hidroagrícola genericamente referido como técnica de irrigação na lavoura canavieira.

De um lado motivados pelas perspectivas de aumento de produtividade, da melhoria da qualidade da matéria-prima e pela garantia de colheitas, de outro premidos pelas sucessivas perdas de colheita causadas pelas estiagens prolongadas ocorridas nos últimos anos, os empresários têm vislumbrado na introdução daquele processo técnico a "redenção" para a lavoura canavieira em Campos.

Sob o ponto de vista técnico-agronômico, os projetos de controle hidroagrícola propostos definem-se como um conjunto de operações integradas cujo êxito depende da complementaridade das dife

rentes partes que o compõe. As dificuldades econômicas impostas à sua implantação dentro das condições ótimas na Região tendem a gerar propostas de soluções parciais ligadas à introdução de irrigação que poderiam, em um segundo momento, por em risco o êxito do Programa e reduzir-lhe a credibilidade. Por outro lado, há dificuldades de natureza econômica, e operacionais ditadas por condições estruturais e conjunturais para estender o programa a toda a lavoura canaveira regional.

A própria FUNDENOR que coordenou a elaboração do Plano Estratégico de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Norte Fluminense que coloca como projetos básicos para solucionar técnicos da lavoura canavieira a introdução do sistema de controle hidroagrícola, propôs uma programação integrada e complementar. Admitindo implicitamente a impossibilidade de extensão do programa à todo o segmento da lavoura canaveira, em condições técnicas e econômicas aceitáveis, este plano preconiza a liberação de parte das áreas ecológicamente marginais, com restrições severas ao cultivo da cana para o desenvolvimento de outras atividades alternativas. Entre estas são mencionadas a criação de gado em confinamento — nas áreas de relevo acidentado —, da horticultura — nas várzeas inundáveis — e a fruticultura tropical — nas faixas arenosas de restingas.

A substituição do cultivo de cana por outras atividades diretas ou indiretamente ligados ao setor agrícola ou mesmo fora dele, é também hipótese aventada no referido Plano como opção para os produtores que por razões econômicas ou pelas reduzidas dimensões de suas terras, não possam se integrar aos programas de modernização. Daí o incentivo para a preparação e aperfeiçoamento da mão-de-obra a ser ocupada com técnicos e/ou operadores dos sistemas de irrigação, nas patrulhas mecanizadas, nas atividades ligadas ao carregamento e transporte da cana, como técnico de usinas ou técnicos em laboratórios de usinas, etc., recrutada principalmente entre os contingentes que constituem a mão-de-obra familiar dos pequenos estabelecimentos que eventualmente forem liberados.

Observa-se porém que a integração e complementaridade preconizadas tanto pela PRODENOR como no Plano Estratégico de Ação Integrada para o Desenvolvimento do Norte Fluminense — que tem seu fundamento na coerência entre os objetivos, estratégias e instrumentos, acionados para execução dos diferentes projetos que os compõe

— vêm sendo apenas parcialmente alcançados. Em grande parte isto decorre do fato da alocação dos recursos (SIC) obedecer a critérios e prioridades que acabam por privilegiar desigualmente, programas, projetos, setores de atividades, espaços, frações de empresários rurais, invalidando em parte, o objetivo maior da integração prevista e ameaçando todo o êxito dos planos previstos. Especificamente quanto ao PRODENOR observa-se grande disparidade na distribuição de recursos entre as diversas áreas de ação (50). Sob tais condições o risco maior que se vislumbra é justamente a não ocorrência de maior sincronia entre a implantação dos projetos que compõe a referida programação. Assim os projetos de irrigação tendem a ser melhor privilegiados quanto à recursos do que por exemplo, a pesquisa e implantação de projetos alternativos — como os de fruticultura ou horticultura, ou aqueles destinados ao aperfeiçoamento da infraestrutura de comercialização de hortigrangeiros ou de implantação de estradas vicinais, ou ainda, dos que se destinam à formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra e ao desenvolvimento do cooperativismo.

O que se observa é que dado o grande interesse despertado pela irrigação, principalmente entre os usineiros e grandes fornecedores, justamente as frações de classe com maior poder de pressão junto às esferas de decisão há maior disponibilidade de recursos para os projetos relacionados à implantação do sistema. Por sua vez, à nível dos investimentos privados, apoiados em recursos oficiais via financiamentos bancários, o processo de modernização baseado na irrigação, tende à se estender inicialmente à estes grupos que dispõe de maior capacidade econômica e empresarial.

A falta de opções realmente atrativas que decorrem da não implementação das atividades alternativas, coloca grande parte do grupo dos fornecedores no dilema entre prosseguir na atividade, auferindo uma renda suficiente apenas para a sobrevivência, sua e de sua família, acrescida de algumas vantagens tais como: assistência social, existência de um mercado certo, entre outras que decorrem da sua condição de fornecedor registrado no IAA, ou então tentar outra atividade, geralmente na cidade ou ainda, o que é bastante freqüente, no Rio de Janeiro ou nos municípios periféricos que compõe sua área metropolitana.

Diante de um quadro de muitas especulações e de poucas alternativas e caracterizado por crises e insatisfação, vem se acen

tuando a cada dia e, em ritmo crescente, a mobilização da classe dos fornecedores no sentido de adaptar as suas decisões àquelas divisões emanadas das esferas superiores de decisão e formuladas a partir de diversas ordens, entre as quais destacam-se : os objetivos do governo em relação ao sub-setor agroindustrial canavieiro, e aos interesses de modernização de atividade partidos dos grandes fornecedores e dos usineiros.

3. MOBILIZAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DIANTE DAS PROPOSTAS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS E PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO.

As iniciativas associativistas dos produtores de cana na Região de Campos são bem antigas. Tanto a Associação Fluminense de Plantadores de Cana-de-Açúcar - ASFLUCAN - como a Cooperativa de Crédito aos Lavradores de Cana-de-Açúcar do Estado do Rio de Janeiro Ltda - COOPERCREDI - vem, desde a década de 40, tentando cumprir suas finalidades precípuas. Estas se resumem essencialmente em:

- dotar a classe de instrumentos e veículos para canalização de seus anseios e interesses;
- dar assessoramento, assistência social e creditícia e de serviços aos associados, em adequação com as condições específicas da atividade canavieira e com os problemas que atingem os produtores a cada momento do tempo.

"...E, como estão estes produtores fluminenses hoje? Numa perspectiva das mais nubladas onde as frustrações seguidas de safras, por ações climáticas, com preços gravosos para seus produtores, com insegurança nas operações de produção e de comercialização de cana - embora se trate de uma atividade totalmente dirigida, com mecanismos reguladores fixados em leis - com endividamento crescente, essa comunidade está lamentavelmente descrente, regredindo na produção de matéria-prima.

Diante desse padrão, vale refletir:

- Vamos deixar que o Estado do Rio canavieiro prossiga nessa regressão?
- Vamos deixar que os produtores mais velhos continuem a empurrar seus filhos para fora da lavoura para criar problemas sociais no Grande Rio?
- Vamos estimular outras atividades substitutivas e desprezar toda a tradição e todo o investimento feito em empresas rurais, usinas e destilarias, justamente na hora do PRÓ-ALCOOL?

- Vamos forçar esses produtores a venderem suas terras aos industriais, concentrando terras em suas usinas ou a grandes grupos novos à área e levar todo o contingente de produtores para a cidade para depositarem o ganho de suas terras nas cadernetas de poupança? O que fazer?

No mínimo precisamos de uma opção a seguir com todos os seus desdobramentos até mesmo pelo respeito e consideração que essa comunidade de produtores deve merecer."

Desta forma o presidente da Associação Fluminense de Plantadores de Cana, por intermédio de seu órgão informativo "O Canavieiro", exorta os produtores a prestigiar e fortalecer as iniciativas de classe através de uma mobilização mais agressiva e efetiva da Associação e de suas Cooperativas de Crédito — COOPERCREDI — e, da recém criada Cooperativa de Serviços — COOPERPLAM —, no sentido de proteger seus interesses.

Ainda, no mesmo pronunciamento, o presidente da Associação considera ser necessário e urgente a explicitação do Governo Federal, quanto aos seus reais interesses em relação ao sub-setor agroindustrial canavieiro na Região. Só assim poderiam ser mais claramente definidas as formas de atuação dos produtores, através das entidades que os congregam. "Se for de fato conveniente a permanência de nosso homem no campo, caberá ao governo como controlador da atividade restituir a confiança a esse homem, oferecendo perspectivas de continuidade para seus filhos. Ao produtor isolado e aos seus órgãos de classe, uma vez recebidas essas garantias (do Governo), caberia aperfeiçoar sua produção, racionalizando suas atividades, produzindo mais, pelo menos o suficiente para o seu bem estar e para as necessidades do país, a que possa contribuir."

(O CANAVIEIRO, outubro de 1980 - Campos - RJ).

Colocada a questão sob essa dupla perspectiva, a Associação condiciona a resolução dos principais problemas que afligem a classe produtora canavieira a transformações que devem ocorrer em dois níveis distintos:

- a) Reformulação da ação governamental para o setor, principalmente no que refere: à política de preços e contingenciamento da produção; ao exercício mais efetivo das atribui-

ções de supervisão e de controle do IAA, quanto aos dispositivos legais que regulam a articulação lavoura-ursina; e, à definições mais claras e objetivas quanto a planos e projetos para o desenvolvimento do sub-setor.

- b) Transformações à nível empresarial respaldadas nas garantias advindas das referidas mudanças objetivando a elevar as rendas dos produtores e contribuir para o esforço de crescimento da atividade agroindustrial canavieira como um todo.

A partir desses pontos, as entidades que congregam os produtores liderados pela ASFLUCAN vem direcionando sua atuação no sentido de:

- Fortalecer-se, enquanto instrumento:
 - para veicular os interesses da classe junto ao Governo — nas esferas Federal, Estadual e Municipal —, mais especificamente junto ao IAA e nas demandas e conflitos de interesses no relacionamento fornecedor-usina.
 - para propagar as idéias de associativismos junto à classe dos produtores, procurando conscientizar os elementos mais recalcitrantes das vantagens e da necessidade premente do fortalecimento da associação e do cooperativismo para a defesa da classe. Este aspecto, aliás vem sendo objeto de várias iniciativas e promoções da própria ASFLUCAM.
- Equipar, administrativa, financeira e tecnicamente, em moldes operacionais modernos, as Cooperativas de Crédito — COOPERCREDI — e de Serviços — COOPERPLAM. A primeira destina-se essencialmente a prestação de assistência financeira aos produtores utilizando recursos dos próprios fornecedores mas principalmente, repassando recursos governamentais para custeio e investimentos em programas específicos. A COOPERPLAM propõe-se essencialmente a prestar serviços ligados à fase de produção, transporte e comercialização de insumos e de produtos.
- Desenvolver serviços de apoio ao produtor envolvendo assessoramento jurídico, e serviços de assistência social e de saúde, que resultam na promoção humana do mesmo e na elevação de sua renda real. Nesta linha de atuação enquadram-se os serviços prestados pelo Departamento jurídico da ASFLUCAM;

os cursos de capacitação e especialização da mão-de-obra agrícola, de economia doméstica e horticultura, ministrado principalmente aos associados e suas famílias, proprietários de pequenos estabelecimentos canavieiros, ministrados pela COOPERPLAM; os serviços de saúde e assistência social prestados pelo Departamento de Assistência Social da Associação através do Hospital dos Plantadores de Cana e da rede ambulatorial situada nas áreas de maior concentração de população ligada à atividade canavieira.

Ainda que sejam entidades juridicamente distintas observa-se atualmente a tendência de integrar funcionalmente as atividades específicas da ASFLUCAM, COOPERCREDI e COOPERPLAM, de forma a lhes dar um sentido de complementaridade e evitar superposição de ações, em torno de objetivos gerais amplos. Até certo ponto, isto que significa uma forma globalizada de encarar problemas de natureza diversa, evidencia uma mudança de mentalidade das lideranças da classe dos fornecedores, em uma comunidade tradicionalmente caracterizada pelo particularismo excessivo.

Objetivamente as ações das referidas entidades para solucionar à médio e a curto prazos os problemas que afligem a classe produtora têm visado a executar medidas para elevar a produtividade das lavouras, elevar as rendas dos fornecedores e reduzir os riscos e incertezas do produtor, condições hoje prevaletentes no sub-setor. Tendo um objetivo amplo, entendem os líderes da classe que as iniciativas para transformar tais condições devam ser direcionadas principalmente para empreender a modernização do processo produtivo da cultura canavieira, com ênfase especial na introdução do sistema de controle hidroagrícola mais genérica e simplificada, denominado de irrigação. Ao lado das mudanças técnicas de produção preconizam mudanças operacionais nas condições de integração lavoura-usina, principalmente quanto ao processo de entrega de cana e às condições de pagamento.

Pressupondo as dificuldades de universalização de um programa de modernização tecnológica a todo o seguimento de produção canavieira de fornecedores e as conseqüências que daí possam advir sobre grande parte dos produtores, a COOPERPLAM vem se empenhando em desenvolver a preparação do pessoal para exercer atividades alternativas e ou complementares, para não só elevar a renda fami-

liar do pequeno fornecedor como para induzir sua permanência e de seus familiares na Região, caso a cultura da cana de tão pouco atrativo, não lhe desperte interesse em permanecer na atividade.

Paralelamente e com igual ênfase merecem atenção por parte dos dirigentes de tais entidades as ações destinadas a canalizar os interesses dos produtores para as esferas de decisão mais altas, bem como para mobilizar a opinião pública da região e quando possível de fora dela, para apoiar as reivindicações do plantador de cana de Campos.

Como foi anteriormente comentado toda ênfase no momento à respeito da mudança tecnológica da cultura de cana é dada à irrigação. "... estamos vivendo hoje, o momento da irrigação por influência de pelo menos dois aspectos básicos: o primeiro é a escassez de chuva cada vez mais presente, o segundo, é a necessidade do aumento vertical da produção em vista dos altos preços alcançados pelas terras na Região, para atender à demanda de matéria-prima em vista da ampliação das usinas." (O CANAVIEIRO, outubro de 1979).

Os primeiros passos para a implantação do sistema de irrigação pelas entidades de produtores foram através da COOPERCREDI, com a colaboração da CODEVASF. Derivou dessa primeira experiência a idéia de implantação de uma cooperativa de serviços cuja estrutura fosse montada para prestar serviços de implantação de sistemas de irrigação à nível de propriedade, além de outros necessários à produção em canavieiras nos moldes modernos.

Por intermédio de convênios com órgãos como IICA, o Ministério da Agricultura, o MINTER, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Rio de Janeiro, foi organizada uma equipe Técnica e foi autorizado o uso de máquinas e equipamentos agrícolas desativados mas, recuperáveis, para formar uma patrulha motomecanizada para atender as solicitações dos associados.

Foram implantados quatro projetos-piloto de irrigação, em propriedades de fornecedores e considerados os seus resultados como bastante promissores, sob o ponto de vista técnico e econômico. A prestação de serviços de motomecanização para atender a pequenos, médios e, em menor escala, grandes produtores é, em muito, inferior às solicitações dos produtores. Não só há um número insuficiente de máquinas, como o problema é agravado dada a condição operacional de máquinas recuperadas e portanto longe das condições ideais de uso. Colocadas

à disposição dos produtores à preços , cerca de 40%, inferiores aos preços de mercado, o atendimento não se torna mais generalizado em face das deficiências apontadas. Pode entretanto ser considerada uma idéia muito bem aceita cuja barreira maior à sua generalização é justamente a falta de recursos para aquisição e manutenção dos equipamentos.

A partir de 1977 a COPERPLAN introduziu a Comercialização de Insumos, adequados às condições específicas da região, com vendas a preços também inferiores aos de mercado. O movimento de vendas acusou um crescimento de mais de 200% entre 1977 e 1979. Para preparar sua infra-estrutura ocupacional a Cooperativa de serviços criou o setor de capacitação de pessoal, ligado à manutenção e operação de máquinas e implementos, inclusive para executar tarefas específicas tais como operar sistemas de irrigação. Nestas condições abriu chances para mão-de-obra especializada na área rural de Campos, apta a desenvolver atividades em estabelecimentos que implantarem futuramente o processo de controle hidroagrícola.

Outro ponto fundamental de atuação da COPERPLAN é, sem dúvida o da entrega de cana de seus associados às usinas. Prevista e permitida pela Lei nº 4570 Art. 17, desde 1965, a introdução do sistema a partir da safra 78/79, despertou interesse nos produtores principalmente nos pequenos e médios e vem se intensificando, a partir daí, mediante convênio estabelecido entre as duas Cooperativas. O recebimento do pagamento e sua transferência aos produtores, das canas entregues pela COPERPLAN, fica a cargo da COOPERCREDI. Como cooperativa de crédito esta entidade dispõe de infra-estrutura de serviços financeiros, o que além de simplificar o processo de recebimento reduz seu custo operacional.

Do ponto de vista do produtor, a entrega através da Cooperativa tem uma série de vantagens, entre as quais: a redução do custo do transporte e a redução do nível de depreciação do preço do produto decorrente do processo vigente de integração lavoura-usina, principalmente ao se tratar de pequeno produtor. Por outro lado, o pagamento por intermédio da COOPERCREDI, em muito contribuiu para reduzir um dos mais sérios pontos de atrito entre fornecedores e usina, que é o não pagamento integral da cana recebida. Isto decorre do fato do IAA não ter realizado entre 1968 e 1975 a revisão trienal prevista em Lei das cotas de produção autorizadas aos fornecedores.

Para atender a expansão da demanda decorrente da ampliação da capacidade de moagem das usinas ao lado do aumento da demanda do açúcar, houve expansão das áreas de lavouras dos fornecedores que passaram a produzir mais que a cota oficialmente autorizada. Muitas usinas entretanto alegando preços não compensadores do açúcar vinham recusando-se a pagar integralmente a cana fornecida dando ao produtor prejuízos da ordem de 20% ou mais nestas transações. Em casos mais externos de retração das cotas autorizadas de produção do açúcar, algumas usinas, nem efetuavam o recebimento do excedentes da produção. Com o processo de entrega pela cooperativa, a COOPERCREDI que tem a atribuição de atuar na parte financeira só faz o desconto das promissórias rurais que se referirem ao valor integral do produto, livrando o produtor dos prejuízos que decorram do eventual não recebimento das canas pelas usinas.

Sem dúvida a integração da COOPERPLAM e COOPERCREDI para a entrega de canas às usinas e a mediação nas transações financeiras entre Usina e Produtores, além de reduzir os custos operacionais, reduz a disparidade verificada entre vendedor e comprador característica das transações diretas entre pequenos e, até certo ponto, médios fornecedores e usinas.

Para preparar a comunidade de produtores no sentido de atender a exigência de pagamento de cana pelo teor de sacarose em vigor a partir da safra 78/79 a COOPERPLAM implantou ainda em 1978 o projeto "Riqueza" equipando-se com laboratório fixo e unidades móveis para coleta de amostras e todo o pessoal técnico necessário para realizar a aferição da qualidade da cana. Como finalidades principais do projeto encontram-se a de preparar o fornecedor para testar novas variedades de cana, quanto à riqueza para plantio em anos subsequentes, com objetivo de aumentar o teor de sacarose por hectare; dar treinamento ao pessoal técnico para operar os futuros laboratórios para testes oficiais a serem instalados junto às usinas. Uma segunda etapa do projeto também implantada com êxito refere-se à orientação individual dos fornecedores para o aprendizado e a conscientização da necessidade de uso do método para controlar a qualidade de sua produção.

As iniciativas propostas pelas entidades em questão se

antepõe fatores indutores e limitantes, internos e externos. Sob na forma como tem sido propostas, tais iniciativas tendem a ser socialmente aprovadas. Embora tratem-se de organizações voluntárias cujas propostas se apoiam em situações de "privação relativa" dos produtores, de conflito de interesses e de dissenso, elas se enquadram dentro dos limites aceitos pelas instituições de poder e de controle da sociedade; são respaldadas em legislação específica e, mais ainda, fazem parte de propostas formais de planejamento para o sub-setor. Diversos projetos e pareceres técnicos veem no cooperativismo dentro das características propostas pela ASFLUCAN um dos meios mais eficazes para superar os problemas de baixa produtividade de baixas rendas dos pequenos e médios produtores e da organização da comercialização da cana-de-açúcar.

A aceitação de grande parte dos produtores às propostas de seus líderes demonstrada sob diversas formas de adesão às iniciativas indicam grande possibilidade de êxito do associativismo nesta nova fase, na região. Isto pode ser constatado entre outras formas, pelo número de solicitações de serviços à COOPERPLAN que vem se expandindo em ritmo crescente, porém insuficiente para atender as reais necessidades da classe. É grande também o número de produtores que optaram pela entrega fracionada de cana-de-açúcar às usinas através da COOPERPLAN.

Da mesma forma que os fatores indutores, os limitantes ou barreiras são identificados à nível interno ou externo, do sub-grupo dos fornecedores.

O primeiro destes fatores parece ser a falta de recursos, tanto de origem governamental como dos próprios fornecedores. Daí a necessidade de apoio financeiro baseado em convênios e empréstimos segundo linhas de crédito específicos de incentivo ao cooperativismo. Uma constatação favorável neste particular refere-se a iniciativas dos próprios produtores de reforçar os recursos próprios da COOPERCREDI na medida em que tem procurado deixar saldos ao descontar as promissórias rurais emitidas pelas usinas, atitude considerada pelos líderes da classe como indício de amadurecimento da mentalidade associativista dos produtores.

Uma outra barreira que se impõe é a reação advinda de parte de grupos empresariais que representam os interesses de algumas usinas, diante das medidas da COOPERPLAN que objetivam a eliminar um

dos aspectos do modo de integração lavoura-indústria inegavelmente lesivo ao fornecedor. Isto explica a reação de referidos grupos que, com objetivo de confundir e intimidar produtores motivados a se incorporar ao programa de entrega de cana através da Cooperativa ameaçou-os de perdas de seus direitos como cotistas das usinas de que os mesmos são titulares oficiais, criando um clima de incerteza. Tais grupos, apoiados em argumentos totalmente falsos contribuíram para retardar a adesão de grande número de pequenos produtores ao programa, ao mesmo tempo que na defesa de seus interesses individuais imediatos tentaram boicotar uma iniciativa cujo objetivo era eliminar um ponto de estrangulamento do processo de produção às vezes citados pelos próprios usineiros como limitante estrutural à modernização da produção que é a atomização e a entrega fracionada da matéria-prima. Isto motivou uma enérgica ação da COOPERPLAN que se utilizando de seus veículos de informação chamou a atenção do respaldo legal da introdução a que se propunha. Apesar dos desmentidos, na safra 78/79, muitos produtores preferiram arcar com os prejuízos da entrega direta do que se expor a uma reação de boicote que porventura ocorresse por parte da usina a qual estivesse vinculado.

Os fatores limitantes externos à atuação das cooperativas expressos pelos choques de interesses entre dois grupos de classe dos proprietários rurais — o usineiro e o fornecedor — se fazem presente mais ostensivamente em situações específicas como a que foi mencionada. Em casos da introdução de iniciativas que, ao proteger interesses dos fornecedores, venham a contrariar ou eliminar vantagens por longo tempo auferidas pelas usinas em face de sua superioridade econômica e do poder que daí lhes advém, os choques e pressões são maiores e a Associação tende a apelar não só para as esferas de decisão governamental invocando direitos obtidos por lei, como também procura mobilizar a opinião pública em favor da causa do produtor canavieiro.

Tratando-se porém de um contingente heterogêneo de fornecedores, é muito importante que se procure identificar barreiras e limitantes à atuação da Associação e das Cooperativas à nível dos próprios indivíduos que as mesmas congregam. Dada a grande heterogeneidade do grupo há internamente choques de interesses imediatos que terminam por enfraquecer as iniciativas propostas pelas lideranças dos produtores.

Os estudos realizados pela FUNDENOR já referidos dão indicções quanto à percepção do produtor em relação às iniciativas associativistas que a época da elaboração do citado estudo era representado pela ASFLUCAN e COOPERCREDI. Correlacionam a crescente aceitação das iniciativas associativistas como diretamente proporcional, à sua condição de pequeno, médio e grande produtor. Por outro lado, as pesquisas realizadas pelo ISOP/FGV concluíram que o chamado Grupo Sobrevivência, não vê na Associação uma entidade capaz de cuidar de seus interesses. Entre os integrantes do Grupo Padrão de Vida e do Grupo Engajamento, o interesse e a participação na vida associativista depende basicamente do grau de importância que tem a produção canavieira enquanto elemento para alicerçamento econômico do produtor, tratando-se de grupos que exercem paralelamente outras atividades. Os indivíduos destes Grupos que têm na cultura de cana sua atividade mais importante tendem a participar e mesmo liderar tais atividades caso contrário mostram-se indiferentes às mesmas.

As entrevistas realizadas com associados das entidades em questão para a elaboração do presente trabalho conduziram a conclusões um pouco diferentes.

Aquele grupo de pequenos produtores minifundistas, com estabelecimentos de áreas inferiores a 10 ha e áreas plantadas menores de 3 ha, cujo padrão de vida pouco o difere de um trabalhador rural sem terra, não vislumbra grandes possibilidades de ser beneficiado através do associativismo. Além da baixa capacidade econômica, são indivíduos que se acham muito presos por laços de dependência financeira e social a outros fornecedores ou às usinas das quais muitas vezes são empregados, tendo seu poder de decisão muito limitado. Nesta fração de grupo, o fator que GALJART descreve como "busca de patronagem" é um componente forte para impedir que eles possam aspirar qualquer benefício advindo de sua própria iniciativa de se unir à outros produtores. Entretanto, ressaltando o caso extremo acima descrito, não parece possível fazer uma generalização quanto à correspondência entre o aumento da capacidade empresarial e da escala de produção e a forma de inserção da atividade de canavieira, na vida econômica do produtor, de um lado, e o seu interesse pelas iniciativas associativistas. Parece haver muito maior coincidência entre o grau de aceitação de tais iniciativas e

o grau de modernização individual do produtor. É oportuno acrescentar entretanto que estas conclusões para serem exatas exigiriam pesquisas de natureza comportamental e psico-social mais profundas o que além de fugirem ao objetivo do trabalho, fogem à nossa competência profissional. Assim foi observado que o indivíduo mais propenso a aceitar os novos métodos operacionais da associação e das cooperativas demonstram também, não por acaso, aceitar e adotar padrões de vida mais modernos, e isto foi observado entre pequenos, médios e grandes que tivessem ou não, na lavoura sua principal ocupação. Também se observa entre alguns produtores mais conservadores a tendência de ver no fortalecimento cooperativismo, uma certa ameaça de perda do seu poder, diante de pequenos fornecedores, a eles subordinados por vínculos empregatícios ou dívidas. Na medida em que as Cooperativas de Serviços e Crédito atendessem a tais produtores estariam sendo reduzidas as possibilidades de domínio de grandes e médios produtores sobre um certo contingente de empregados seus, que são concomitantemente pequenos fornecedores.

Há produtores que veem com entusiasmo as iniciativas da Associação e das Cooperativas enquanto propostas para modernização da atividade e para elevar o padrão de vida da comunidade rural da região de Campos. Entretanto, mostram-se conservadores e temem que haja um superdimensionamento da infra-estrutura das Cooperativas de apoio, o que obrigaria tais entidades a assumir compromissos e conseqüentemente riscos muito altos. São de certa forma céticos quanto as suas vantagens e resultados à curto prazo, embora aceitem que filosoficamente as propostas de cooperativismo são as mais válidas para solucionar os problemas de grande parte dos produtores canavieiros da Região.

Outros produtores há que, dispondo de recursos suficientes para modernizar suas lavouras na medida que essas lhes garantam bons lucros, e escala de produção que lhes assegure um bom relacionamento com as usinas, veem como desnecessária a nova orientação da Associação, principalmente no que diz respeito a entrega da matéria-prima e seu pagamento com intermediação da COOPERPLAN e da COOPERCREDI. "...tenho o suficiente para levantar sozinho o dôbro do que o Presidente está tentando conseguir nos estabelecimentos bancários oficiais", declarou um grande produtor, criticando a mobilização da diretoria da COOPERCREDI, junto a entidades financeiras oficiais para fazer pagamentos aos produtores que estavam já

há dois meses sem receber das usinas, em uma operação através da qual as usinas assumiriam as dívidas da Cooperativa no montante de seus débitos contraídos com os produtores. Para tanto os produtores credenciaram a Cooperativa de crédito. "... Eu é que não vou me indispor com a minha usina nem me interessa entregar cana pela COOPERPLAN", continuou o entrevistado.

Um grande entusiasmo é observado porém em relação à atuação da Associação no campo assistencial através do sistema de saúde e assistência por ele organizado. O sistema de saúde apoia-se no funcionamento de um Hospital Geral — Hospital dos Plantadores de Cana —, de um Ambulatório Geral, ambos localizados na cidade de Campos, e em sete Ambulatórios Rurais e uma unidade móvel que operam em 26 localidades dos municípios junto às áreas de maior adensamento de população ligada à atividade canavieira; além disso, o sistema de saúde conta com serviços especializados mediante convênio com hospital psiquiátrico e laboratórios para prestar atendimentos aos produtores canavieiros, seus dependentes, trabalhadores rurais, empregados nas lavouras de fornecedores e de usinas, o que corresponde a um contingente de cerca de 200.000 pessoas.

Até 1970 a assistência ao produtor e trabalhador canavieiro era feita às expensas da Associação. Com a criação do FUNRURAL o sistema passou a ser subsidiado por aquela entidade com base na contribuição do fornecedor de cana, na base de 2,5% do valor bruto da produção para prestação de assistência médica, odontológica, social e de acidente de trabalho às classes assistidas acima mencionadas; os recursos para a instalação da rede ambulatorial, ampliação das instalações hospitalares, bem como os equipamentos provêm do IAA que para isto tem um fundo especial formado por recolhimentos compulsórios dos produtores.

De um modo geral, as iniciativas da Associação dentro dos moldes atualmente adotados desfrutam do entusiasmo e aceitação da maior parte dos empresários do setor. As maiores dificuldades parecem situar-se na ênfase em linhas de atuação que podem privilegiar mais os interesses específicos de uma determinada fração do grupo de fornecedores. Por exemplo, o equipamento da COOPERPLAN para prestação de serviços ou mesmo a preparação de mão-de-obra atendem mais aquela fração de produtores com menores recursos. Orgulhosos das iniciativas da classe, produtores que não pertencem à

diretoria de nenhuma das entidades descritas exaltam a mudança de mentalidade que vem se verificando entre os produtores, fruto de uma conscientização promovida pela Associação, ao lado da demonstração de resultados positivos de sua atuação.

Compartilham da mesma opinião, setores indireta ou diretamente ligados ao setor, mas que não fazem parte da comunidade de produtores. Este é o caso de técnicos ligados às entidades oficiais e particulares que lidam com o problema da agroindústria canavieira na Região. Da mesma forma, o êxito parcial tem sido exaltado pelas lideranças da comunidade campista e por seus representantes oficiais, como demonstra o pronunciamento feito na Câmara Municipal, transcrito em jornal da Associação sob o título "A cana pede socorro" que ressalta os esforços da diretoria para solucionar a crise que atinge a atividade como um "trabalho incansável de amor as legítimas aspirações do Norte Fluminense" (O CANAVIEIRO - agosto de 1979).

Entre os fornecedores a maioria acredita e defende a idéia de que a mobilização da classe, em torno de iniciativas de diversas ordens respaldadas no fortalecimento do associativismo seria o modo mais eficaz para superar alguns dos principais obstáculos que se opõe ao crescimento da atividade e para possibilitar a integração de um maior número de produtores aos programas da modernização técnica e operacional propostas para a lavoura canavieira. Admitem porém que, além da já pressuposta falta estrutural de recursos, uma grande dificuldade é estabelecer propostas e linhas de ação que possam conciliar internamente interesses e tendências, não raro discordantes, quanto às estratégias e os objetivos em decorrência da própria diferenciação existente no grupo. Acreditam ainda que apenas como profundas modificações das atuais condições de vida do produtor — pelo menos de um grande contingente deles — e com perspectivas de maior estabilidade na economia canavieira seria possível impedir que motivações como o alto valor da terra agrícola por um lado e, por outro, pressões decorrentes da subordinação sob a qual vive hoje grande parte dos produtores induzam os produtores a abandonar a atividade.

A mobilização dos produtores canavieiros segundo as novas formas propostas pela Associação Fluminense dos Plantadores de Cana surge pois em decorrência da existência de um espaço economi-

co esvaziado, em confronto com áreas canavieiras mais dinâmicas; de uma comunidade heterogênea e endividada e, sobretudo, desestimulada diante dos atuais rumos da política açucareira. São iniciativas que podem ser vistas ao mesmo tempo como causa e consequência, fator e reflexo de mudanças que se realizam a nível das instâncias social, jurídica e ideológica, uma vez que combinam um modo normativo, cultural e ético.

Legalmente amparada, a Associação constitui-se em um poderoso instrumento de pressão de que dispõe os fornecedores para fazer cumprir as leis que regulam sua participação na atividade. Tendo para isto, o respaldo de natureza ética, aceito e referendado por diferentes segmentos da sociedade local, afirma-se a presença do fornecedor de cana como elemento atuante para direcionar e orientar, em função de seus interesses, as influências externas e internas que geram as transformações da atividade e do espaço agrário na região de Campos.

Para superar as resistências identificadas no interior do próprio grupo que congrega, as propostas da Associação pelos efeitos que produzem, podem ser consideradas como intermediários entre as propostas de mudanças conservadoras e mudanças transformadoras, na conceituação de PASTORE.

É uma posição que inclui as propostas de mudanças nas características funcionais — através de inovações técnicas e operacionais — e, nas características econômicas — através de mudanças no processo de integração do produtor às usinas — entre outras, e modificações na posição relativa das diversas frações do grupo de produtores visando a reduzir o grau de subordinação que marca o relacionamento de umas frações com outras do próprio grupo e, entre o grupo, em suas relações com a administração das usinas e com os demais segmentos ligados à economia agroindustrial canavieira. Através de tais mudanças ocorreria a ascensão econômica e cultural do grupo dos produtores. Mas as frações que compõe tal grupo continuariam entretanto a desempenhar os mesmos papéis na estrutura social, havendo apenas uma distribuição mais equitativa do poder nas relações estabelecidas entre tais frações de grupos e delas com os demais agentes da sociedade.

Trata-se pois, de uma posição que corresponde ao que FIGUEROA identifica como proposta de retirar do próprio sistema os

instrumentos adequados para promover mudanças no campo sem promover porém mudanças estruturais profundas ou seja, gerar novos comportamentos mercantis e operacionais e ao mesmo tempo, estimular processos que podem acelerar a tomada de consciência do homem rural, sobre as ^{condições} condições fundamentais existentes no sistema, vinculadas à concentração monopolista da terra e concentração financeira.

IV - CONCLUSÃO.

As transformações verificadas na produção agroindustrial canavieira no Brasil têm sempre decorrido de impositivos que à nível interno ou externo influíram no mercado do açúcar, na disponibilidade de recursos econômicos nas áreas de produção e no tipo de mediação do Estado na economia açucareira.

A necessidade de modernizar a estrutura de produção com objetivo de competir no mercado mundial do açúcar; as condições favoráveis, resultantes das reorganizações ocorridas naquele mercado; e expansão do mercado interno, implicaram em modificações na estrutura da produção canavieira através da introdução de novas formas de produzir, isto é, em modernização e, conseqüentemente em mudanças na organização do espaço agrário das áreas produtoras. As características técnicas e sociais de tais mudanças variaram em cada uma das diferentes fases de modernização em função do nível tecnológico vigente nos centros dispersores de inovações técnicas; das características da sua absorção nas áreas produtoras onde se verificou a modernização e, da mediação exercida pelo Estado (principalmente nas três últimas décadas deste século) entre as influências externas e condições internas referentes ao sub-setor e aos espaços canavieiros.

A cada uma das fases corresponderam, na Região de Campos, mudanças na estrutura de produção agroindustrial canavieira, nas relações por ela engendradas e nos elementos que, no espaço agrário representam àquela estrutura. Entretanto o impacto das diferentes fases de modernização sobre a estrutura de produção e os espaços canavieiros, em diferentes períodos do tempo, não foi suficiente para homogeneizar o espaço sob uma determinada forma característica de cada fase de modernização. A não homogeneização da estrutura de produção resultou em descontinuidade espacial quanto às formas de organização da produção. A instabilidade da economia canavieira à nível internacional e nacional caracterizada pela alternância de fases de expansão e retração nas economias canavieiras regionais parece ter sido um importante fator para que se produzisse a referida descontinuidade espacial. A relação entre a instabilidade da economia canavieira e a descontinuidade identificada na organização do espaço se fundamenta no fato do processo de moderni

zação técnica da produção e conseqüentemente da organização do espaço sob seu influxo ter sua extensão condicionada pela dinâmica através da qual se processa a distribuição do capital pelos setores de produção e pelo espaço, sendo a direção natural dos fluxos àque-la onde operam os mecanismos mais eficazes para sua multiplicação. Ora, tanto os setores de produção como o espaço vão responder diferentemente aos influxos de modernização, em função dos seus atributos que, no caso do espaço seriam entre outros as condições naturais, as infra-estruturas econômicas e de apoio e, a acessibilidade que influem no nível de retorno dos investimentos.

Na história da produção agroindustrial canavieira na Baixada Campista, desde meados do século XVIII, quando o deslocamento do eixo econômico da Colônia, do Nordeste para o Centro-Sul, possibilitou a emergência da região de Campos como área de produção açucareira, os períodos de expansão e retração da atividade guardam correspondência com as fases e a extensão espacial do processo de modernização. A instabilidade que sempre caracterizou a economia agroindustrial canaveira parece ter sido um importante fator para reduzir o impacto das diversas fases de modernização e freiar a generalização da adoção de inovações, e conseqüentemente a homogeneização do espaço sob uma determinada forma de organização da produção, característica de cada fase. Os avanços e recuos da atividade impediram que as novas formas de produzir e de organizar o espaço superassem formas de produção, expressas em elementos materializados no espaço agrário e nas relações sociais, características de uma estrutura dominante em um tempo anterior. Ao contrário, enquanto alguns dos elementos desapareceram, outros persistiram com novas funções, absorvidas simbioticamente às novas formas de produzir, dando origem a uma estrutura de produção heterogênea e a um espaço marcado por descontinuidades que, por sua vez, orientam e condicionam novos processos de transformação sócio-espacial. Assim desde a fase da substituição da engenhoca pelo engenho real, deste para o engenho à vapor e para o engenho central e daí finalmente para a usina, observa-se a coexistência na mesma estrutura de produção, de formas antigas e formas modernizadas, que se justapõem no espaço. Em seus desdobramentos, essas transformações deram origem à segmentação entre lavouras e indústrias, e às relações sociais decorrentes de sua integração com a correspondente diferenciação entre grupos e

frações de grupos sociais ligados à produção agroindustrial canavieira. Sob o domínio da usina — já neste século e, principalmente a partir da segunda década — o grande estabelecimento agroindustrial, integrando indústrias e lavouras passa a ser a forma de organização dominante no espaço agrário da Baixada Campista, caracterizando um processo de concentração fundiária e econômica.

Entretanto este processo não foi suficiente de início, para eliminar a presença do engenho e das propriedades dos fornecedores canavieiros, pois as crises do sub-setor impediram sua generalização à totalidade do espaço canavieiro da Região de Campos. Enquanto os engenhos açucareiros foram, pouco a pouco, se reduzindo até o total desaparecimento, os estabelecimentos dos fornecedores — pequenos, médios e grandes — não só permaneceram, como tiveram garantida sua participação na estrutura da produção através de dispositivos da legislação específica estabelecida no Estatuto da Lavoura Canavieira. Em um processo onde se incluem as oscilações entre crises e expansão do mercado externo, endividamento de produtores, intervenção governamental para sanear mercados e proteger economias regionais emergiu a atual organização do espaço, na qual coexistem de um lado, as usinas com suas lavouras e fábricas e, de outro as lavouras de pequenos, médios e grandes fornecedores. A participação relativa da produção realizada pelos pequenos estabelecimentos é muito baixa mas, sua permanência tem um papel importante, que é o de garantir a retenção da mão-de-obra rural na Região, uma vez que não há perspectivas de introdução de processos técnicos que a substituam, à curto prazo. Operando em condições técnicas e econômicas ruins, pelo menos dois pontos parecem ser fundamentais para que subsista o pequeno estabelecimento canavieiro: a) - garantia advinda da condição oficial de fornecedor, legalmente instituída pelo IAA que significa para o produtor ter um mercado certo e preços garantidos para a sua produção; desfrutar de vantagens em termos de assistência social, creditícia e participar das iniciativas associativas da classe dos fornecedores, o que se traduz em aumento de sua renda real:

- b) - A necessidade dos segmentos das demais frações de produtores e grupos interessados na economia canavieira, de evitar a excessiva redução da mão-de-obra rural.

Um destes pontos é de ordem institucional, enquanto o outro tem a ver com os interesses imediatos das frações dominantes da classe dos proprietários rurais. Não é por acaso, que o Presidente da Associação Fluminense dos Plantadores de Cana, ao exortar os produtores para se unirem em torno do estímulo às iniciativas da Associação — principalmente àquelas referentes à Cooperativa de Serviços e à assistência social ao produtor — procura motivar certas frações daquele grupo chamando a atenção para o significado de tais iniciativas como meio de viabilizar a permanência, no meio rural, da mão-de-obra ainda necessária aos grandes e médios estabelecimentos canavieiros e até mesmo às usinas da Região. ("Produtor de Cana Fluminense não sabe que destino tomar" - O CANAVIEIRO - Outubro, 1980, Campos - RJ).

As transformações do modelo econômico brasileiro reforçadas principalmente na década de 50 tiveram sua base na ênfase no desenvolvimento dos setores industrial e urbano, através de uma maior intensidade de alocação de capital naqueles dois setores, captados voluntária ou compulsoriamente, através de vários mecanismos. Neste processo, as atribuições do setor agrícola — de produzir alimentos e matérias-primas para atender ao mercado interno em expansão e para captar divisas — foram estruturadas segundo mecanismos que servissem aos interesses da acumulação capitalista dos setores urbano e industrial. Dentro desta ótica, não só as políticas para o setor agrícola e agroindustrial vêm sendo estabelecidas para viabilizar o modelo econômico em fase de consolidação — o que não raro atua para limitar a expansão do setor como em todo —, como os recursos e programas para o desenvolvimento do setor são direcionados segundo a lógica do sistema político-econômico vigente, para os segmentos e espaços nos quais os retornos dos investimentos são mais altos, com objetivo de atender os interesses gerais deste sistema. No caso do sub-setor agroindustrial canavieiro o que se verificou foi a canalização de recursos privados e de governo, apoiados na política açucareira do IAA, para reforçar a modernização das atividades de produção açucareira dos Estados de São Paulo e do Paraná que são parte do polo mais dinâmico da Economia Nacional. Aprofundou-se assim, a disparidade existente entre as áreas canavieiras tradicionais — entre as quais se encontra a Baixada Campista — e a área polarizada por São Paulo. A participação relativa da

área de Campos na produção agroindustrial canavieira do país é, hoje de apenas 5%. A estrutura de produção é caracterizada pela heterogeneidade de suas unidades, principalmente quanto à dimensão, nível tecnológico e nível de renda. É grande o número de estabelecimentos com baixo nível tecnológico, sendo também muito baixas as rendas geradas por este sub-setor, na região. Na medida em que são justamente as unidades de melhor nível tecnológico e operacional e as mais rentáveis, aquelas que têm maior capacidade para absorver as inovações, a tendência é para se acentuar, à nível do próprio espaço constituído pela região de Campos, as descontinuidades espaciais que se identificam em escala nacional. Cada vez mais tendem a ser maiores as diferenças entre as lavouras das usinas e as lavouras dos grandes, dos médios e dos pequenos produtores canavieiros. Em decorrência da seletividade inerente ao processo de modernização, em situação de poucos recursos, uma maior complexidade, é introduzida para as ações que se propõe a transformar aquele espaço. E, é esta estrutura heterogênea que vai condicionar as novas iniciativas de transformações do setor e daquele espaço. Às políticas do IAA, em que pese a implícita preocupação deste órgão com as economias regionais — o que aliás vem acusando declínio desde a fase de sua criação até agora —, tem privilegiado os programas e projetos que visem ao desenvolvimento do sub-setor com um todo. É o caso dos Programas de Racionalização da Agroindústria Açucareira com seus sub-programas para indústria e para lavouras, contidos em um plano amplo que tem como estratégia, a obtenção de economias de escala e de aglomeração, ou os programas de implantação de sistemas de controle hidrô agrícola que exigem grandes investimentos e tenderiam segundo as suas proposições, a uma concentração de propriedades rurais e dos estabelecimentos industriais. Entretanto, a falta de alternativas que atraíam os produtores não economicamente habilitados para engajar-se nos programas propostos e a não disponibilidade de recursos para sua integração aos mesmos pode resultar em um aprofundamento das descontinuidades e heterogeneidade na própria Região.

Por sua vez, a heterogeneidade do segmento de fornecedores, de um lado e de outro a fraca participação da Região de Campos na produção agroindustrial canavieira contribuem para que sejam fracas as pressões por parte dos fornecedores sobre os condutores da política açucareira. O maior poder de pressão restringe-se

às frações dos grandes fornecedores e dos usineiros mas, seus interesses nem sempre são coincidentes com os das demais frações; ao contrário tendem a ter sérios pontos de discordância quanto à modernização do sub-setor.

Seguramente, cerca de 50% dos fornecedores têm limitadas possibilidades de integrar-se aos programas de modernização por iniciativa própria ou adotar inovações que resultem em substanciais mudanças nas condições técnicas e operacionais de suas lavouras. Limitações de ordem operacional, econômica e social impõem-se como obstáculo à tomada de atitudes, com vistas à adoção de inovações, principalmente quando o objeto de mudança tem um grau de complexidade alto, não é divisível e exige um maior grau de integração dos produtores com serviços de apoio, como é o caso dos projetos de irrigação.

O contexto sócio-econômico e cultural no qual opera esse contingente de produtores minifundiários conduz a antítese do que PASTORE denomina como "síndrome de adoção". Antes, o que se identifica é a presença de um grupo que muito pouco vislumbra quanto às suas próprias possibilidades de realizar as mudanças e até mesmo quanto às vantagens que obteriam com este esforço.

Os laços de subordinação que caracterizam seu relacionamento com as frações mais privilegiadas do seu próprio grupo induzem o seu limitado nível de aspirações e elevam suas tendências de busca de patronagem. Sob estas condições sua permanência na atividade e por extensão no meio rural parece vincular-se à uma atitude de conformismo.(48).

Para os líderes do sub-grupo de fornecedores, o fortalecimento do Associativismo seria a forma mais viável de dotar um maior número de produtores dos meios para solucionar ou, pelo menos reduzir os efeitos negativos das sucessivas crises que atingem a atividade agro-industrial canavieira. Por outro lado, antepondo-se à posição preconizada nas propostas de racionalização que, imbuidas da "ideologia de modernização" prevêm implícita e explicitamente a redução do número de fornecedores, mantendo apenas aqueles economicamente aptos a absorver as mudanças tecnológicas previstas em planos para o setor, Os referidos líderes adotam o associativismo como uma das mais factíveis vias para integrar um maior número de produtores aos programas de modernização que ora se propõem para a região.

Admitem ainda que a frustração das propostas de ^{inten.} identificação de práticas associativistas significa o alijamento irreversível de grande parte dos pequenos produtores de qualquer tipo de proposição para adotar inovações técnicas, o que resultaria em um futuro abandono da atividade e esvaziamento do espaço regional.

As consequências deste esvaziamento para a região são facilmente previsíveis, tendo em vista o impácto das crises da atividade sôbre os setores urbanos de comércio e de serviços.

A objetividade das proposições em termos de seu significado econômico, social e como fator de transformação na organização do espaço exige, porém, um maior tempo para avaliação. As medidas só agora começam a ser implementadas e ao que parece, acham-se ainda em fase de ajustamento, algumas diretrizes e estratégias dos programas em implantação. Além disso, não se pode subestimar os efeitos da mais recente crise que, provocada pela baixa dos preços do açúcar no mercado mundial, vêm abalar toda e qualquer programação prevista para sub-setor canavieiro e, conseqüentemente, para a região em estudo.

N O T A S

- (1) CASTELLS, citado por PEET, R. em *Materialismo, Formação Social e Relações Sócio-Espaciais*. Cahiers de Geographie de Québec, vol. 22, nº 56, Setembro de 1978, pp. 147 a 157.
- (2) "A Indústria Açucareira (do Estado do Rio de Janeiro) que atravessou esses últimos quatro dramáticos anos, não terá condições de prosseguir se medidas urgentes não forem tomadas ... nos últimos quatro anos tornou-se difícil a própria sobrevivência empresarial. Neste período os prejuízos dessa região cuja renda per capita encontra-se em nível inferior à média nacional — 400 dólares contra 1.000 — chegaram à fantástica soma de 200 milhões de dólares". Açúcar e Alcool. V Encontro Nacional de Produtores de Açúcar, Campos - RJ, p. 10, APEC, Rio de Janeiro, 1977.
- (3) O Instituto do Açúcar e do Alcool divide o território nacional em duas regiões, para efeito do abastecimento dos mercados interno e externo: Norte-Nordeste e Centro-Sul, cujo contingente de participação varia em função da demanda global e da capacidade produtiva das unidades que as compõem.
A primeira região inclui os Estados e Territórios das regiões Norte e Nordeste, e a segunda, os Estados das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste e do Distrito Federal.
IAA, Brasil Açúcar, Coleção Canavieira, nº 8, p. 94, 1972, Rio de Janeiro.
- (4) A este respeito, veja-se TAMAS SZMRECSANYI, 1977, p. 145, que em sua análise sobre o planejamento do setor açucareiro no Brasil, refere-se aos aspectos estruturais e conjunturais que historicamente têm determinado as crises de superprodução e a derrocada dos preços do açúcar de cana, não só no Brasil, mas em outras áreas produtoras. Explica ainda o autor, porque diversos países e entre estes o Brasil, foram levados a intervir na economia açucareira, submetendo-a a um sistema centralizado de controle e planejamento, procurando, regulamentá-la no âmbito

internacional, através de diversas ações. Faz um histórico da experiência do planejamento do setor no Brasil, identificando etapas segundo critérios de caráter político e de caráter econômico, na qual destaca as condições e fatores que a níveis mundial e nacional e setorial, levaram o governo a adotar certas medidas para o setor açucareiro.

- (5) Sobre o papel a ser desempenhado pelo setor agroindustrial açucareiro para atender as exigências do modelo de crescimento econômico brasileiro, ver SZMRECSANYI, 1977, pp. 253 e seguintes.
- (6) Dentre os diversos estudos e diagnósticos que contêm os conceitos e as conclusões referidas, podem ser citadas: Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Rio de Janeiro - ASPLAN-SAA, 7 volumes, Rio de Janeiro, 1969 - Estudo para Racionalização da Agroindústria Açucareira do Norte do Estado do Rio de Janeiro. PROSUCAR, vol. 1, pp. 9 a 34 - FUNDENOR, Campos - RJ, 1975.
- Diagnóstico Preliminar da Agroindústria Canavieira - Plano Integrado de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Rio de Janeiro, pp. 9-10 e 19-22, Niterói - RJ, 1972.
 - FONSECA, A.C. - Política Governamental de Investimentos no Setor Açucareiro & RIOS, A.C., Aspectos Sociológicos da Empresa do Açúcar - III Encontro Nacional de Produtores de Açúcar, Campos - RJ, pp. 109 a 113 e 129 a 132.
 - MENDES, C. - Contribuição à Política Canavieira no Brasil, IV Encontro Nacional de Produtores de Açúcar, Campos - RJ, 1976. pp. 255 a 258, APEC CPÈRFLU, Rio de Janeiro, 1977.
- (7) O aspecto mencionado da explicitação de objetivos da "racionalização" através da promoção do fornecedor quanto à sua condição de empresário, de assistência creditícia e na implantação de serviços técnicos sob forma cooperativista, estão contidos de forma sintética na publicação - Algumas Orientações ao Fornecedor de Cana-de-açúcar - ASFLUCAN, COOPERCRED, COOPERPLAN, Campos - RJ, 1977.

- (8) Especificações deste conjunto de diretrizes de caráter geral são aplicadas a tipos homogêneos de atividades econômicos e aos sub-setores sociais e de infra-estrutura construindo-se assim as diversas políticas agrária e industrial, educacional, energética, monetária e de investimentos, de transporte e comunicações, etc., que devem ser harmonizadas com as metas e objetivos do modelo econômico do país. Através dos instrumentos de políticas, definidos por um conjunto normativo institucionalizado que se operacionaliza e interferência do Estado nos diversos segmentos da estrutura produtiva e da sociedade espacialmente representada por uma certa modalidade de organização, variando o grau de sua interferência com a filosofia política do mesmo.
- (9) Do ponto de vista das relações agricultura-indústria no processo de transformação das economias ocidentais através da industrialização as principais alternativas, tem como teorias de referências: a do Crescimento Desequilibrado; do Crescimento Equilibrado e a de Indústrias Motrizes. A primeira tem como prioridade, o crescimento de um dos setores — agrícola ou industrial —; a segunda, prevê ajustamentos entre o crescimento dos dois setores ao mesmo tempo; e, a terceira alternativa, considera o processo de transformação viabilizado pela implantação de indústrias motrizes capazes de inovar e transformar estruturas econômicas e sociais (MALASSIS 1973: 170-198).
- (10) O processo de desenvolvimento do Brasil, baseado na transformação de uma economia de base agrícola para industrial, torna necessária a expansão da produção de alimentos e de matérias-primas pelo setor primário, compatível com o crescimento da demanda dos setores secundário e terciário, de forma que não se opusesse, por insuficiência do primeiro, um obstáculo ao crescimento dos demais, comprometendo o processo de crescimento global do país.

No caso da produção para o mercado interno, a participação do setor agrícola se verifica na medida em que, produzindo a custos baixos em função de um certo nível de produtividade, garanta a oferta, a preços reduzidos da produção de-

mandada pelos setores não-agrícolas a este respeito.

O preço do produto agrícola que, por sua vez, determina os custos de alimentação, é um dos principais fatores para o estabelecimento do custo da mão-de-obra para os setores industrial e de serviços, pois o item alimentação tem grande participação na forma da despesa total para a manutenção da mão-de-obra dos setores secundário e terciário.

Os preços baixos dos produtos alimentares é que garantem a fixação dos salários baixos próximos aos níveis de subsistência de mão-de-obra empregada nas atividades urbano-industriais, e não propriamente a produtividade desta.

Assim sendo, os preços de alguns dos principais produtos agrícolas para consumo interno são estabelecidos não em função dos interesses do setor agrícola, e sim, para atender aos interesses dos demais setores da economia.

Se o preço do produto agrícola não é fixado a partir dos custos reais e em função dos interesses do setor primário, mas sim dos setores secundário e terciário, parte dos ganhos do primeiro são transferidos para os demais, via baixo custo de alimentação, e conseqüentemente, baixo salário.

No caso da matéria-prima agrícola, os preços baixos correspondem também à redução dos custos de produção do setor industrial de transformação ou beneficiamento. Sendo os alimentos e matérias-primas agrícolas produzidos a custos geralmente altos, os preços para eles fixados não remuneram suficientemente o produtor rural, que, por isto mesmo, tem baixas rendas. Assim, a uma crescente capitalização do setor urbano-industrial corresponde, em grande parte, a descapitalização do setor agrícola.

- (11) O modelo de inovações induzidas popularizado por HAYAMI e RUTTAM, comentado por CONTADOR salienta o papel da escassez relativa de fatores e conseqüentes preços relativos desfavoráveis ao emprego de fatores escassos como indutores do processo pelo qual são geradas as inovações agrícolas e que apontam a direção provável que deve assumir a tecnologia agrícola para promover a modernização. Assim, por exemplo, uma economia carente em terras mas que disponha de bastante mão-de-obra seria induzida a

empregar insumos que permitissem substituir na função de produção, o fator terra por nutrientes, ou no caso, mão-de-obra escassa e capital por terras abundantes aplicar a mecanização.

Uma vez geradas, a técnica preferível passa por um processo de difusão e adoção pelos agricultores e regiões que reúnem as condições mais propícias. O processo não é imediato, pois exige divulgação, adaptação às diversas condições, etc. Aquelas Regiões onde os fatores de produção que seriam substituídos pela tecnologia são escassos e/ou não apresentam condições favoráveis à aplicação das novas técnicas serão "retardatárias" naquele tipo específico de modernização.

A preocupação central do modelo é explicar que fatores ^{irgudo} à produção e à geração de novas técnicas e pressupõe que a oferta da técnica por si só, gera a sua própria demanda pelos agricultores, ou seja, a inovação incentivaria sua própria adoção. Esta última conclusão tem sido contestada por inúmeros autores que introduzem uma série de fatores de diversas ordens como bloqueadores e/ou indutores da adoção e difusão de técnicas modernas (CONTADOR,, 1975: 133).

- (12) A característica dos diversos tipos de estudo de caso, suas vantagens e desvantagens como método de investigação do real, na qual se apoiou a escolha para a realização desta dissertação, é encontrada em Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais de BRUYNE, P.; HERMAN, J.; & SCHOUTHEETE, M., pp. 223-244, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1977.
- (13) Plano Agropecuário de Desenvolvimento - ASPLAN-SAA, 1969.
 PROSUCAR, FUNDENOR, 1976.
 Programa de Irrigação e Drenagem na Região Canavieira do Norte Fluminense - COOPERPLAN-DNOS-PMC - Relatório de Atividades 1977-1980.
 - Diagnóstico da Agroindústria Canavieira, Plano Integrado de Agricultura - RJ, 1972.
 - PROVARZEAS-MINTER-FUNDENOR - Gov. do Estado do Rio de Janeiro, 1975.
 - PRODENOR - Programa de Desenvolvimento do Norte Fluminense - SEPLAN-MINTER-MA.MIC., Gov. do Estado do Rio de Janeiro.
 - FUNDENOR, 1979.

- (14) A posição adotada quanto as características do modelo econômico implantado no Brasil no período colonial, apoia-se nas explicações de WANDERLEY, M.J., 1978: 17 a 24 e TOPOLOV, C., 1978: 25-70.
- (15) Segundo SINGER, P., 1968: 285, na primeira metade do século XIX, o desenvolvimento do capitalismo industrial até então restrito às Ilhas Britânicas, expandiu-se pela Europa Ocidental, graças às condições introduzidas pela Revolução Francesa e Guerras Napoleônicas. Nesta época, lançaram-se as bases para a divisão internacional do trabalho, que dividiu o mundo em países industrializados e países produtores de matérias-primas. Até então, o que determinava a produção de minerais e produtos agrícolas pelas colônias eram a diferença de condições entre estas e as metrópoles coloniais. Além disso, o comércio colonial se fazia sempre com mediação da metrópole, que mantinha o monopólio do comércio com as colônias. A independência, que no início do século se fez nas colônias latino-americanas, seguindo o exemplo dos Estados Unidos, proporcionou a expansão do mercado e o estabelecimento de um comércio parcialmente livre e competitivo. O mercado açucareiro se ampliara com a urbanização que se acentuou em decorrência da Revolução Industrial e da própria expansão demográfica. Além disso, os países industrializados, necessitando expandir mercados para os seus produtos, tiveram que ampliar as compras de produtos primários, como única maneira de habilitar os países que os produziam, a entrar como compradores no mercado de manufaturados. O Brasil tinha a seu favor a recente abertura dos portos (1808), que, de certa forma, lhe garantiu precedência sobre as demais nações latino-americanas no mercado europeu, e segundo, ter mantido sua integridade territorial, o que lhe garantiu expandir sua produção de bens primários agrícolas, por ter terras suficientes e inúmeros portos que lhe facilitavam o escoamento.
- (16) Com a expansão da produção de açúcar de beterraba no mercado interno europeu, em meados do século XIX, colocou-se uma ameaça às áreas de produção canavieira; entretanto, como a já co-

mentada expansão do consumo de açúcar, grandes investimentos foram feitos nas lavouras canaveiras. Os Estados Unidos investiram em Cuba, Porto Rico e Filipinas, enquanto a Holanda fez o mesmo em Java. Sob processos produtivos mais modernos, cresceu muito a oferta de açúcar de cana ao mercado. Daí decorrer a queda de preços e as crises do setor nos fins do século XIX. A Europa consumindo cada vez mais açúcar de beterraba, e os EUA dando preferência às áreas onde ele havia investido capital, fizeram com que apenas com a introdução de processos modernos que levassem ao aumento de produtividade e baixassem os custos da produção brasileira, fosse possível sua permanência no mercado mundial.

(17) Ver SZMRECSANYI, 1977, op. cit.: 145 a 160.

(18) Ver SZMRECSANYI, 1977, op. cit.: 180 a 185.

(19) Ver SZMRECSANYI, 1977, op. cit.: 266 e seguintes.

FONSECA, A.C. - III Encontro Nacional de Produtores de Açúcar, Campos, 1976: 106 a 117.

(20) A este respeito ver, LAMEGO. A.R. - O Homem e o Brejo, 1945 & WANDERLEY, 1977: 26 e seguintes.

(21) FUNDENOR, 1975, op. cit.

SAA-PAD, 1970, op. cit.

SUBIN-ISOP-FGV, otimização Econômica dos tratos culturais: Rio de Janeiro, 1979.

Os dois primeiros estudos acima citados, abordam a organização agroindustrial canavieira na região de Campos como um conjunto que integra agricultura e indústria e comercialização inserido em um contexto setorial e espacial amplos. Apenas por razões de sistematização das informações, os três segmentos foram analisados separadamente sem que isto prejudique porém o pressuposto de seu funcionamento integrado. Os estudos sobre o setor agrícola — objeto de maior interesse no presente estudo — praticamente cobrem a análise das características internas: sociais, funcionais e econômicas vigentes na

organização da produção canavieira da Região. Além da descrição de técnicas e procedimentos e a apresentação dos índices físicos de utilização dos fatores para cada etapa da produção vigentes na região, são ainda apresentados estudos de otimização e indicadas as mudanças técnicas e operacionais recomendáveis com vistas à obtenção de maior grau de eficiência dos fatores utilizados.

A classificação dos fornecedores contida no estudo da FUNDENOR tem como parâmetro definidor, a escala de produção. Os grupos identificados foram caracterizados pela combinação de elementos integrantes da estrutura de produção e de comercialização; foram enfatizados a estrutura fundiária e o relacionamento fornecedor-usina e, o transporte da produção como elementos de grande poder de explicação sobre os níveis alcançados pelos demais elementos.

As pesquisas recentemente realizadas na região, em convênio pelo SUBIM-ISOP-FGV conduziram a uma classificação de fornecedores, que considera além da escala de produção, dados sócio-tecnológicos associados ao processo produtivo: objetivo da produção, manutenção e desenvolvimento de atividades paralelas, acesso à tecnologia, controle de qualidade, produção e relacionamento ^{em} com outros fornecedores ^{dentro} com as usinas. A caracterização dos diferentes grupos realizada a partir destes indicadores permitiu elaborar uma classificação que enfatizou a inserção de cada grupo na atividade agroindustrial canavieira.

- (22) A Baixada corresponde à planície argilosa originada pela deposição de aluviões pelo Rio Paraíba do Sul. Forma uma extensa planície de 196.638 ha com altitudes que variam entre 10 a 12 metros, cortada por lagos. Mais amplas na margem direita, estende-se até as bordas da Lagoa Feia e se prolonga para montante até as proximidades de São Fidelis e para Norte de Campos onde atinge a baixada do Muriaé. Na Baixada encontram-se os terrenos mais propícios à cultura da cana, quanto à fertilidade e topografia. Algumas restrições são identificadas quanto à deficiência de drenagem.

O Tabuleiro é constituído por terrenos terciários da série Barreiras e apresenta pequenas ondulações de topo sub-ho

rizontal, com extensão de 279.893 ha. Alonga-se a partir de Macaé entre as elevações de origem cristalina do interior e as restingas litorâneas. Na margem esquerda do Paraíba chegam até ao mar, formando altas falésias. Os solos de decomposição do tabuleiro — os regatossolos apresentam-se propícios ao cultivo da cana com restrições principalmente quanto à fertilidade.

O Interior que abrange 88.977 ha é constituído por colinas cristalinas que antecedem os contrafortes da Serra do Mar a N-NW de Campos. Predominam aí os solos vermelhos podzólicos resultantes de decomposição de rochas cristalinas. Restrições médias e severas ao cultivo da cana são encontradas na zona do Interior e se referem predominantemente à fertilidade, à declividade e às deficiências hídricas acentuadas no período de secas.

A Restinga é a área do cordão arenoso de origem marinha que se estende desde o Norte do Cabo Frio ao Cabo de São Tomé e alcança sua largura máxima junto à foz do Paraíba. Com uma área aproximada de 91.286 ha, é constituída de solos arenosos — regossolos — que apresentam condições impróprias ao cultivo da cana (BERNARDES, op. cit.: 176 a 193).

OBS. Errata

- (24) Entre os tipos de usos alternativos do solo agrícola na região agroindustrial canavieira de Campos, podem ser destacados: - o cultivo da mandioca em São João da Barra que ocupa solos argilosos-arenosos dos Tabuleiros terciários e das áreas de milho e arroz situados ao norte do próprio município e ao sul de Itaperuna, Bom Jesus e São Fidélis; - a pecuária de corte ou mista que ocupa faixas de solos hidromórficos das margens da Lagoa Feia e as faixas arenosas das Restingas; e, - a pecuária leiteira que ocupa as áreas de relevo do interior que limitam ao norte, a Baixada e o Tabuleiro.
- (25) Segundo dados da Associação Fluminense de Produtores de cana-de-açúcar há cerca de 12.000 fornecedores dos quais 10.450 estão oficialmente inscritos no IAA. Estes operam cerca de 10.000 fundos agrícolas (denominação dada pelo Instituto) estabelecimentos rurais canavieiros. Como pode haver mais de

um fornecedor em cada estabelecimento (colono parceiro ou diferentes membros de uma mesma família) inscritos como cotistas o nº de fornecedores excede ao nº de estabelecimentos. Por outro lado, há produtores que fazem contratos diretamente com usinas e após o fornecimento em três safras consecutivas requerem ao IAA sua inscrição como cotista oficial. Por esta razão o nº de fornecedores apresentado em Estatísticas da Associação Fluminense de Produtores de Cana-de-açúcar e de outras entidades, divulgadas em estudos sobre a região, excede aquele apresentado nas estatísticas oficiais do IAA.

- (26) As formas indiretas de apropriação de terra têm uma ocorrência muito restrita na produção canaveira campista: menos de 4% do total de estabelecimentos canavieiros são explorados por arrendatários. A parceria é igualmente muito restrita e, quando ocorre é mais como modalidade de pagamento da mão-de-obra do que como forma indireta de exploração da terra; mesmo assim, apenas 1% do pessoal ocupado enquadra-se na categoria de parceiro e geralmente a parceria que existe é relativa ao cultivo de produtos alimentares em áreas exíguas dos estabelecimentos, pouco propícios ao cultivo de cana-de-açúcar.
- (27) Técnicos ligados ao sub-setor agroindustrial canavieiro (SIC) admitem que só com a ocorrência do sistema de troca de serviços é possível a adoção eventual de práticas e técnicas em estabelecimentos com dimensões territoriais e econômicas muito pequenas.
- (28) O limite global de produção da cana-de-açúcar para fins industriais das áreas agroindustriais canavieiras do país é fixado em função da previsão de demanda do mercado interno e externo do açúcar e do álcool e, da capacidade de produção agrícola e industrial das referidas áreas. A partir da fixação do volume global é estabelecido o contingente de produção de cada área produtora; estas chamam-se incluídas em duas grandes regiões geo-econômicas: Norte-Nordeste e Centro-Sul. Segundo o zoneamento estabelecido pelo IAA (ver nota 3), o total da produção de cada região é rateado em cotas entre as usinas nelas situada. A cota de produção autorizada para cada usina, por sua vez, depende da disponibilidade de matéria-prima e da capacidade produtiva da unidade industrial. Em função da cota de produção necessária para atender à demanda interna de matéria-prima em cada usina é estabelecida a participação de 40% de cana proveniente de suas próprias lavouras e 60% provenientes das lavouras dos fornecedores. O contingente global da produção dos fornecedores por sua vez é rateado entre aqueles que se vinculam à cada usina. A dinâmica se mantém no caso da revisão das cotas de participação da usina que deverá ser feita trienalmente (Lei 5.654 de 14/05/1971, art. 4).

(29) A revisão das cotas de produção das usinas é trienal, implicando em um aumento da participação dos fornecedores nunca inferior a 60% do contingente agrícola resultante do referido aumento (Lei nº 5.654 de 14/05/1971, art. 4).

No caso de fusão, incorporação ou realocação de unidades de produção açucareira, os fornecedores de cana podem manter sua condição de cotistas na nova unidade resultante de um dos três casos, ou então podem ser deslocados para fornecer a outra usina. Quando não há possibilidade de seu aproveitamento, o fornecedor é indenizado pela empresa açucareira ou por outro fornecedor que se interesse em adquirir sua cota oficial, revertendo-a ao seu próprio contingente agrícola.

(30) Cálculos realizados pela ASPLAN-PAD baseados em índices físicos de utilização de fatores e considerando os preços médios dos insumos, das taxas e dos impostos concluíram que na estrutura de custo das lavouras de fornecedores, 71,0% representam as despesas diretas com maior incidência para operações de corte e carregamento (18,15%) e de transporte (14,55%). Taxas e impostos participam com 14,66% e a mão-de-obra (8,44%); quanto às despesas indiretas a participação é de 28,98% com maior incidência para o item remuneração do fator terra.

O item carregamento e transportes tem grande incidência na composição dos custos de produção de cana-de-açúcar dos fornecedores (ASPLAN-PAD, op.cit.). Sua participação relativa é a mais alta na estrutura das despesas com a produção nos estabelecimentos canavieiros de até 50 ha e decresce naqueles de maiores áreas (IBGE - Tabulação Especial do Censo Agropecuário de 1975).

(31) A operação do corte da cana é uma das mais onerosas etapas da produção canavieira. Estende-se por um período de cerca de 150 dias, geralmente de junho à outubro. Os pequenos fornecedores a realizavam em menos tempo, (até cerca de 60-100 dias). Juntamente com o carregamento absorve grande contingente de mão-de-obra, sendo o fator primordial para a ocorrência da sazonalidade na lavoura canavieira pois, exige um contingente adicional de 50% aproximadamente. É muito utilizado, principalmente entre os pequenos fornecedores, o processo de queima prévia dos canaviais que, se por um lado apresentam vantagens quanto a redução do custo de mão-de-obra, por outro, causa depreciação da qualidade do produto, o que se evidencia, pela perda de peso e pela redução do teor de sacarose, de correndo daí reduções no preço pago ao produtor. A prática é muito generalizada entre os pequenos fornecedores, o que leva a concluir que nas condições vigentes da atividade ela apresenta vantagens econômicas apesar da depreciação referida.

O excesso de palha é uma consequência do processo de corte e carregamentos mecânicos, ainda pouco difundidos na Região. Testes realizados demonstraram a capacidade de corte mecânico de 400 toneladas/dia, enquanto a do corte manual é de duas toneladas/homem/dia. Da mesma forma o carregamento mecânico economiza 20 a 50% de mão-de-obra e sua introdução requer carretas apropriadas, canaviais com parcelas de cultivo organizados segundo exigências do processo, principalmente quanto ao espaçamento entre as fileiras do canavial e parque de recebimento das usinas organizado adequadamente.

(32) A baixa rentabilidade da produção canavieira de fornecedores tem sido demonstrada em diversas pesquisas realizadas sobre esta atividade na Região. É atribuído de um lado ao elevado custo da produção, incluindo-se carregamento e transportes, à depreciação dos preços pagos e aos preços administrados pelo IAA, que não remuneram adequadamente, segundo os produtores e analistas da questão, os investimentos realizados. Os cálculos que serviram de base para estas conclusões encontram-se nos trabalhos: Plano Agropecuário de Desenvolvimento — ASPLAN-SAA, 1972, RJ; PROSSUCAR-FUNDENOR, 1975, volu

me II e IV; Diagnóstico da Agroindústria Canavieira - Plano Integrado de Agricultura, RJ, 1973; Atualidade da Economia Canavieira, INOJOSA DE ANDRADE, in Açúcar e Álcool, V Encontro de Produtores de Açúcar, COOPERPLU-APEC, 1979: 7 a 11.

(33) Dentre os serviços mantidos pelo Governo Federal, deve ser destacada, a atuação da Estação Experimental de Campos, do Ministério da Agricultura, fundada em 1910 ~~no campo~~, principalmente no campo das pesquisas genéticas com vistas à obtenção de variedades de cana adaptadas às condições locais de solo e clima e resistentes às principais pragas e doenças que atingem as lavouras da Região. Através de sua pesquisa lá realizadas, foram obtidas diversas variedades de cana do tipo CB — Campos-Brasil —, hoje conhecidas e cultivadas em quase todos os países canavieiros do mundo e ainda predominando entre os demais tipos plantados na Região apesar de uma difusão atual de outras variedades na área. Acha-se no momento sobre controle da EMBRAPA-MA. Ligadas ao Ministério do Interior: Delegacia Regional, Inspetoria Regional e Inspetoria Técnica do Instituto de Açúcar e do Álcool, que realiza todas as tarefas relacionadas à administração, a coordenação e controle da agroindústria canavieira no Estado do Rio de Janeiro.

- Coordenadoria Regional Leste do ^{PLANO AÇÚCAR} PLANOSSUCAR (Plano Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar) também pertencente ao IAA, que vem desenvolvendo trabalhos para obtenção de variedades canavieiras comerciais, mais ricas produtivas e resistentes às pragas e às flutuações climáticas.

- Residência do DNOS de Campos e Macaé que, em convênio com o IAA, tem realizado obras de drenagem, dissecação e proteção das margens de rios e canais nas Baixadas inundáveis, visando ao saneamento e à recuperação de terras agrícolas e prevenção de enchentes. A infra-estrutura de drenagem realizada pelo DNOS é a base de Apoio à implantação do sistema de controle hidroagrícola que se pretende difundir na lavoura canavieira na área de Campos.

Embora em princípio atuando na defesa dos seus próprios interesses, as Associações e as Cooperativas de produtores tem tido uma participação relevante no esforço conjunto pa

ra promover a recuperação e a modernização da agroindústria canavieira em Campos. Este é o caso da Cooperativa Fluminense de Produtores de Açúcar e Alcool que congrega a classe dos usineiros. Além de desenvolver importantes serviços na área da pesquisa técnica e econômica do sub-setor, constitui-se em um importante instrumento de poder e pressão sobre o Governo, com vistas às ações e que possam reverter positivamente sobre a modernização do sub-setor agroindustrial canavieiro, visto como um todo.

A Associação Fluminense dos Plantadores de Cana-de-açúcar congrega "os fornecedores" e atua através de suas Cooperativas — Cooperativa de Crédito e Cooperativa de Serviços, respectivamente COOPERCREDI e COOPERPLAN —, na defesa dos interesses dos produtores de cana-de-açúcar. Tem um papel importante dadas as suas atribuições no processo para promover a racionalização da atividade e a melhoria do nível de vida do grupo de fornecedores.

Ligadas ao Governo do Estado do Rio de Janeiro acham-se em funcionamento na Região, unidades de prestação de serviços, de coordenação e de fiscalização como a SIAGRO e a EMATER-RIO órgãos de administração indireta ligados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento que, em convênio ou sob delegações de funções, com apoio de instituições privadas e/ou do Governo Federal exercem suas funções específicas na atividade agroindustrial canavieira.

A partir de iniciativas de empresários e técnicos locais ou regionais, foram criadas entidades e associações de caráter particular com o objetivo de atuar para promover o desenvolvimento setorial e/ou Regional. Dentre elas deve ser destacada a FUNDENOR, órgão de utilidade pública cuja finalidade é promover e estimular os mecanismos e ações para o desenvolvimento do Norte Fluminense. Sua estrutura técnica, administrativa, gerencial e financeira tem capacidade para apoiar e promover estudos e pesquisas de caráter experimental, bem como para coordenar a elaboração de planos e programas com participação intersetorial e interministerial para a região. Um dos seus papéis mais evidentes é sua atuação no sentido de motivar uma mudança de atitude e até mesmo de mentalidade nas classes

empresariais ou pelo menos, de suas lideranças, mobilizando-as para, junto aos órgãos do Governo, enfrentar o desafio da racionalização da atividade agroindustrial canavieira, com vistas à recuperação econômica da região.

- (34) Esta observação encontra correspondência nas propostas de racionalização da atividade contidas no PROSSUCAR, vol. III, op. cit.
- (35) A questão da inadequação entre o pequeno estabelecimento rural e a cultura canavieira para fins industriais e principalmente quando se propõe a introduzir modernização técnica da produção encontra-se freqüentemente referida e comentada nos volumes da Conferência e Debates dos IV, V, VI e VII Encontros Nacionais dos Produtores de Açúcar e Alcool, promovido pela COOPERFLU, citado na Bibliografia anexa. Especialmente, ver MENDES, C., 1977: 178-179 e 213-214; PINTO, Rui, 1976: 269.
- (36) Este aspecto é referido no volume V do PROSSUCAR, sobre Integração lavoura-usina, é uma constatação do aspecto comentado por PASTORE, referido na parte II desta dissertação sobre os laços de subordinação entre agentes, na atividade agrícola.
- (37) Ver parte II-3.
- (38) Sobre os Planos e Programas do IAA, ver parte III e nota 42.
- (39) Insuficiências de recursos, o retardo para sua liberação, as dificuldades operacionais para a supervisão do Crédito pelas entidades de repasse, são as questões mais freqüentes apontadas quando é discutida a questão do crédito à atividade canavieira. Veja-se em especial o volume - Conferências e Debates do V Encontro Nacional dos Produtores de Açúcar e Alcool, Campos - RJ, 1977, pp. 135 a 162; e, PROSSUCAR, vol. III, op. cit.
- (40) Ver parte II-2 desta dissertação e ver nota 10.

O cálculo de custos para fixação de preços do açúcar e da cana é comentado por RYFF, Tito, em Açúcar e Alcool, III En

contro Nacional de Produtores de Açúcar e Alcool, 1976: 179 e 200. O aspecto do preço do produto agroindustrial ao qual se relaciona o preço da matéria-prima agrícola ser um preço pré-determinado pelo governo, obedecendo muito mais a parâmetros políticos do que econômicos é debatido, entre outros por: INOJOSA, E. & MENDES, C. & ALMEIDA, O. no V Encontro Nacional de Produtores de Açúcar, Campos, 1977: 243 e seguintes, op. cit.

(41) A respeito, ver SZMERCSENYI, Tamas, 1977, op. cit.

(42) O primeiro Plano tem como objetivo, elevar a produtividade agrícola, tornar a lavoura canavieira menos vulnerável à adversidades climáticas e elevar o rendimento industrial em termos do teor de sacarose da cana-de-açúcar. Apoiar-se em dois sub-programas: (a) Pesquisa e Experimentação sobre Melhoramento Genético; e, (b) Sub-programa Agrônômico, relativos à Pesquisa e Experimentação sobre insumos e Práticas Agrícolas.

Relacionadas a este Programa, o PLANALSSUCAR vem desenvolvendo pesquisas regulares adaptadas às condições locais, principalmente quanto à variedade de cana-de-açúcar e sobre melhoramento químico do solo.

O segundo programa — Apoio à Agroindústria — contém também dois sub-programas: (a) Racionalização da Indústria; e, (b) Racionalização das Lavouras de Usinas de Fornecedores. O primeiro visa, através da fusão, incorporação e realocação das unidades de produção industrial, aumentar a capacidade produtora, reduzir o período de moagem e elevar o rendimento industrial das usinas, utilizando como instrumentos de ação os estímulos fiscais para financiar a modernização e corrigir os pontos de estrangulamento da indústria açucareira.

O sub-programa Racionalização das Lavouras de Usinas e de Fornecedores tem como objetivo, torná-las mais produtivas através de mudanças tecnológicas e mudanças organizacionais. Utiliza como principais instrumentos:

- estímulos financeiros às usinas e fornecedores e às Cooperativas que os congregam para elevar o nível de investimentos de capital em tecnologia do segmento agrícola das usinas e das lavouras de fornecedores.

- linhas preferenciais de crédito diretamente aos fornecedores com vistas à ampliação de suas cotas de fornecimento. O objetivo é reduzir os inconvenientes de ordem técnica e operacional, derivados da atomização excessiva de que se traduzem em prejuízos financeiros. Os processos sugeridos explicitamente, para os quais são destinados recursos são: (a) Consolidação de estabelecimentos rurais por meio da compra de pequenos estabelecimentos; (b) Incorporação de cotas individuais de fornecimento de dois ou mais titulares, mediante indenização por um titular de maior capacidade para gerí-las; e, (c) Consolidação de cotas de vários titulares mediante união dos fornecedores, através de cooperativas ou sociedades agrícolas.

- (43) Plano de Saneamento Geral e Aproveitamento Hidroagrícola de Projetos Prioritários no Estado do Rio de Janeiro. Desde 1941 a Baixada dos Goitacazes tem sido objeto de preocupação no que se refere à execução de obras de drenagem e defesa contra os efeitos das enchentes do rio Paraíba do Sul. Dentro de uma programação ampla tendo como objetivo inicial, o saneamento, foi construída especificamente na Baixada dos Goitacazes uma rede de drenagem que, em 1975 atingia 600 km de velas e canais. Ficava entretanto ainda pendente o problema das freqüentes enchentes do Paraíba que, periodicamente invadindo as margens, causavam grandes prejuízos às lavouras e à pecuária da Região, e destruíam vias de comunicação e até mesmo, equipamentos de usinas. A partir de 1966, o IAA, passou a integrar o referido Plano com fins de equacionar em conjunto com o DNOS o problema das cheias do Paraíba e da produção canavieira. Programas mais abrangentes para instalação de projetos de controle hidroagrícola destinados a elevar o nível de produtividade da lavoura por meio de técnicas de irrigação e drenagem passaram a ser uma das preocupações fundamentais dos responsáveis pelo Plano, nesta nova fase. O plano prevê a construção de um sistema de canais primários e secundários, de diques e comportas para manter o nível ideal do lençol freático construídos e mantidos pelo governo e, de um sistema de canais terciários, equipamentos e controle técnico construídos e operados pelo produtor.

A partir de 1975 por força da EMENTA 396 b-74, este plano passou a integrar o PRODENOR — Programa Especial de Desenvolvimento do Norte Fluminense —, que engloba projetos de pesquisas agropecuárias, assistência técnica, abastecimento e Infra-estrutura de apoio técnico creditício, sob co-responsabilidade do MINTER através do DNOS, do MIC através do IAA, do Ministério da Agricultura, através do EMBRAPA, do SECPLAN e do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

(44) Há no PRODENOR, uma disparidade entre o montante de recursos entregues ao DNOS para obras de saneamento e aquele atribuído aos demais órgãos ligados ao programa. A programação proposta e aprovada para 1979 prevê que 75% dos recursos destinam-se ao DNOS o que corresponde a um total de 270 milhões de cruzeiros. Para a pesquisa Agropecuária sob responsabilidade da EMBRAPA, 7,5% (27 milhões dos recursos), sendo 5 milhões entregues à FUNDENOR para desenvolvimento de projetos sob sua responsabilidade. Assistência técnica a cargo da EMATER 5,8% (28 milhões), sendo 3,8% entregue a COOPERPLAN para prestar serviços aos seus associados; 5,6% para a COBAL para construção de Centrais de Abastecimento em Campos; e, 5,6% para o Governo do Estado implementar seu programa de construção de estradas vicinais.

(45) Uma estratégia de desenvolvimento setorial contém um conjunto coerente e integrado de propostas e meios de ação cuja execução programada tem como objetivo último incidir sobre o processo produtivo e distributivo da agricultura. Incidir sobre este processo significa incidir sobre os seus principais componentes e através destes é possível selecionar categorias de política: Mercados, Produção e Produtividade, Estrutura, Investimento, Emprego e Financiamento Agrícola.

Cada categoria de Política dispõe de instrumentos que utiliza segundo condições e estratégias específicas. Ex.: categoria de política: Mercado; instrumentos: Preços administrado, Subsídios, Sistemas de Informação de mercados, Sistemas estatísticos de Compras e Vendas diretas etc. (Manual de Planificação Agrícola, vol. III - SUDENE-MINTER, Recife 1973).

(46) Este tipo de proposição tem suas principais formulações baseadas essencialmente nas diretrizes do Governo para promover o crescimento do setor agrícola, adotadas na segunda metade da década de 60 e, intensificada a partir de 72/73. Tem como pressuposto a idéia de que a expansão do setor agrícola é fator imprescindível para solucionar alguns dos mais graves problemas econômicos do país, tais como a inflação, o desequilíbrio da balança de pagamentos ou a crise energética. Os gestores da política governamental admitem que o crescimento do setor deve ser concretamente obtido a partir do aumento da área plantada, por expansão da fronteira agrícola ou por incorporação de terras ociosas em zonas de ocupação antiga - e por aumento de productividade.

No artigo "Meio Ambiente e Modernização Agrícola", -- ROMEIRO e ABRANTES comentam os fundamentos, as características e algumas das principais consequências da orientação dada à agricultura brasileira a partir do referido período, ressaltando que as práticas agrícolas a serem estimuladas no bojo deste processo de expansão acelerada do setor de agricultura pela política oficial apontam para um padrão de utilização do solo caracterizado pelo consumo intensivo dos chamados insumos mo -- modernos (fertilizantes e defensivos químicos) e por intensa mecanização". Para tanto, foram reestruturados institucionalmente os setores públicos ligados à pesquisa e à difusão de tecnologia e articulada sua ligação às indústrias de produção de insumos e máquinas agrícolas "...a geração e a difusão de tecnologia passa a ser feita em bloco". Apoiam-se na organização de pacotes tecnológicos que definem sistemas de produção completos por produtos nos quais as técnicas previstas ou prescritas têm que ser aplicadas de forma integrada e complementar, formando um conjunto indivisível que abrange por exemplo, desde certo tipo de aração e gradeação, uso de sementes melhoradas, certo tipo de adubo corretivo, herbicida ou defensivo, irrigação, tipo de corte, entre outras recomendações de ordem técnica. "...à nível de mercado, esta política é implementada pela concessão de toda uma série de incentivos para a aquisição de insumos modernos como por exemplo, os financiamentos a juros re-

ais negativos". "...é o próprio processo de industrialização da agricultura com a oficialização do atrelamento do desenvolvimento da tecnologia agrária ao setor industrial, regorçada pela existência de uma ideologia modernizadora que vê na adoção destas técnicas avançadas a única maneira de aumentar a produção agrícola". (ROMEIRO, A. e ABRANTES, F., Revista Brasileira de Geografia, IBGE, 43: 1, 1981).

- (47) Maiores detalhes são encontrados no texto "Painel sobre Irrigação da Lavoura de Cana". em VII Encontro Nacional de Produtores de Açúcar, 1979, op. cit.
- (48) São frequentes como se constatou na pesquisa, depoimentos como o do Sr. F.F.N., que fornece em média 75 toneladas/ano e tem suas terras na Baixada, referindo-se, "Resolvi experimentar o feijão no período das águas, porque a terra está ociosa, esperando o momento certo para plantar a cana, da qual não saio, por ser resistente às secas e às águas, pelas vantagens que a gente tem em termos de assistência à saúde, e por ter preço garantido". Já o seu filho de 22, F.G.B.F., nascido e criado ali na roça, "...mas que dela não quis saber"; segundo seu pai, fala com entusiasmo de seu trabalho como garçon, num restaurante do Rio, onde consegue em média Cr\$ 30.000,00 a Cr\$ 40.000,00-- por mês, fora as gorjetas; seu avô A.F., de 82 anos, diz que o neto tem razão de sair da roça", "...ele faz muito bem, venho sofrendo há muitos anos porque nunca saí daqui, à exemplo de meu velho pai. Se tivesse que começar tudo de novo, não ficaria na roça. O governo só pensa nela quando está atrapalhado. Depois se esquece, fica o dito pelo não dito". (Transcrito do artigo "se tudo der certo" - A FOLHA DA MANHÃ - 26 de outubro de 1980, p. 8 - Campos - RJ.).

BIBLIOGRAFIA

1. BERNARDES, L. M. C., - Planície Litorânea e Zona Canavieira do Estado do Rio de Janeiro - Guia de Excursão nº 5. XVIII Congresso Internacional de Geografia - Rio de Janeiro - C.N.G.
2. BENVENUTI, Breno, - A Sociologia Rural diante das Instituições de Mudança, Vida Rural e Mudança Social, organizado por Tamas Szmercsanyi e Oriowaldo Quede, Biblioteca de Ciências Universitária Brasileira, Série 2º de Ciências Sociais, CEN, São Paul, 1973.
3. BUCH-HANSON e ROGERS e NIELSON, - "*Marxist Geography and the Concept of Territorial Structure*," Antipode vol 2 nº 2. Set.1977: 1 - 11.
4. CASTRO, Antonio Barros de, Os 7 ensaios da economia Brasileira vol. II
5. CONTADOR, Claudio - A modernização da Agricultura Brasileira, coordenação de Claudio Contador, Série Monografias IPEA/IMPES, nº 17, Rio de Janeiro, 307 p.

6. COOPERATIVA de CREDITO dos LAVRADORES de CANA de AÇÚCAR do ESTADO do RIO de JANEIRO - Estatuto (mimiografado)
7. COOPERATIVA MISTA dos PLANTADORES de CANA - Estatuto (mimiografado).
8. COOPERPLAN - Relatório Geral das Atividades - Convenio para o Programa de Irrigação e Drenagem na Região de Campos - Relatório Geral das Atividades 1977/79
9. COPERFLU - Açúcar e Alcool - III Encontro Nacional de Produtores de Açúcar - Campos RJ - 1975, Rio de Janeiro, APEC 1976.
10. _____ - Açúcar e Alcool - Cana de Açúcar - IV Encontro Nacional de Produtores de Açúcar - Campos - 1976, Rio de Janeiro, APEC - 1977.373 p.
11. _____ - Açúcar e Alcool - V Encontro Nacional de Produtores

12. _____ - Açúcar e Alcool - VII Encontro Nacional de Produtores de Açúcar - Campos - RJ - 1979 - Rio de Janeiro - CBAG 1980, 22 p.
13. DUARTE, A. C. - Regionalização: Considerações Metodológicas - Outubro de 1980 - Inédito
14. FERNANDES, Florestan - Anatações sobre o Capitalismo Agrário e as Mudanças Sociais no Brasil. Vida Rural e Mudança Social Biblioteca Universitária Brasileira - organizado por Tomas Szmercsany e Oriowaldo Quede - Biblioteca Universitária Série 2º de Ciências Sociais, C. E. N., São Paulo - 1973, 294 p.
15. FIGUEIREDO, V. - Desenvolvimento Dependente Brasileiro - Rio de Janeiro - Zahar - 1978.
16. FIGUEROA, Manuel - Cuestion de Política Agrícola Regional do Nordeste do Brasil - SUDENE Recife, DUENE-MINTER, 1973, 330 p.
17. FUNDENOR - Estudo para a Racionalização da Agroindústria Açucareira no Norte do Estado do Rio de Janeiro PROSUCAR, 7 volumes, Campos - RJ, 1975.
18. GALJART, Benno, Difusão Cultural, Modernização e Subdesenvolvimento Vida Rural e Mudança Social, Biblioteca Universitária Brasileira organizado por Tamas Szmercsanyi e Oriowaldo Quede, Biblioteca Universitária Brasileira, Série 2º de Ciências Sociais, CEN, São Paulo, 1973, 294 p.
19. HAENEACKER, Marta - Los Conceptos Elementales del Materialismo Histórico. México. Ciglo Vienteuno Editora - 1979.
20. IAA. Brasil Açúcar - Rio de Janeiro, 1972 - Coleção Canavieira nº 8.
21. JOHONSTON, Bruce T. and MELLOR, John - The role of Agriculture in Economic Development, Amercam economic Reiew 51:566 593 se set, 1971.

22. MENDES, Celson - Rumos e opções da Industria Açucareira V en
contro Nacional de produtores de Açúcar Campos - 1977, Rio
de Janeiro, APEC - 1978 , 163 - 216.
23. PASTORE, José, Agricultura e Desenvolvimento (coordenador)
APEC - ABCAR, Rio de Janeiro, 1973, 240 p.
24. PASTORE, José - Componentes Sociais do Desenvolvimento Agrí
cola - Agricultura e Desenvolvimento, Coordenação de José
Pastore, APEC-ABCAR, Rio de Janeiro, 240 p.
25. LAMEGO, A. R. - O Homem e o Brejo - Rio de Janeiro - Conselho
Nacional de Geografia - 1945 . 203 p.
26. PEET, Richard - "Materialismo, Formação Social e Relações Só
cio - Espaciais" - Cahiers de Géographie du Québec - vol
22 n° 56 set. 1978. 147-157.
27. REMICA, Recheches de Midi - Catanulya - "Sistemas Espaciales
y Estructuras Regionais". Revista de Geografia, Universida
de de Barcelona, vol. III, 1 e 2, 1974.
28. SAA-RJ, DEMA, ACAR-RJ, Diagnóstico da Agroindustria Canavieiri
ra, Niterói, 1973, 76 p.
29. SANTOS, Milton. O espaço dividido, Os Dois Circuitos da Eco
mia Urbana nos Países Desenvolvidos - Rio de Janeiro - F.
Alves - 1979.
30. _____ - Por uma Geografia Nova - Editora HUCITEC, São Pau
lo, 1978.
31. _____ - Espaço e Sociedade. - Ensaio - Petrópolis - Vo
zes, 1979. 156 p.
32. SECRETARIA de AGRICULTURA e ABASTECIMENTO - Estado do Rio de
Janeiro, Plano Agropecuário de Desenvolvimento - ASPLAN ,
Rio de Janeiro, 1970.
33. SINGER, Paul - Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana -
São Paulo - Editora Nacional e Editora USP, 1968. 378 p.

34. SEDENE-MINTER - Manuel de Planificacion Agricola Vols. I e III, Recife, 1973, mimeografado - 450 p.
35. SZMRECSANYI, Tamas :- Cana de Açúcar - Tese de Doutoramento - UNICAMP, 1977 - Mimeografado - Biblioteca do IAA.
36. TOPOLOV, C. - Estrutura Agrária Brasileira - Tradução de Wantencir Dutra - Rio de Janeiro - Francisco Alves Ed. 1978, : 88 p.
37. VENANCIO, EDMIR Painei - Irrigação da Lavoura Canavieira, Açúcar e Álcool VII encontro Nacional dos Produtores de Cana. Campo - RJ - 1979 - Rio de Janeiro - CBAG - Coperflu, 1980 37 - 90 p.
38. WANDERLEY, M. N. Baudel - Capital e Propriedade Fundiária: Suas Articulações na Economia Açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro - Paz e Terra, 1979, 145 p.

ERRATA

Na página 29, entre as notas 22 e 24, leia-se:

- (23) As áreas cultivadas com cana-de-açúcar: na Baixada 70.870 ha (44,06%), no Tabuleiro 55.880 ha (34,74%); 33.420 ha (20,78%), no Interior e 680 ha (0,42%) na Restinga para um total de 160.850.

Tendo em vista as condições ambientais e as exigências da planta, há aproximadamente na Região açucareira de Campos 20,3% de terras agricultáveis aptas sem restrições; 23% aptas ou com restrições moderadas e 5% aptas com severas restrições o que representa uma disponibilidade de 52% de terras propícias ao cultivo da cana-de-açúcar.

São ainda viáveis para o cultivo da cana 100.614 ha na Baixada, 134.407 no Tabuleiro, 170.917 nos terrenos cristalinos e 13.581 na Restinga que perfazem 415.523 ha desde que corrigidas as restrições que apresentam. Isto significa possibilidades de ampliação de 160% da área cultivada com cana-de-açúcar (FUNDEENOR, 1975, op. cit.: 148).